

DOCUMENTOS



CONGRESSO DO

PCdoB

INDISPENSÁVEL À DEMOCRACIA



CONGRESSO HAROLDO LIMA

15, 16 e 17 de outubro de 2021

Documentos do 15º Congresso do PCdoB



São Paulo

2024



Anita Garibaldi

Fundação
Maurício
Grabois

PCdoB

DOCUMENTOS DO 15º CONGRESSO DO PCdoB

Organizador: Adalberto Monteiro

Coordenação editorial: Eliz Brandão

Revisão: Maria Lucília Ruy

Diagramação e capa: Cláudio Gonzalez

Reportagens reproduzidas: www.pcdob.org.br

Fotos: Richard Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D637	Documentos do 15º congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) / Anais do 15º congresso do PCdoB (15 a 17 de outubro de 2021) / Organizado por Adalberto Monteiro. - São Paulo, SP : Anita Garibaldi ; Fundação Maurício Grabois, 2024. 284 p. ; 15cm x 22cm. ISBN: 978-65-89805-32-8 1. Partidos políticos. 2. Partido comunista. 3. PCdoB. 4. Comunismo. 5. Brasil. I. Monteiro, Adalberto. II. Título.
	CDD 324.2
2024-559	CDU 329

Elaborado por Odilio Hilário Moreira Junior - CRB-8/9949

Índice para catálogo sistemático:

1. Partidos políticos 324.2
2. Partidos políticos 329



1º BLOCO: Apresentação e Informe Político de abertura

- Apresentação | **07**
- Informe político da presidenta nacional do PCdoB, Luciana Santos | **15**

2º BLOCO: Resoluções aprovadas no 15º Congresso do PCdoB

- Resolução Política – “Isolar e derrotar Bolsonaro, revigorar o PCdoB” | **41**
 - I – Transição na ordem mundial se intensifica e acelera na pandemia
 - II – Desmascarar, isolar e derrotar Bolsonaro – A questão premente para salvar o país
 - III – Federações partidárias – vitória expressiva da democracia
 - IV – Revigorar o Partido
- Resolução sobre alterações estatutárias | **75**
- Alterações incorporadas ao Estatuto | **79**

3º BLOCO: Informes especiais

- Renato Rabelo – Balanço da Fundação Maurício Grabois | **85**
- Renildo Calheiros – Atuação da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados | **93**
- Sérgio Rubens – Integração PPL-PCdoB (reportagem) | **99**
- Nilson Araújo – Plataforma emergencial de reconstrução nacional (reportagem) | **103**

4º BLOCO: Ato Político

- Ato político mostra pluralidade e amplitude do PCdoB (reportagem) | **111**

5º BLOCO: Comitê Central

- Balanço do trabalho da direção nacional (2017 a 2022) – Por Fábio Tokarski | **121**
- Comitê Central eleito no 15º Congresso | **137**
- Perfis dos novos e novas integrantes do Comitê Central (com imagens) | **143**

6º BLOCO: Moções aprovadas e relação de partidos e organizações estrangeiras que enviaram mensagens

- Moções aprovadas no 15º Congresso
 - Moção de apoio à China diante das ameaças imperialistas | **187**
 - Moção em solidariedade ao povo venezuelano | **188**
 - Moção em solidariedade com o povo do Saara Ocidental | **189**
 - Moção sobre a questão Palestina | **190**
 - Moção em solidariedade ao povo e à revolução cubana | **191**
- Relação de partidos, organizações e articulações internacionais do campo progressista que enviaram mensagens ao 15º Congresso do PCdoB | **193**

7º BLOCO: Encerramento

- Mensagem da presidenta nacional do PCdoB - Luciana Santos - “Partido Comunista do Brasil: centenário e contemporâneo” | **199**
- Encerramento – Pronunciamento: “Em defesa da vida, da democracia e do Brasil” | **231**

8º BLOCO: Anexos

- Anexo 1: Plataforma emergencial de reconstrução nacional | **221**
- Anexo 2: Galeria de fotos da Plenária Final do 15º Congresso | **271**

I APRESENTAÇÃO E INFORME POLÍTICO DE ABERTURA



Apresentação



A Plenária Final do 15º Congresso do PCdoB ocorreu de forma híbrida, com participação presencial e por videoconferência.

Este livro reúne os informes, documentos aprovados, deliberações e pronunciamentos políticos proferidos no 15º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), cuja Plenária Final foi realizada nos dias 15, 16 e 17 de outubro de 2021, em formato híbrido, por videoconferência e com mesa diretora e comissões de trabalho instaladas em Brasília. Contém, ainda, informações, imagens e relação dos partidos e organizações estrangeiras que enviaram mensagens de saudação ao Congresso. Desta Plenária Final, participaram 600 delegados e delegadas eleitos, e também um elenco de 100 convidados e convidadas.

O 15º Congresso ocorreu em meio à maior crise sanitária mundial do último século, a pandemia do novo coronavírus que atingiu fortemente o Brasil, em grande medida, pela conduta negacionista e criminosa do governo Jair Bolsonaro. O país vivia um contexto de crises múltiplas: a sanitária, a social, a econômica e a política.

Uma das vítimas da Covid foi o histórico dirigente comunista e destacado parlamentar constituinte Haroldo Lima que faleceu em 24 de março de 2021, véspera do aniversário de 99 anos do Partido. Para homenageá-lo, o conclave foi denominado “15º Congresso Nacional do PCdoB – Haroldo Lima”.



Mesmo neste ambiente adverso, ao longo de quatro meses, o processo congressual mobilizou, em todo o país, mais de 33 mil militantes, majoritariamente por plenárias virtuais. No período de 24 de junho a 3 de outubro de 2021, a militância pôde participar de intenso debate em torno do temário do Congresso, em especial o **Projeto de Resolução** e também da construção de uma **Plataforma Emergencial de Reconstrução Nacional**.

Houve ainda a discussão e deliberação, neste congresso partidário, sobre as propostas de alterações no Estatuto, o balanço das atividades de direção, a deliberação sobre o número dos membros do CC e a eleição do novo Comitê Central do PCdoB.

A democracia partidária, o processo de debate e elaboração coletiva se deram nas conferências estaduais, municipais, assembleias de base, plenárias das organizações de base e temáticas que reuniram centenas de comunistas em todas as unidades da federação. A opinião da militância também ocorreu de forma pública, com a participação na Tribuna de Debates veiculada no portal pcdob.org.br. Passo a passo, o site também noticiou a agenda congressual realizada.

Derrotar Bolsonaro, revigorar o Partido, comemorar o Centenário

Como demonstração da unidade que imperou no 15º Congresso, a Resolução Política, principal documento em debate, foi aprovada por unanimidade. O texto original foi enriquecido por emendas e contribuições oriundas de várias Conferências estaduais e, também, de delegados/as à Plenária Final.

A Resolução Política do 15º Congresso é constituída por quatro capítulos que interagem entre si: I- Transição na ordem mundial se intensifica e acelera na pandemia; II- Desmascarar, isolar e derrotar Bolsonaro – A questão permanente para salvar o país; III- Federações partidárias – vitória expressiva da democracia; e IV- Revigorar o Partido.

Na parte I, Internacional, uma das principais conclusões aponta que “o declínio relativo dos Estados Unidos e a ascensão da China constituem a principal tendência da geopolítica contemporânea”. Essa alteração do quadro de forças no sistema de poder mundial se relaciona com o Brasil e um elenco de países fora do centro capitalista, pois abre uma janela de oportunidades para que se realizem projetos nacionais contra-hegemônicos.

Já sobre a realidade brasileira, analisada no capítulo II, o texto faz pormenorizado balanço da desastrosa gestão de Bolsonaro, apontando que esse governo da extrema-direita empreendeu uma verdadeira destruição do país e impôs grande sofrimento ao povo e à classe trabalhadora. A Resolução sublinha que a tática de frente ampla se mostrou, pela dinâmica da luta política, como o

caminho correto para as oposições conterem as investidas golpistas de Bolsonaro e também para derrotá-lo. O documento sustenta a convicção de que as oposições poderiam sim vencer as eleições em 2022, como de fato ocorreu. Sublinha, também, que tanto no Parlamento, quanto nas ruas e redes, o PCdoB esteve na linha de frente da jornada oposicionista.

O capítulo III trata da Federação de Partidos, grande inovação democrática que incide para assegurar o pluralismo político que se encontrava ameaçado por leis restritivas e autoritárias. A Federação agora é lei, e o PCdoB conjuntamente com outras forças políticas, através de sua Bancada na Câmara dos Deputados, foi determinante para sua aprovação. O 15º Congresso se realizou em clima de grande entusiasmo, em grande medida porque a Federação descortinou um conjunto de oportunidades para o Partido e também para outras legendas programáticas.

Revigorar o Partido é o capítulo que fecha a Resolução Política. Essa parte do documento tem um conteúdo autocrítico no sentido de que o PCdoB precisa, por meio de um movimento de seu coletivo militante, revitalizar a legenda, sobretudo em três planos: na comunicação digital, na sua ligação com o povo e no fortalecimento de sua estrutura orgânica.

Finalmente, a Resolução Política conclamou o Partido a fazer das comemorações de seu centenário, desencadeadas no 15º Congresso, um instrumento desse movimento de revitalização, do qual uma das expressões mais importantes é a luta para que o Partido viesse a se fortalecer nas eleições de 2022, elegendo uma representativa bancada à Câmara dos Deputados e também elegendo parlamentares às Assembleias Legislativas.

O Congresso também decidiu encaminhar ao Comitê Central, para deliberação, outro importante texto que foi debatido pela militância ao longo de sua agenda de debates. E assim aconteceu. Em 12 de fevereiro de 2022, o CC aprovou o documento *Diretrizes para uma plataforma emergencial de reconstrução nacional*. Seu conteúdo está focado em diretrizes, políticas e medidas que, na ótica dos comunistas, são essenciais para o país sair da crise e também para que seja desencadeado um processo de reconstrução nacional.

Este livro reúne ainda o Informe de abertura do Congresso, proferido pela presidenta nacional do PCdoB, Luciana Santos, que deu o tom do encontro, ressaltando que este ocorreu em um contexto extraordinário, em uma conjuntura nacional e internacional marcada por grande instabilidade política e múltiplas crises. Assim, a presidenta destacou a atuação do PCdoB para impor um fim ao projeto autoritário de poder de Bolsonaro e construir saídas para as graves crises em que estava mergulhado o país.

Como importantes vitórias políticas, a dirigente destacou, na plenária do 15º Congresso, o início das comemorações do Centenário, o avanço do processo de integração com o PPL e a atuação e conquista do Partido na aprovação da Lei das Federações Partidárias. Salientou ainda a tática de frente ampla adotada pelo PCdoB como caminho correto para realizar o enfrentamento ao governo Bolsonaro, e fundamental para as oposições vencerem as eleições de 2022.

O 15º Congresso contou ainda com quatro intervenções especiais, do vice-presidente do PCdoB, Sérgio Rubens; do Líder do PCdoB na Câmara, deputado Renildo Calheiros (PE); do presidente da Fundação Maurício Grabois, Renato Rabelo; e do economista Nilson Araújo, membro do CC e da diretoria da Fundação Maurício Grabois.

O balanço da integração entre o PPL e o PCdoB; a atuação da bancada na Câmara dos Deputados; o informe das atividades da Fundação Maurício Grabois do último período; e as diretrizes para uma Plataforma Emergencial de Reconstrução Nacional foram, respectivamente, os temas das intervenções destes dirigentes.

Sérgio Rubens de Araújo Torres, vice-presidente do PCdoB, veio a falecer pouco tempo depois do Congresso, em 5 de dezembro de 2021, na cidade de São Paulo. Luciana Santos, na nota oficial da legenda *“PCdoB e o Brasil perdem Sérgio Rubens”*, destacou que o dirigente teve uma trajetória de décadas de militância e liderança, vem do lendário Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e de seu sucedâneo, o Partido Pátria Livre (PPL), até chegar, com muita honra, ao PCdoB em 2019.

Acrescentou que Sérgio “foi expoente e liderança de primeira grandeza de uma corrente política patriótica, revolucionária e marxista. Sua atuação como dirigente do PCdoB enriqueceu nossa legenda em sagacidade tática, visão estratégica, cultura patriótica e formação teórica marxista.”

O ato político do 15º Congresso foi marcado pela pluralidade, a amplitude e o respeito que o PCdoB tem entre as lideranças políticas, sociais e culturais do país. O evento ocorreu na manhã do sábado, dia 16 de outubro de 2023, com transmissão ao vivo para as redes sociais do Partido e apresentado pela deputada federal Jandira Feghali (RJ) e a ex-deputada Angela Albino (SC), presentes no ato.

De maneira virtual, as saudações dos participantes ocorreram através de vídeo-mensagens de importantes lideranças que foram enviadas ao Congresso, como do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dos ex-candidatos à presidência da República Ciro Gomes, Marina Silva e Guilherme Boulos, entre outros, que expuseram sua admiração pela legenda comunista e destacaram a importância da Frente Ampla para enfrentar os atuais desafios do país.

Num contexto de pandemia, a programação cultural deste congresso ocorreu nos intervalos da Plenária, com a exibição de curtas criados exclusivamente para o evento e outros clipes musicais e poéticos que valorizam a cultura local de cada região do país.

O respeito que o Partido Comunista do Brasil desfruta entre os comunistas do mundo e da esquerda internacional pode ser medido pela ampla repercussão que alcançou a notícia sobre a realização do 15º Congresso do PCdoB e o contexto de luta que se ambientava em nosso país.

Desta maneira, o PCdoB recebeu quase uma centena de mensagens de congratulações, entre declarações de vídeos e textos, oriundas de 69 países e regiões de todos os continentes, enviadas por 91 partidos, organizações e articulações do campo progressista, os quais listamos neste livro.

A Plenária Final do vitorioso 15º Congresso desencadeou as comemorações do Centenário do Partido Comunista do Bra-

sil, num clima de entusiasmo e esperança, tão próprios de nosso povo. A agenda de celebração de um século de lutas ocorreu em todo o país. O ponto alto da programação nacional foi a realização do **Festival Vermelho**, com atividades culturais e políticas, no Rio de Janeiro, em Niterói, cidade onde o Partido foi fundado.

Este volume contém ainda a lista dos 165 novos integrantes eleitos para o Comitê Central do PCdoB na plenária final do 15º Congresso, além de um breve perfil e foto de cada um dos camaradas eleitos.

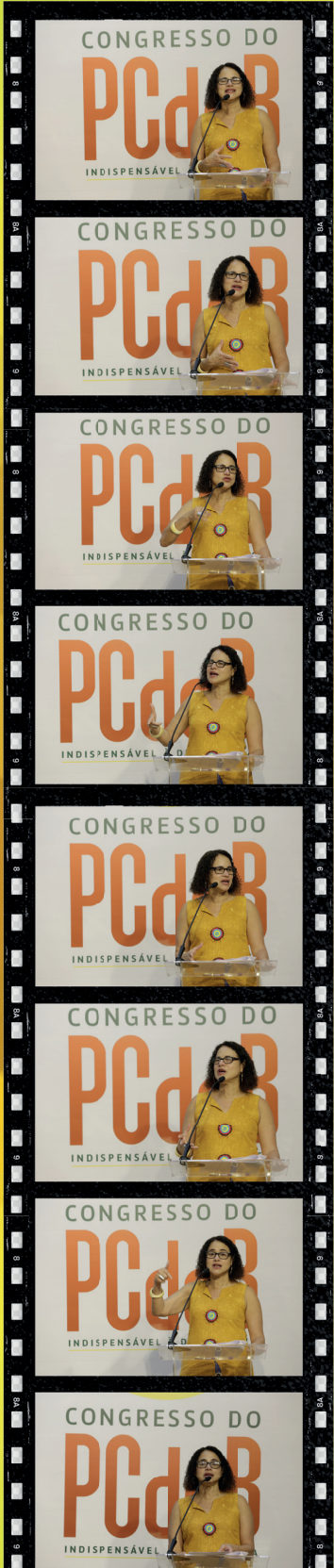
A primeira reunião do novo Comitê Central, realizada pouco antes do encerramento do Congresso, reconduziu à presidência nacional do PCdoB, a dirigente Luciana Santos, que concluiu o encontro com um pronunciamento “em defesa da vida, da democracia e do Brasil”.

Esse discurso, reproduzido neste livro, é assinado pelo Comitê Central e aponta que o 15º Congresso renova seu compromisso com o Brasil e os brasileiros e brasileiras, representando os mais fundamentais interesses da classe trabalhadora, buscando nela sua força para a lutar por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, caminho brasileiro para o Socialismo.

São Paulo, fevereiro de 2024.

Os editores





INFORME POLÍTICO LUCIANA SANTOS



*Luciana Santos**

Chegamos à plenária final do nosso congresso – um momento elevado da vida política do Partido e do desenvolvimento do nosso pensamento político que tem a marca da unidade e da construção de consensos, marcas indelévels do nosso partido.

O 15º Congresso do PCdoB ocorre em um contexto extraordinário, em uma conjuntura, nacional e internacional, marcada por grande instabilidade política e múltiplas crises.

Atuamos para impor um fim ao projeto autoritário de poder de Bolsonaro e para construir saídas para as graves crises em que está mergulhado o país. Ao mesmo tempo, travamos uma intensa luta política com vistas a superarmos os dilemas que as restrições democráticas impõem ao nosso pleno funcionamento.

É um congresso histórico que celebra importantes vitórias políticas e reafirma a resiliência do PCdoB. É o congresso que dará início às comemorações do nosso centenário e que coroa o

processo de integração com o PPL [Partido Pátria Livre]. Ele se dá no momento em que a tática da Frente Ampla ganha contornos mais nítidos e conquistamos a aprovação da Lei das Federações Partidárias, uma vitória política de grande envergadura.

Em situações adversas, reunimos 33 mil militantes, em toda a dinâmica congressual durante a qual debatemos o Projeto de Resolução Política e a Plataforma Emergencial, em um processo enriquecido com as contribuições das conferências estaduais, das dezenas de reuniões municipais, dos encontros dos Organismos de Base e dos textos da Tribuna de Debates. Isto é a expressão maior de nossa inteligência coletiva.

O Projeto de Resolução expressa ampla unidade do Partido em torno da análise da cena política e da tática, fundamenta e aponta rumos dando perspectiva à nossa jornada. É uma base política adequada para orientar o Partido no próximo período. O congresso não se propõe a dar conta de solucionar e enfrentar todos os problemas que temos pela frente. Em um período tão conturbado e complexo, precisávamos ter foco e objetivos bem definidos; por isso, questões mais de fundo, como atualização do nosso Programa Socialista, bem como a Plataforma Emergencial, serão analisadas em outra oportunidade.

O PCdoB empreende grande esforço para se colocar à altura das tarefas e dos desafios de uma realidade instável, regressiva, perigosa, no mundo e no Brasil. Manter viva e pulsante a corrente dos comunistas na política brasileira exige um fecundo trabalho teórico, político, ideológico e prático.

“Faz escuro, mas eu canto”, dizíamos no 14º Congresso. O nosso canto tem descortinado rumos para o país, e o nosso coro, em uma só voz, da necessidade da frente ampla, tem ganhado contornos concretos e ajudado a isolar Bolsonaro. O nosso canto de resiliência ecoou no plenário do 15º Congresso Nacional, demonstrando que o PCdoB é indispensável para a democracia.

Camaradas, vivemos uma época que será lembrada por muitas gerações. A pandemia da Covid-19 tem levado vidas de milhares de pessoas no Brasil e mundo afora. Nós, que somos parte deste valoroso povo que tem sofrido com a ausência de

senso de urgência e o negacionismo, também perdemos entes queridos.

Quero aqui fazer um tributo aos que tombaram nesta luta pela vida. São valiosos camaradas e companheiros de vários estados que foram acometidos pelo coronavírus e não resistiram. São heróis e heroínas da luta pela vida.

A transição na ordem internacional se intensifica e acelera na pandemia

Estimados delegados e delegadas,

Olharmos de modo alargado o contexto em que estamos inseridos. As características, os desafios da nossa época e as disputas no tabuleiro geopolítico permitem-nos extrair elementos que impactam sobre a realidade brasileira e, por tal, elementos para a luta que travamos por mudanças de rumo.

Como afirma nosso projeto de resolução, a pandemia agravou as principais contradições do cenário internacional. Em um ambiente complexo e conflitivo, marcado por sobreposições de fenômenos e por uma intensa luta entre as velhas potências imperialistas – destacadamente os EUA –, países e nações lutam para construir projetos de desenvolvimento soberanos.

Os polos dinamizadores desta conturbada transição em curso são o declínio relativo da superpotência estadunidense e a emergência de novos polos de poder, como o econômico, o político, o diplomático ou o militar, localizados sobretudo na antiga semiperiferia e periferia do sistema internacional. Os fenômenos mais representativos dessa tendência são o protagonismo da China socialista como potência e a recuperação do poder nacional da Rússia.

Os EUA lançam uma estratégica política de renovar a hegemonia americana a partir do cooptação e da contenção de novos polos de poder. Apesar disso, a humilhante retirada das tropas dos Estados Unidos do Afeganistão – materialização da inequívoca derrota sofrida na guerra mais longa que o país já travou – se torna a expressão mais recente dessa perda relativa de poder.

A China Socialista sob a liderança do Partido Comunista, que completou 100 anos em 2021, sustenta há mais de quatro décadas índices elevadíssimos de desenvolvimento econômico, alcançando a condição de maior PIB mundial em paridade de poder de compra. Superou entraves e desafios que foram fatais para a experiência soviética e para a de outros países do campo socialista no século passado. Sua trajetória comprova a atualidade do socialismo em relação à viabilidade de projetos nacionais que consigam combinar desenvolvimento econômico soberano com a erradicação da pobreza e da miséria, a expansão de direitos sociais e a proteção da vida e do bem-estar do povo.

Disputa pelos novos padrões científicos e tecnológicos

No centro dessa dinâmica, está a disputa em torno de novos padrões científicos e tecnológicos que tendem a produzir uma rápida transformação no processo produtivo industrial. O que tem se convencido chamar de 4ª revolução industrial – como a digitalização e conexão à internet do processo de produção, o uso de impressoras 3D, a robótica e a inteligência artificial – produzirá impactos profundos e de longo alcance sobre a produtividade, repercutindo na divisão mundial do trabalho, no comércio internacional, no perfil do emprego e na distribuição de renda. Isso porque o controle dos padrões técnicos, que possibilitará a integração de tecnologias, permitirá o domínio das forças dinâmicas de uma nova fase de desenvolvimento e expansão das forças produtivas.

Em outra face, as inovações e os avanços na tecnologia impuseram grandes transformações na dinâmica da comunicação de massa, instituindo novas e eficazes formas de manipulação que impactam significativamente nos processos democráticos.

Devido a sua importância, vamos organizar no próximo período um debate sistemático e aprofundado sobre estas questões. Trata-se de um tema estratégico para o Partido e estará presente entre nossas prioridades.

Camaradas,

A pandemia da Covid-19 é um dos maiores acontecimentos do século e possui repercussões que vão muito além da questão de saúde, e da econômica, impactando na configuração do tabuleiro da geopolítica mundial. São quase cinco milhões de vidas perdidas ao redor do mundo e mais de 600 mil somente no Brasil.

O enfrentamento à pandemia tem promovido uma cooperação científica, em nível internacional, poucas vezes vista. Nunca se chegou a uma vacina de forma tão rápida. Contudo a pouca disposição de certas potências em cooperar, e tornar mais acessível a vacina aos países em desenvolvimento, faz com que vastas regiões do mundo fiquem muito atrasadas no processo de imunização de sua população.

O mundo pós-Covid-19 tende a aprofundar as desigualdades, o fosso entre o capital e o trabalho, a ebulição social, impasses e polarização política.

Os países que melhor enfrentam a pandemia e seus múltiplos impactos têm como características principais a existência de um Estado Nacional forte, com projeto de país bem definido, que utiliza os instrumentos econômicos e monetários para criar políticas de proteção social, de regulação do mercado de trabalho, e do setor financeiro.

Cabe o reconhecimento de como a China socialista enfrenta o desafio da covid-19, seja na área científica, com o desenvolvimento de vacinas e oferta de insumos, seja na esfera produtiva, com uma recuperação econômica que chama a atenção.

Crise do liberalismo e impasses na esfera econômica

Outro fator estruturante do cenário internacional é a crise sistêmica pela qual passa o capitalismo, que tem na atualidade a financeirização e o rentismo como características principais. A pandemia fez desabar uma economia que mal havia conseguido se recuperar da crise deflagrada em 2007-2008; mas, passados 13 anos desde o seu início, os dilemas que a originaram permanecem presentes.

As medidas de austeridade e choque fiscal que marcaram o receituário demonstraram-se incapazes de responder aos desafios do mundo.

Aguçaram contradições sociais no interior das nações, concentraram riqueza, atacaram direitos sociais. Há um sentimento cada vez maior de injustiça e uma percepção de que a desigualdade se amplia.

Parcelas das elites deixaram de lado o polimento do liberalismo político e flertam com forças de extrema-direita anticivilizacionais, com vistas a manterem suas margens de lucro. O resultado disto tem sido a emergência de forças obscurantistas e de extrema-direita em inúmeros países europeus e nos próprios EUA. Contudo, em essência, o capitalismo vive seus impasses estruturais; o que, no curso da crise, torna visível sua faceta mais desprovida de pudores.

As ameaças à paz e à soberania adquirem novos contornos.

As potências imperialistas que se encontram no centro do sistema utilizam todos os instrumentos possíveis para manter seu status quo. Não há renúncia ao uso da força, ao intervencionismo. Ao contrário, fazem uso de estratégias de desestabilização, produzem conflitos assimétricos, utilizam-se de ataques cibernéticos, disseminação de notícias falsas, guerras comerciais, e até da difusão, por meios acadêmicos, de ideias e ideologias que buscam fragmentar os grandes Estados da periferia. Tudo é válido para conter a emergência de novos polos de poder.

Os povos resistem à ofensiva conservadora

Por fim, um último elemento. Apesar de toda a ofensiva e da particularidade do momento em que vivemos, os povos ao redor do mundo resistem e conquistam vitórias importantes. Os projetos de forças ultraconservadoras e de feições fascistas também sofrem derrotas, ou ao menos são contidos em países da Europa, e mesmo nos EUA com a derrota de Trump.

Após uma reação conservadora ao ciclo progressista vivido na América Latina, temos visto importantes vitórias das

forças progressistas e democráticas na região, como as conquistas eleitorais na Argentina e na Bolívia e o processo constituinte chileno.

Saudamos a heroica resistência do povo cubano que, em pleno enfrentamento e recrudescimento do bloqueio, busca implementar importantes mudanças na esfera econômica. Do mesmo modo, acompanhamos a brava resistência do povo venezuelano, mesmo com tanto cerco econômico e político.

A grande questão de nossa época é a construção de alternativas!

Estamos diante de uma forte crise do liberalismo, onde surgem expressões sombrias e retrógradas como alternativas. O neocolonialismo e o neofascismo são espectros que rondam o ambiente político mundo afora. Que alternativas existem ao capitalismo contemporâneo? Quais são as saídas para a crise que está colocada?

Hoje, a luta contra o neocolonialismo e o neoliberalismo passa essencialmente pela questão nacional, passa pelo fortalecimento da soberania nacional a partir de um projeto de desenvolvimento que dê condições de materializarmos nossas imensas potencialidades em benefício de nossa gente.

Estamos seguros de que as forças que buscam a transformação social conseguirão descortinar novos caminhos para lutas emancipacionistas. A luta por uma nova sociedade, a socialista, está presente nos dias de hoje. Ela representa conquistas civilizacionais, soberania, desenvolvimento e progresso social. O tempo presente, e futuro, é do socialismo!

Mil dias do governo Bolsonaro

Queridos Camaradas,

O nosso congresso ocorre no marco dos mil dias do governo Bolsonaro e a um pouco mais de um ano das eleições de 2022. São dois parâmetros temporais que nos ajudam a refletir

sobre a evolução das tendências e de como atuarmos no curso dos acontecimentos políticos.

O quadro político brasileiro é marcado por uma grande instabilidade, por uma sequência de crises múltiplas e simultâneas, que evolui com celeridade, produzindo, nos últimos meses, inflexões decisivas no comportamento das forças políticas, econômicas e sociais que se refletem nas pesquisas. É crescente o isolamento de Bolsonaro, ao tempo em que ganha contornos cada vez mais nítidos e variados a Frente Ampla.

Apesar dos recuos táticos, Bolsonaro não mudou de estratégia. O epicentro dinamizador das crises é o próprio governo. O caos e a confrontação e a erosão das instituições são parte de seu método. Procura levar as instituições ao impasse, fragilizando o Estado Democrático de Direito, com vistas a impor a ruptura com o regime democrático e instituir uma ordem política autoritária, retrógrada e subalterna.

O governo Bolsonaro é maléfico para o Brasil

O Brasil sob o governo da extrema-direita regrediu em vários sentidos nos últimos três anos. A democracia e as instituições nunca foram tão ameaçadas. O desemprego e a inflação atingiram números recordes. A renda do brasileiro caiu ao menor patamar em dez anos. Ampliamos a desigualdade e a pobreza, a fome retornou a bater à porta da nossa gente, o feijão e o arroz começam a deixar de fazer parte do prato dos brasileiros. Um número cada vez maior de pessoas volta a cozinhar usando lenha ou álcool por não conseguir comprar o gás de cozinha. O drama social pode ser visto nas ruas, com um número cada vez maior de pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade.

O governo Bolsonaro conseguiu, em curto espaço de tempo, destruir uma tradição diplomática, construída ao longo de inúmeras décadas. Rompeu com princípios da nossa política externa – como o de não ingerência e de relação fraterna com os nossos vizinhos – que nenhum outro governante adotou, ora hostilizando a Venezuela, ora provocando a China, nosso princi-

pal parceiro comercial. Nós nos isolamos do BRICS e paralisamos o processo de integração regional. Em um contexto marcado por profundas transformações no tabuleiro geopolítico, o Brasil deixa de ser polo dinamizador da luta por uma nova ordem para se tornar um pária na cena internacional.

A recuperação em V da atividade econômica não chegou. Ao invés disso, vivemos um quadro de estagflação, com uma inflação que já supera os dois dígitos e um risco iminente de apagão do setor elétrico, contribuindo para o baixo crescimento econômico.

A política ultraliberal do teto de gastos corta recursos fundamentais para o funcionamento do Estado brasileiro, em áreas como saúde e educação, e elimina a realização de investimentos. O Banco Central “independente” realiza aumento da taxa de juros deprimindo ainda mais a retomada econômica.

Somente o orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação sofreu um corte de 92% de seu orçamento, afetando, entre outras áreas, a destinação de recursos para bolsas de estudo do CNPq e para o Centro Nacional de Vacinas, um projeto estratégico para o país, responsável pela produção de vacinas contra a malária e a Covid-19, entre outras doenças.

O Brasil vai se tornando um país mais pobre. São 800 mil empresas quebradas, com perda de massa salarial. E 14,4 milhões de pessoas desempregadas, em um processo de acelerada desindustrialização e “uberização” de nossa força de trabalho. A expressão mais dramática da incompetência do Governo Federal é o aumento alarmante da fome, na medida em que 116,8 milhões de pessoas vivem em insegurança alimentar.

Temos 20 milhões de brasileiros que costumam passar mais de 24 horas sem comer.

Bolsonaro e Guedes empreendem ataque criminoso à Petrobras. Esta, uma das maiores construções que os brasileiros já fizeram, vem sendo atacada de forma vil. A política de desmonte do sistema Petrobras, com a venda das refinarias a preços abaixo de mercado, com o desmembramento e venda da BR Distribuidora, a exportação de petróleo cru e a redução do refino local,

torna o Brasil mais dependente da importação de derivados e da variação dos preços internacionais.

Conjuntamente a isto, a política de alinhamento automático dos preços dos combustíveis ao mercado internacional impacta a inflação, compromete os orçamentos das famílias e aumenta os custos de produção, para benefício de alguns acionistas. Buscando mascarar esta realidade, Bolsonaro joga no colo dos governadores o custo do aumento dos combustíveis, tentando impor a narrativa de que o problema é o ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços].

A preocupação com a pandemia vai dando lugar à gravidade da situação econômica

O Sistema Único de Saúde (SUS) e seus trabalhadores deram uma demonstração da sua importância para o Brasil no transcurso da pandemia. Mesmo com sabotagens ao Programa Nacional de Imunização, a pressão da sociedade e a atuação dos governadores e dos prefeitos nos levaram a atingir o número de 45% da população brasileira completamente imunizados, e, na primeira dose, de 69% de pessoas vacinados.

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 no Senado, que concluirá nos próximos dias seus trabalhos, desnudou os crimes cometidos contra a vida durante a pandemia: sabotagem à vacinação, boicote ao isolamento social e até apoio a experimentos em humanos. O relatório deve incriminar pesadamente o presidente e seus ministros e assessores, pois, apesar de as consequências jurídicas serem incertas, o desgaste político será significativo.

Se não fosse a sabotagem do governo federal, poderíamos ter bem menos do que 600 mil mortos. Se, por um lado, as famílias ainda choram por seus parentes perdidos, a pandemia vai deixando de ser um assunto presente nos noticiários, a vida começa a ganhar contornos de uma seminormalidade e a preocupação maior dos brasileiros se volta para a situação econômica.

O Brasil na atualidade vive à deriva

O Brasil, às vésperas de completar o bicentenário da sua independência, está diante de uma encruzilhada: precisa abrir caminhos que levem ao fim do governo Bolsonaro, ou correrá o risco de aprofundar a desagregação enquanto Nação. O legado do governo Bolsonaro é maléfico em todos os sentidos para o Brasil e o nosso povo. A necessidade de impor um fim a esse governo o quanto antes é uma premissa que está na ordem do dia.

A intentona golpista de 7 de setembro

Bolsonaro, com as manifestações realizadas no dia 7 de setembro, realizou ao mesmo tempo uma demonstração de força e ampliou o nível de seu isolamento na sociedade. Acuado diante do avanço das investigações decorrentes do inquérito das fake news, Bolsonaro buscou realizar uma demonstração de forças e emparedar o Congresso e no Supremo. Uma intentona golpista. Demonstrou que possui algum poder de convocação.

Reuniu um número significativo de pessoas, em cidades como São Paulo, Rio e Brasília. No entanto, para os dois meses de preparação e o volume de recursos investidos, as manifestações foram aquém do que se esperava.

As Forças Armadas que Bolsonaro busca arrastar para o centro da crise refugaram de participar da opereta golpista, e as forças policiais que ameaçavam ir às ruas também não compareceram.

A reação política foi tamanha que Bolsonaro não teve outra alternativa a não ser recuar. Sua capitulação, após ameaças de não cumprir decisões judiciais e insuflar a anarquia, foi resultante da pressão dos mercados e do sistema político, que constatarem o risco real de perda do mandato.

Não é a primeira trégua que Bolsonaro faz. Ainda em 2020, a prisão de Fabrício Queiroz o levou a uma aproximação com o Centrão que se estende até este momento. O recuo de agora lhe permite ganhar tempo para negociar com o STF, prin-

cialmente, e com agentes econômicos e para construir agendas políticas. O foco é a preparação para a disputa de 2022. No entanto, a Suprema Corte não dá sinais de recuo. O importante no inquérito das fake news é descobrir quem o financia, quais são suas conexões internacionais e como desmantelá-lo antes das eleições de 2022.

O isolamento é real, assim como a capacidade de manobra

Bolsonaro vai perdendo apoio em todas as esferas, principalmente entre setores econômicos importantes, como ficou demonstrado com o lançamento dos vários manifestos de representantes do PIB, do mercado financeiro e do agronegócio.

Conforme indica o DataFolha, Bolsonaro é o candidato à reeleição com o maior índice de rejeição de todas as corridas presenciais. Hoje 59% dos eleitores indicam que não votariam nele. Contudo sua avaliação, mesmo com a pandemia e 600 mil mortos, não cai dos 20%.

Não é inteligente presumir que o governo assistirá passivamente suas dificuldades aumentarem sem se fazer valer dos instrumentos e recursos econômicos e políticos que possui. A Presidência da República é uma máquina muito poderosa quando colocada em função de um projeto político. A grande vantagem de Bolsonaro, diante de qualquer outro oponente, é poder empenhar gastos. Bolsonaro e seus aliados se farão valer de todo tipo de medidas que busquem beneficiar sua base e seus interesses.

Bolsonarismo é uma força organizada e disciplinada

Mesmo sendo uma expressão política inorgânica – sem um partido, ou uma organização –, o bolsonarismo se orienta de forma verticalizada por um discurso que dá coesão e coerência às ações do grupo.

O bolsonarismo é uma força retrógrada e autoritária, de feições fascistoides, que fincou bases reais na sociedade brasileira. É um projeto de poder autoritário que conta com uma base

social de massa organizada e mobilizada no cenário político. Procura exercer influência sobre a base do Exército e sobre as polícias dos governos locais, o que lhe permite contornar o controle que a cúpula do Exército realiza de maneira centralizada sobre o aparelho repressivo.

Tem a seu serviço uma poderosa máquina de propaganda, com comunicação segmentada entre evangélicos, caminhoneiros, policiais e parte dos ruralistas. Ela é capaz de injetar ânimo em seus apoiadores e difamar adversários. Se não for desmontada, será um importante ativo para a disputa de 2022.

As manifestações de 02 de outubro fortalecem a política de Frente Ampla

Camaradas,

A tática de frente ampla democrática de todas as oposições defendida pelo PCdoB se firmou e está em ascenso. A defesa da conformação de frentes políticas amplas é parte da identidade política do PCdoB e defendida por nós em momentos de grandes impasses e crises como vivemos atualmente.

Essa tática demonstrou ser o caminho correto para realizar o enfrentamento ao governo Bolsonaro. Expressão maior disto é a crescente articulação em amplo espectro da sociedade, do mundo político, nas instituições e nas manifestações de rua.

Os atos do último dia 2 de outubro são uma virada política. Eles reuniram um amplo leque de forças e foram expressivos, tanto pelo número de cidades quanto pela quantidade de pessoas nas ruas. O Partido se fez presente com destaque. Contudo não foram maiores que outros atos que já realizamos. Nota-se também que as tensões presentes na manifestação ofuscaram em certa medida a repercussão e são repudiáveis.

Apesar das tensões, cresce a consciência da necessidade de juntos pormos um fim imediato ao governo Bolsonaro.

Os próximos meses serão de grande tensão e crise continuada

Atentem, a trégua de Bolsonaro é momentânea, visa a recuperar algum tipo de força e voltará. Contudo, dentro desse quadro é possível afirmar que os próximos 12 meses serão de muita tensão e instabilidade. Quem acha que as eleições serão um passeio está muito enganado.

O cerco ao esquema bolsonarista irá continuar, como também continuarão os intentos de Bolsonaro de impor uma ruptura.

Contudo, a dinâmica de 2022 já domina o ambiente político.

Em todas as esferas da vida política e social, a dinâmica que predomina é a da disputa em torno das eleições de 2022. Após a definição das regras eleitorais no fim de setembro e a janela eleitoral em março, esse processo ganhará ainda mais celeridade.

São intensas as movimentações políticas em torno das pré-candidaturas, como as caravanas que Lula realiza pelo Nordeste ou mesmo as agendas pela capital do país; as prévias do PSDB; a fusão do DEM ao PSL; os movimentos de Kassab; e até os movimentos do próprio Sergio Moro.

A campanha tende a ocupar toda a dinâmica de 2022. Será uma das grandes disputas, talvez a mais tensionada e ameaçada. De seu desfecho dependem, em grande medida, os destinos do Brasil.

Até então não há um nome forte, no campo da direita propriamente dito, que venha a disputar os votos com Bolsonaro. Os sinais que Sergio Moro dá são trocados e não é seguro que venha a deixar sua lucrativa consultoria para ser candidato.

Se Bolsonaro mantiver os traços gerais de seu discurso, acredita-se que poderá fazer movimentos táticos de orientação ao centro. Até porque, no que toca à agenda econômica, tanto a centro-direita como Bolsonaro possuem muitos pontos em comum.

No campo do centro e centro-direita, há o esforço da construção de uma candidatura de terceira via. Para a viabili-

dade deste campo político, todas as fichas são jogadas para a inviabilização da candidatura de Bolsonaro, seja por um impedimento, seja pela condenação no inquérito das fake news. Nunca é demais lembrar que, quando as elites decidem algo, elas não se importam com a violência política, como vimos na disputa de 2018 quando retiraram o líder nas pesquisas, o ex-presidente Lula.

No campo da centro-esquerda, a candidatura de Ciro Gomes tem debatido saídas para a crise brasileira, reforçando o campo da oposição.

A candidatura do ex-presidente Lula lidera em todas as pesquisas e em todos os cenários. Contudo, não é imbatível. Ainda paira na sociedade um forte sentimento antipetista que pode mudar o curso dos acontecimentos.

São importantes todas as iniciativas eleitorais que disputem com Bolsonaro.

Hoje, portanto, mesmo que a tendência seja de vitória do campo opositor, a disputa será acirrada e está aberta. Em uma análise objetiva das tendências, não se pode descartar uma vitória de Bolsonaro. Da mesma forma, é possível que a chamada terceira via consiga montar uma candidatura competitiva.

O ano de 2022 será de intensa luta política e de classes. O PCdoB empenhará seus esforços para a convergência das mais amplas forças com vistas a derrotar este projeto que é inimigo do Brasil próspero, democrático e soberano, representado pela candidatura de Bolsonaro.

Camaradas,

Tratemos agora sobre uma importante vitória do pluralismo democrático: a aprovação da Lei das Federações partidárias é uma vitória espetacular, resultante de uma batalha épica feita em um cenário de profunda adversidade política. Trata-se de uma ideia que circula desde o processo constituinte, ganhando mais força na década de 1990 com o nosso Haroldo Lima e com o deputado mineiro Bonifácio de Andrada. Ao longo desse período, em inúmeras vezes ele voltou à baila, tendo em certa ocasião

perdido na Câmara dos Deputados por poucos votos.

Escrevemos um capítulo importante da história política do PCdoB. Depois da reorganização do Partido, após a ditadura, nosso querido João Amazonas, parlamentar da bancada do Partido de 1945, sempre buscou transmitir o ensinamento político de ser necessário cultivar o convívio democrático no ambiente parlamentar.

Para avaliarmos esse feito, não podemos desconsiderar o contexto em que a lei foi aprovada e sancionada. Trata-se de uma conjuntura completamente adversa para as forças democráticas e progressistas, em que temos um governo de extrema-direita, profundamente anticomunista e que faz constantes ameaças aos marcos democráticos. O próprio tumulto institucional e as múltiplas crises que o país atravessa atrapalhavam o desenrolar de uma matéria como esta. Temos um parlamento, no qual as forças progressistas e de esquerda não ultrapassam 140 votos. Um parlamento que veio, nos últimos anos, aprovando medidas, com apoio inclusive das forças de esquerda, que visam a restringir o número de partidos.

Nós rompemos uma ideia hegemônica entre as forças políticas de todos os espectros. Havia um forte consenso de que não se deveria alterar a legislação eleitoral. Realizamos um intenso trabalho de convencimento de cada um dos partidos.

Foi epopeico o percurso de sua aprovação. Conseguimos retirar a matéria da comissão especial da reforma política, instalar o debate sobre o tema na Câmara, bem como pautar a urgência, os votos necessários para aprovar a urgência. Conseguimos ainda levar a matéria a plenário, onde foi aprovado o mérito por 304 votos. E, além disso, convocar a sessão do Congresso Nacional em uma segunda-feira, e derrubar um veto presidencial com 45 votos no Senado, e 352 votos na Câmara.

Prevaleceram a ideia justa, o respeito e admiração por nosso partido. O PCdoB possui “Têmpera de Aço”, como o nosso Haroldo Lima falava, que retira forças de onde não se sabe, que faz do impossível o possível. É uma vitória que dedicamos à memória do nosso Haroldo!

Camaradas,

A Federação abre um novo caminho na democracia no país, permitindo que se institucionalize a tradição frentista na esfera da luta eleitoral. Ela se torna uma grande janela de oportunidades para o campo progressista e popular no Brasil, e particularmente para o PCdoB.

É um instrumento muito usado mundo afora, que tem grande importância em países como África do Sul, Uruguai e Portugal, como expressão eleitoral e política dos comunistas.

Para jogar papel no cenário político brasileiro, ela terá que ter uma visão estratégica que fortaleça sua dimensão tática. Devemos ter como objetivo que ela seja construída em aliança com partidos do nosso campo em torno de um programa mínimo e que tenha peso na disputa de 2022. Uma Federação de partidos que dê perspectiva de poder, que dispute os rumos e incida na vida real do país.

Devemos fazer esse debate com cada uma das forças políticas do nosso campo. Está em curso um processo de reorganização do sistema político brasileiro e a tendência maior é de concentração de forças. Será muito difícil o ambiente para quem ficar só. Assim como fizemos, no início, uma intensa luta de ideias, buscaremos debater o ponto de vista estratégico. A Lei de Federações nos possibilita um instrumento político para que as forças populares e progressistas possam constituir uma plataforma eleitoral que lhes permita incidir com maior força na conjuntura nacional. Permite que possamos constituir um novo polo político no espectro brasileiro.

Ao mesmo tempo, é preciso que se tenha uma dimensão tática muito presente: Garantir a eleição de nossa bancada e a possibilidade de ampliar e fortalecer nossa intervenção política no parlamento.

Sabemos que não é fácil montar uma equação dessas, mas não podemos nos furtar de fazer esta disputa. A Federação é um momento de virada. Se soubermos aproveitar este instrumento, poderemos abrir uma nova fase política de acumulação

política para o Partido em um vigoroso processo de revitalização e relançamento do PCdoB nas disputas eleitorais. Com essa perspectiva, é possível o revigoramento do Partido; sem ela, é mais uma profissão de fé.

Camaradas, este congresso debaterá, reunirá massa crítica, mas não tomará uma definição sobre a Lei das Federações pelo fato de não haver elementos para uma tomada de decisão. Há muita coisa ainda em construção. Esta é uma decisão a ser tomada em um próximo Comitê Central.

Contudo, não podemos e não devemos estabelecer travas no debate preliminar sobre com quem conversar.

Hoje o debate em torno das federações é algo que começa a se instalar no conjunto das direções partidárias. Não há consenso em relação a com quem fazer, com quem federar. Contudo, o desfecho se dará com celeridade.

A construção de alternativas políticas e legislativas com vistas a assegurar nossa atuação institucional se orienta pelos pressupostos de preservação da continuidade histórica, identidade e autonomia do Partido Comunista do Brasil. Isto feito com respeito à democracia interna, a um amplo debate, com liberdade de opinião, à divergência de posições e a um forte sentido de construir nossa unidade e buscar saídas políticas. A aprovação da Lei das Federações é resultado do persistente e unitário trabalho do coletivo partidário.

Agora, como já dito em outra ocasião, não há tema que não tenha sido debatido por nossa direção. O mesmo ocorrerá com a construção da Federação. Aprofundaremos o entendimento das variadas facetas do tema, para assim podermos construir nossos consensos e fortalecer a nossa unidade.

Começa agora o segundo tempo da partida

A Lei de Federação foi aprovada há apenas 20 dias e ainda tem que ser construída. A principal ofensiva neste momento se dá em relação ao esforço para que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estabeleça o mais rápido possível uma regulamentação que não

inviabilize essa lei. Uma regulamentação que dê autonomia aos partidos, a partir da constituição de seus estatutos, para definirem a dinâmica de funcionamento da Federação.

Precisamos estabelecer um equilíbrio entre a dimensão estratégia e a dimensão tática. O eleitorado e os setores esclarecidos dos grandes centros clamam pela unidade das forças progressistas. As experiências mundo afora e uma análise mais objetiva nos indicam que, independentemente de com quem se venha a formar uma Federação, haverá um intenso exercício de unidade e luta.

O tempo é curto, sabemos. Por isso atuamos com sentido de urgência, prudência e paciência que a matéria requer. Este foi o método que nos levou à vitória da aprovação da Lei da Federações.

A decisão em torno da Federação condiciona todo o nosso projeto eleitoral, e sabemos o quanto ele está avançado em cada localidade. Ainda não estamos atrasados, contudo não podemos perder tempo. Temos que operar, criar bases para que ainda este ano tenhamos conversas mais bem encaminhadas. A construção da Federação será um exercício de enorme paciência e sentido de construção de unidade. As particularidades do Brasil com seus imensos municípios tornam este desafio ainda maior.

Uma última questão. Devemos buscar que a Federação tenha uma identidade e símbolos mais compreensíveis ao nosso povo e a nossa cultura política. Não deve ser algo que nos deixe presos, espremidos, mas algo que consiga ultrapassar estas marcas com uma referência política clara. Neste sentido, as noções de Popular, União e Frente são ideias que devemos ir amadurecendo.

Estimados camaradas, vivemos um período de resiliência e vitórias. O debate do Congresso é, em si, de balanço e perspectivas. No balanço temos de nos firmar em torno das questões fundamentais, extraíndo lições e projetando perspectivas. O debate sobre o trabalho de direção e a formação do novo núcleo é das tarefas mais importantes na vida do Partido.

A primeira e mais importante constatação é de que o processo congressual ocorreu no mais alto e elevado nível de unidade política. O processo de debates das conferências teve um menor engajamento, mas foi realizado em um ambiente de am-

pla unidade.

O quadriênio que avaliamos é marcado pela consolidação do golpe e ascensão de uma força de extrema-direita ao governo do Brasil. Ao longo deste período, o trabalho do Partido se viu colocado por desafios de ordem política e material. Estivemos à rente de um dos períodos mais duros para a vida do país – e, por consequência, do Partido –, desde a conquista da legalidade na década de 1980.

Em 2018 acertamos na tática quando procuramos dotar o Partido de um papel político maior, estabelecendo entre as iniciativas o lançamento de uma pré-candidatura presidencial com a camarada Manuela d`Ávila, que percorreu o país debatendo uma plataforma de ideias para o Brasil.

Compusemos pela primeira vez uma chapa majoritária que chegou ao segundo turno obtendo o voto de 40 milhões de brasileiros.

Reelegemos em primeiro turno, com uma votação expressiva, o governador do Maranhão, Flávio Dino, coroando um programa de governo implementado por muitos quadros do Partido e que transformou a cara do Maranhão.

Contudo, o vendaval bolsonarista, somado a uma queda em nossas votações nos grandes centros que vem se expressando há um certo tempo, levou-nos a não atingir o percentual de votos para superarmos a cláusula de barreira. Este fato acarretou-nos impactos políticos e materiais. Dele resulta o processo de integração com a força revolucionária Partido Pátria Livre que tem se demonstrado um dos grandes acertos políticos deste período.

Podemos afirmar que, nos últimos anos, o Partido esteve em questão de modo latente e forte. Tivemos uma enorme pressão externa. Perdemos lideranças importantes e, por isso, muita gente achou que desapareceríamos. Aqui estamos nós!

Do ponto de vista do enfrentamento ao governo de extrema-direita, adotamos a tática de Frente Ampla como forma de desmascarar, isolar e abrir perspectiva para derrotarmos Bolsonaro. Denunciamos, desde o primeiro instante, o caráter autoritário e retrógrado de seu projeto de poder, bem como os interesses e as

forças que lhe davam sustentação.

A política de Frente Ampla e a busca de contenção dos arroubos autoritários de Bolsonaro se expressaram na atuação da Câmara de Deputados, sob a presidência de Rodrigo Maia, no Fórum dos Governadores, como também nas distintas iniciativas que protagonizamos perante o Supremo Tribunal Federal.

O enfrentamento à maior crise sanitária de nossa história contou com a atuação expressiva de nossa força, seja por meio dos milhares de militantes do Partido que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS), seja por meio dos governos locais, como também pelo papel de nossa bancada. Frente ampla para salvar vidas e derrotar a política genocida de Bolsonaro foi o que nos orientou neste período.

Cabe um registro especial aos nossos líderes nesse período: Orlando Silva, Daniel Almeida, Perpétua Almeida e Renildo Calheiros. E igualmente ao conjunto da bancada: Jandira Feghali, Alice Portugal, Professora Marcivânia, Marcio Jerry e Rubens Jr. Uma bancada de nove parlamentares que se destaca por ser uma das mais influentes e atuantes no Congresso Nacional. Ela foi peça-chave na articulação e aprovação das medidas de enfrentamento à pandemia, coordenou o debate de temas estratégicos, atuou na defesa dos direitos dos trabalhadores contra a precarização do trabalho, trabalhou na aprovação de medidas que estimularam a participação de mulheres e negros na política, buscando dar ao parlamento a cara do nosso povo.

Mesmo com as restrições que a pandemia tem nos imposto, as ruas foram um momento alto do período. O movimento estudantil com o tsunami da educação, o fórum das centrais e as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, as torcidas organizadas, os trabalhadores de aplicativo e os atos do movimento Direitos Já compuseram um importante mosaico das lutas neste período.

Podemos afirmar que a justeza da formulação política, em conjunto com nosso empenho por sua aplicação, permite-nos dizer que chegamos ao nosso congresso com a avaliação de que acertamos na tática da Frente Ampla. Hoje ela ganha contornos mais definidos e contribui para desmascarar, isolar e abrir cami-

nho para derrotar Bolsonaro.

Camaradas, é um novo tempo para o PCdoB!

Quando a democracia se fortalece, o PCdoB se fortalece. Como temos dito ao longo deste ano, a superação dos desafios que nosso Partido possui está relacionada à construção de saídas para a crise política que o Brasil vive. O nosso revigoramento se dará casado com a luta por um novo ciclo político para o Brasil, com uma força que irradie perspectiva de poder.

Temos desafios que persistem e aos quais devemos nos dedicar no próximo período. Temos que aprofundar o enraizamento do Partido ao nosso povo, fortalecer uma política de territorialidade, relançar uma política para a nossa linha de massas, como também colocar nossa comunicação em outro patamar e fazer com que a nossa influência política se materialize em votos, principalmente nos grandes centros urbanos do país.

Como afirmamos, abre-se uma janela de oportunidades para o PCdoB. Podemos construir um novo capítulo na história de nossa participação na luta político-eleitoral e contribuir para o revigoramento do partido em todas as esferas.

Em conjunto com isto, acreditamos que o debate em torno do Novo Conceito de Direção pode contribuir em grande medida para esse esforço de revigoramento do Partido. Ele passa por estabelecermos um núcleo mais político, uma Comissão Política Permanente, por melhorar a dinâmica do nosso Sistema de Direção, reforçando as Comissões Auxiliares, os Fóruns, Grupos de Trabalho e as próprias reuniões do Comitê Central.

Diante disto, trazemos ao plenário do congresso o debate sobre um Novo Conceito de Direção, que busca produzir ajustes no formato do nosso núcleo dirigente e que teve ampla concordância nos debates da CPN e CC. Buscamos, dentro da nossa tradição de partido leninista, adequar o modelo de direção às necessidades que possuímos. Tudo isto será feito com liberdade e levando em consideração a nossa cultura política.

O entendimento é de que, para além de acertar na política, o nosso núcleo de direção tem que, em tempo ágil, conseguir operacionalizá-la, transformando nossa opinião política em for-

ça material. Um núcleo que em sua composição não precise conter todas as funções executivas, mas que leve em conta a direção do Partido em alguns estados, a bancada federal e expoentes públicos e quadros da luta de ideias.

Em síntese um núcleo menor e mais dinâmico que auxilie na elaboração, execução e irradiação da nossa política para as fileiras partidárias.

Realizamos um esforço importante de alternância, redução e renovação do nosso Comitê Central.

Não somos um partido de massas, mas somos um partido com massas de quadros.

Muitos quadros compõem o nosso Partido. Esta é a nossa principal riqueza e patrimônio. Não há no país uma outra organização com o nosso nível de elaboração coletiva, com um conjunto de quadros a serviço das ideias avançadas.

Não seria factível que todos compusessem o núcleo nacional de direção, mas temos que mobilizar esses quadros para contribuir em grupos de trabalho especiais, no fortalecimento das direções estaduais, em instâncias que requerem empenho de quem possui experiência política. Ou seja, precisamos que nossos quadros, mesmo os que não estejam de modo efetivo no CC, componham o sistema de direção.

Gostaria de realizar um agradecimento especial ao Comitê Central cessante, bem como à CPN e à Comissão Executiva Nacional. Estas instâncias foram essenciais para a condução do Partido e o desempenho das funções de presidenta.

Do mesmo modo, quero enviar meu abraço caloroso a todos os comitês estaduais e municipais, a cada militante do Partido que o constrói dia a dia e luta por uma nova sociedade!

Camaradas,

Como diria o poeta, “a história é um carro alegre, cheio de um povo contente, que atropela indiferente todo aquele que a negue”. Sigamos escrevendo a história. Viva o PCdoB! Fora, Bolsonaro!

**Luciana Santos, presidenta nacional do PCdoB*



II RESOLUÇÕES APROVADAS



CONGRESSO DO
PCdoB
INDISPENSÁVEL À DEMOCRACIA

Resolução Política

RESOLUÇÃO POLÍTICA DO 15º CONGRESSO

Introdução

O 15º Congresso ocorre no contexto de acirramento das lutas de classes, nos âmbitos nacional e internacional, e no das exigências das saídas para as graves crises em que está mergulhado o país. Ele deverá ensejar o revigoramento do PCdoB para superar os imensos desafios que se apresentam em relação à sua presença na vida institucional brasileira.

O Partido encaminha-se para celebrar seu centenário de lutas pela construção soberana do Brasil, reafirmando – e tendo em conta os desafios da contemporaneidade – seu compromisso com a classe trabalhadora e com o socialismo, que tem por caminho a construção de um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. É uma trajetória que se confunde com a própria história do país e das lutas do proletariado, no seu sentido mais amplo. Ao mesmo tempo, empreende a necessária atualização e renovação de suas linhas de ação e construção partidárias, para que estejam de acordo com as exigências atuais das lutas de classes.

Ao longo de sua jornada, o Partido enfrentou as mais diversas situações. Longos períodos em que o autoritarismo, de governos conservadores ou de ditaduras, implicou a cassação de mandatos, prisões e perseguições de toda espécie e a resistência prolongada dos comunistas; e naqueles em que houve ascenso democrático e exercício das liberdades; em embates ideológicos complexos, como aqueles travados à época da crise do socialismo e da ofensiva neoliberal na década de 1990; e, mais recentemente, na atuação institucional, como parte dos governos progressistas.

Em todos esses momentos, o Partido defendeu uma política de ampla união de forças em defesa da democracia, do povo e da nação, e procurou manter sólidos laços com a vida e a luta dos trabalhadores e das camadas populares. Disso derivam a força, o prestígio e a permanência do PCdoB.

O 15º Congresso se regozija com as conquistas obtidas na luta contra Bolsonaro, por meio da frente ampla, e se congratula com as forças democráticas que asseguraram, no Congresso Nacional, a aprovação da Federação partidária, importante inovação democrática na legislação partidária e eleitoral do país, de alto interesse para as forças populares. O PCdoB está seguro de que, mais uma vez, o Brasil e seu povo vencerão, a democracia será fortalecida e os direitos dos/as trabalhadores/as e do povo serão crescentes. O PCdoB estará sempre nas primeiras fileiras desse combate, ao lado de todas as forças avançadas, para fazer do país uma grande nação, respeitada e querida pelo povo e em todo o mundo.

I – TRANSIÇÃO NA ORDEM MUNDIAL SE INTENSIFICA E ACELERA NA PANDEMIA

O 15º Congresso do Partido Comunista do Brasil realizou-se em meio à maior crise sanitária mundial do último século. A Covid-19, que varreu e abalou o mundo em 2020 e 2021, intensificou tanto as contradições do modo de produção capitalista dominante no planeta quanto a profunda transição em curso na ordem mundial neste século 21.

As principais características da conturbada transição em curso são o declínio relativo da superpotência estadunidense e a emergência de novos polos de poder econômico, político, diplomático e militar, oriundos sobretudo das antigas semiperiferia e periferia do sistema internacional. O fenômeno mais representativo dessa tendência é o protagonismo da China socialista como potência, e a recuperação do poder nacional da

Rússia. O quadro internacional é de agravamento e expansão das disputas, tensões e confrontações, de responsabilidade dos Estados Unidos, na medida em que – após o fracasso da sua tentativa de estruturar uma “nova ordem mundial” unipolar ao final da Guerra Fria – empenham-se, de todas as maneiras, em impedir que outros países trilhem soberana e livremente o caminho da cooperação, da paz, do desenvolvimento econômico e do progresso social.

Diversos Estados estruturam projetos nacionais de desenvolvimento, buscando resguardar sua soberania e ampliar a margem de autonomia no novo contexto geopolítico mundial, marcado por emergente e crescente multipolaridade. Essa evolução abarca países com governos de orientação político-ideológica muito diversa, como Rússia, África do Sul, Índia, Turquia, Irã e até mesmo Coreia do Sul (apesar da ocupação militar dos Estados Unidos).

Essa mudança na correlação de forças internacional decorre do desenvolvimento desigual das nações e cria um contexto mais favorável para a realização de projetos nacionais contra-hegemônicos, a exemplo do que se promoveu no Brasil no auge do ciclo de governos progressistas, nas primeiras décadas deste século, embora ainda persista o quadro de defensiva estratégica gerado pelo colapso do antigo campo socialista no final do século 20.

Lições para o enfrentamento da crise sanitária

A pandemia da Covid-19 gerou uma avalanche de mortes e sofrimento em todo o planeta. Mas a megacrise sanitária não atinge os países de forma homogênea. Aqueles que preservaram estruturas de planejamento e regulação estatal, diante da ofensiva de desmonte neoliberal das últimas décadas – notadamente os países socialistas, mas também países capitalistas como a Coreia do Sul e a insular Nova Zelândia –, conseguiram enfrentar com maior êxito a situação.

Ao longo da pandemia, a mortalidade causada pelo novo coronavírus, em proporção ao tamanho das suas popula-

ções, foi maior nos países da Europa, nos Estados Unidos e na América Latina. Um contraponto fundamental a este balanço funesto é dado pelo desempenho dos países socialistas. A China implementou um programa intenso e integrado que lhe permitiu conter a situação e retomar a normalidade das atividades econômicas em curto espaço de tempo. Desenvolveu quatro vacinas próprias, doou milhões de doses e estabeleceu parcerias de desenvolvimento tecnológico e transferência tecnológica com diversos países. A mesma trajetória de solidariedade e eficácia no enfrentamento da pandemia foi trilhada por outros países socialistas, como Cuba e Vietnã, embora estes tenham sentido um pouco mais os impactos da terceira onda gerada por novas variantes do vírus.

*A ortodoxia neoliberal é incapaz de responder
aos desafios do mundo*

A partir de março de 2020, a pandemia fez desabar uma economia que mal havia conseguido se recuperar da crise deflagrada em 2007-2008 que, por sua vez, foi o desdobramento de uma crise mais geral, de longa duração, de natureza estrutural do capitalismo. De fato, de 2009 a 2019, antes mesmo do início da pandemia, a economia mundial já registrava a taxa mais baixa de crescimento decenal, que não se via desde o período do pós-Guerra. A economia dos Estados Unidos cresceu de 2010 a 2019 à razão de 2% ao ano, a do Japão a 1,5% e a da Europa a 1%. De 1991 até 2019, último ano antes da instalação da crise sanitária, a participação dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental no PIB mundial, medido por Paridade de Poder de Compra (ppc), já havia encolhido de 41,6% para 28,9%, enquanto a participação da China e da Índia passou de 6,6% para 27,3%. O PIB chinês por ppc empatou com o dos Estados Unidos em 2014. Em 2021, o PIB da China deve chegar a US\$ 26,7 trilhões e o dos Estados Unidos a US\$ 22,7 trilhões, que representam 19% e 16% do PIB mundial por ppc, também segundo o FMI.

Em 2020, enquanto os PIBs da China e do Vietnã tiveram crescimento de 2,3% e 2,4%, respectivamente, com a chegada da pandemia, a economia mundial caiu 3,3%, a dos Estados Unidos teve retração de 3,5%, a do Brasil 4,1%, a dos países da zona do Euro 6,6% e a do Reino Unido 9,9%. Essa mesma dinâmica desigual se expressa em 2021. De maneira geral, os países em desenvolvimento da Ásia foram os menos afetados pela crise, em 2020, e são os que sustentam os índices mais elevados de recuperação econômica em 2021. Atualmente, a produção manufatureira global enfrenta rupturas em suas cadeias, com forte escassez de matérias-primas e componentes, chips, semicondutores etc., bem como altas nos preços da energia. O fantasma da “estagnação” (estagnação econômica combinada com inflação) volta a assombrar diferentes países e regiões do mundo, incluindo os Estados Unidos e a Europa. O advento da terceira onda da pandemia global neste ano prolongou e amorteceu, também de forma desigual, os processos de recuperação econômica em curso no mundo.

Depois de posturas negacionistas iniciais – de dirigentes como Donald Trump, nos Estados Unidos, e Boris Johnson, no Reino Unido –, os países capitalistas centrais abandonaram a ortodoxia neoliberal frente à crise sanitária com amplos programas de financiamento e investimento estatal. Um levantamento do *Bank of America* revela que, para conter a crise, 97 países selecionados injetaram na economia nada menos de US\$ 25 trilhões (29% do PIB global). Esses governos têm recorrido igualmente à emissão de moeda para financiar o esforço fiscal e monetário. Isso não conseguiu reverter, contudo, pelo menos em curto prazo, as consequências de décadas de desmonte e/ou enfraquecimento dos sistemas de saúde pública e de proteção social nesses países.

Assim, o retorno do Estado, e, com ele, do investimento público como força propulsora da economia – como ocorrera na Grande Depressão e particularmente no segundo pós-guerra –, é um dos desenvolvimentos mais importantes ocorridos devido à pandemia; que pode ou não se transformar em tendência, a

depende do andamento da crise e da correlação de forças que venha a se estabelecer como resultado dela.

O declínio relativo dos Estados Unidos e a ascensão da China constituem a principal tendência da geopolítica contemporânea

Os impactos multifacetados da pandemia agravam as principais contradições da evolução internacional. Ela acentua e intensifica a dinâmica de desenvolvimento desigual que vem minando as bases da hegemonia dos Estados Unidos, no sistema internacional, e das configurações multilaterais que as materializam. A humilhante retirada das tropas dos Estados Unidos do Afeganistão – materialização da inequívoca derrota sofrida na guerra mais longa que o país já travou – é, por um lado, a expressão mais recente desta perda relativa de poder. Por outro, variados movimentos nacionais de questionamento e resistência às assimetrias impostas por essa forma de dominação imperialista decadente adquirem centralidade na evolução internacional, mesmo sem assumirem uma retórica ou orientação abertamente “anti-imperialista”.

A crescente disputa entre os Estados Unidos e a China configura a principal tensão geopolítica no mundo, em acelerado agravamento. O objetivo estratégico central dos Estados Unidos é conter a todo custo a China e recompor o dinamismo da sua economia para reverter o declínio relativo da sua hegemonia no sistema internacional. O novo governo Biden deflagrou intensa campanha midiática, diplomática e militar contra aquele país, tentando responder ao que os Estados Unidos consideram ameaças a seu papel de potência hegemônica: enfrentar a ascensão chinesa, conter militarmente a Rússia e fazer frente à aliança Sino-Russa. É neste contexto que se insere a constituição da nova aliança militar entre Estados Unidos, Reino Unido e Austrália – a AUKUS –, ainda que à custa do aumento das tensões com a Europa, principalmente com a França, no âmbito da OTAN. Ao mesmo tempo, a retirada dos Estados Unidos e seus aliados do Afeganistão abre caminho

para maior influência da China naquela estratégica região do centro da Ásia.

O vértice da disputa entre Estados Unidos e China se expandiu para a fronteira da Revolução Científica e Tecnológica mundial (incluindo a tecnologia 5G), enquanto a Rússia enfrenta um cerco militar cada vez mais hostil com a expansão da OTAN para a Europa, Central e do Leste, e as tentativas de desestabilizar o seu entorno estratégico. O plano do governo dos Estados Unidos, acordado com o G7, é lançar o projeto *Build Back Better* – B3 (“Reconstruir melhor”) para contrapor-se ao projeto de cooperação em infraestrutura *Iniciativa do Cinturão e Rota* que a China estabeleceu com uma centena de países do mundo.

O governo Biden se movimenta, também, para recompor as relações com os aliados tradicionais do G7 e sua liderança nas instituições multilaterais, ao mesmo tempo em que anuncia pacotes trilionários de investimento público em infraestrutura, transição energética, desenvolvimento industrial tecnológico e inovação. Desfaz-se da política de escalada protecionista e de distanciamento da “Aliança Atlântica” de Trump. Contudo, o faz a partir de uma posição de poder relativo mais débil no mundo. É crescente a disposição dos países da União Europeia de buscar maior autonomia em relação aos Estados Unidos, como na adoção de um acordo de investimentos e da implantação da tecnologia 5G com a China, e do gasoduto *Nord Stream 2* entre a Rússia e a Alemanha.

A derrota de Donald Trump, da extrema-direita, nas eleições dos Estados Unidos é um fato positivo, de sentido democrático, que não pode ser subestimado. Mas essa derrota não altera a natureza imperialista dos Estados Unidos, nem o caráter intervencionista da sua agenda externa, que instrumentaliza os variados recursos de poder de que dispõem para tentar barrar os processos de multipolarização em curso. Sua natureza agressiva se expressa através das chamadas guerras híbridas, em que se incluem sanções e outras medidas coercitivas unilaterais, também através do cerco diplomático e midiático e de tentativas de golpes, da intervenção ou da guerra direta.

Violam os mais básicos princípios do humanismo, das relações internacionais e do direito dos povos e nações à autodeterminação. A recente cúpula da OTAN é também demonstração do caráter belicista do imperialismo.

A China trilha caminhos acelerados de desenvolvimento. Conformou, a partir do Programa das Quatro Modernizações adotado no final dos anos 1970 do século passado, um sistema baseado em múltiplas estruturas econômico-sociais, mas com predomínio de formas sociais de propriedade, preservação de forte regulação e direção estatal e liderança política do Partido Comunista da China. Sustenta, há mais de quatro décadas, índices elevadíssimos de desenvolvimento econômico, alcançando a condição de maior PIB mundial em paridade de poder de compra. Superou entraves e desafios que foram fatais para a experiência soviética e a de outros países do campo socialista no século passado. Sua trajetória comprova a viabilidade de projetos nacionais que consigam combinar desenvolvimento econômico soberano com a erradicação da pobreza e da miséria, a expansão de direitos sociais e a proteção da vida e do bem-estar do povo. Sua inserção hoje no mundo se dá pela via da defesa de uma “comunidade de destino comum e futuro compartilhado da humanidade”, de sentido anti-imperialista e pelo desenvolvimento soberano dos Estados nacionais, a partir de um sistema internacional baseado na cooperação multilateral e na promoção da paz mundial.

Os países socialistas – destacadamente a China – desempenham papel central na nova realidade geopolítica mundial. Estruturam projetos nacionais de desenvolvimento, de orientação socialista, no âmbito da própria economia capitalista mundial. Não se apresentam, contudo, estruturando um sistema mundial socialista alternativo ao capitalismo. Suas trajetórias nacionais comprovam, no entanto, a viabilidade de projetos socialistas sob a orientação socialista renovada e de sua maior capacidade de combinar desenvolvimento econômico soberano com erradicação da pobreza e da miséria, expansão de direitos sociais e proteção da vida e do bem-estar do povo.

A forma de inserção internacional adotada pelos países socialistas, nas primeiras décadas do século 21, evidencia que o movimento operário, os movimentos populares e as forças progressistas, revolucionárias e de esquerda ainda enfrentam um período de defensiva estratégica no mundo. Neste quadro, a centralidade das tarefas nacionais e democráticas necessariamente se impõe na construção de alternativas estratégicas contra-hegemônicas e anti-imperialistas em países da América Latina e do Caribe, da África, do Oriente Médio, da Ásia e da Oceania.

Intensificam-se as contradições e tensões no sistema capitalista

O pano de fundo dos desenvolvimentos e tensões do mundo em transição é o agravamento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista dominante com a brutal concentração da riqueza nas mãos de poucos, a multiplicação da miséria, a extrema exploração dos/as trabalhadores/as, a precarização das condições de trabalho e de vida, a concentração monopolista, o predomínio do parasitismo financeiro, a destruição de forças produtivas, o desemprego em massa.

A crise ambiental se aprofunda. É crescente o alerta sobre a emergência climática e a necessidade de uma economia de carbono neutro – agenda de sustentabilidade que possui potencial para o desenvolvimento, a inclusão social e a geração de renda e empregos. Ao mesmo tempo, as potências capitalistas centrais tentam instrumentalizar, de forma hipócrita, a bandeira ambiental para impor barreiras não tarifárias aos países em desenvolvimento, negando-se a assumir sua responsabilidade histórica pelo advento da crise ambiental planetária, incluindo o aquecimento global. Fenômeno deletério é a crise migratória global com forte impacto nas Américas e nos países centrais. Todos esses aspectos da conjuntura mundial fazem parte do caráter multidimensional que estrutura e condiciona a crise geral do sistema capitalista, agravada pela crise sanitária.

Esse quadro convive com o desenvolvimento disruptivo das forças produtivas que, por meio da ciência, tecnologia e ino-

vação, impulsionam novos padrões de produção. Porém, aprofunda-se a contradição entre capital e trabalho e se alastram no mundo a massa de trabalho precário e a superexploração. A redução do custo da força de trabalho é a arma do grande capital para enfrentar a crise capitalista e ampliar seus lucros. Em quase todos os países, os governos neoliberais aprovam contrarreformas trabalhistas e previdenciárias e promovem medidas antissindicais, para avançar na precarização do trabalho e enfraquecer a resistência dos trabalhadores. As aceleradas mudanças tecnológicas e seu uso intensivo, em benefício exclusivo do capital, criam fenômenos novos, como a individualização das relações no trabalho – nova modalidade de trabalho não regulado, a “uberização” –, com jornadas maiores, salários menores e cortes de direitos. No entanto, mesmo com dificuldades e as particularidades de cada país, persistem a denúncia e a resistência para a recuperação dos direitos e, também, a luta para desenvolver a consciência classista dos/as trabalhadores/as.

Ao lado dessas mudanças objetivas, ocorrem profundas alterações nos mecanismos de constituição da subjetividade humana. O uso intensivo da comunicação digital, através de redes sociais – dominadas, controladas e vigiadas por grandes grupos capitalistas monopolistas –, estrutura uma nova esfera pública de disputa. Trata-se de fenômeno novo, com profundo impacto político e geopolítico nas dimensões nacional e global. A utilização de vastos bancos de dados, algoritmos, robôs, inteligência artificial, comunicação direcionada, baseada na neurociência e em outras esferas do conhecimento, constitui parte sobressalente dessa realidade. Forças extremistas de direita se apropriam desse arsenal para instigar e mobilizar movimentos de massa baseados no culto à violência e à intolerância; no ataque a valores e conquistas democráticas da era moderna; no linchamento público de adversários através de milícias digitais; e na criação e difusão de realidades paralelas virtuais para aqular e fidelizar bases de adeptos radicalizados. O relativo sucesso dessas forças extremistas, em impor narrativas negacionistas e reacionárias na nova esfera pública digital, apresenta desafio

urgente e incontornável a ser enfrentado pelas forças progressistas, democráticas e de esquerda em todo o mundo.

São crescentes o desespero e desesperança com a dura realidade do capitalismo “liberal”. O rentismo e o parasitismo alimentaram uma crise de valores civilizacionais, de relativismos negacionistas de rejeição às orientações científicas e de obscurantismo. Cresce, em escala global, uma onda política antissistema, antidemocrática, de extrema-direita, de cunho fascista. A derrota eleitoral de Trump nos Estados Unidos ajudou a desarticular o polo aglutinador dessas forças que, hoje, têm o presidente Bolsonaro, ainda que isolado internacionalmente, como um de seus maiores bastiões. Na Europa preocupa o espaço político alcançado por partidos de extrema-direita e protofascistas, como o Vox da Espanha, o Chega em Portugal, a AfD na Alemanha e os governos consolidados da Hungria e da Polônia, entre outros.

As lutas populares na América Latina e as tarefas internacionais

A eleição de Biden não altera a política dos Estados Unidos para a América Latina. Contudo, os povos da região resistem e impõem derrotas à contraofensiva imperialista. No último período, ocorreram vitórias importantes, associadas à mobilização e ao voto popular, como a eleição de Luis Arce, na Bolívia, na reversão do golpe de 2019; a liderança de Alberto Fernández, na Argentina, pós-macrisismo; a eleição de uma nova Assembleia Constituinte, no Chile, após 30 anos da Constituição pinochetista; e a vitória do professor Pedro Castillo, no Peru, derrotando o fujimorismo. De modo mais sistêmico, ocorre a progressiva reativação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a derrocada do Grupo de Lima e a consolidação da Comunidade de Estados Latino- Americanos e Caribenhos (Celac) como contraponto à Organização dos Estados Americanos (OEA). Todas elas são sinais de crescimento das forças progressistas e de esquerda, que aumentam o isolamento da

política externa de Bolsonaro, na região e no mundo, como um governo cada vez mais desmoralizado enquanto bastião mundial da extrema-direita.

O internacionalismo é parte constitutiva da identidade dos comunistas. A batalha pela paz mundial e pela solidariedade entre os povos em luta ao redor do mundo é uma exigência de nosso tempo. Neste sentido, o PCdoB conclama as forças progressistas a reforçarem a atividade do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos em Luta pela Paz (Cebrapaz) como um instrumento da luta internacionalista de massas. O Partido expressa sua solidariedade ao povo da República Bolivariana da Venezuela, congratula-se com o Partido Comunista de Cuba pela realização de seu 8º Congresso, por sua resistência ao bloqueio e a reiterada solidariedade internacionalista uma vez mais demonstrada ao longo da pandemia, e proclama seu firme apoio ao povo palestino por seu direito a um Estado livre e soberano. Reafirma seu compromisso com o Encontro Internacional dos Partidos Comunistas e Operários (EIPCO), fórum importante para o intercâmbio de análises e desafios das lutas de classes. Igualmente, reafirma o compromisso com a construção e o fortalecimento do Foro São Paulo, importante plataforma para a construção de convergências políticas frente ao imperialismo e ao neoliberalismo na região.

O tempo presente e futuro clama pelo socialismo

Na perspectiva de um mundo em transição, novos horizontes de avanços táticos poderão se abrir para os povos. A luta pela constituição de alternativas é a questão essencial do nosso tempo. Cabe às forças progressistas, revolucionárias e de esquerda saber aproveitar esse contexto para deflagrarem um novo ciclo político de avanços democráticos, pela soberania nacional e o progresso social. O desenvolvimento do socialismo com particularidades chinesas, que impressiona o mundo, junto a outros países socialistas, com seus partidos comunistas no poder de Estado, demonstra que há, sim, alternativas à classe

trabalhadora e às nações contra o neoliberalismo e o imperialismo. É nesse ciclo que se situa a nova luta pelo socialismo hoje no mundo.

II – DESMASCARAR, ISOLAR E DERROTAR BOLSONARO – A QUESTÃO PREMENTE PARA SALVAR O PAÍS

A conjuntura brasileira evolui com celeridade, produzindo, nos últimos meses, inflexões decisivas no comportamento das forças políticas, econômicas e sociais, que se refletem nas pesquisas. É crescente o isolamento de Bolsonaro, ao passo que o quadro de crise múltipla persiste, com altos e baixos de intensidade e gravidade no plano econômico-social, político-institucional, ambiental e nas políticas públicas como saúde, educação e segurança. Evidencia-se que o centro da crise é o próprio governo, por ações e omissões, promovendo persistente instabilidade político-institucional. Apesar dos recuos táticos, Bolsonaro não mudou de estratégia. Procura levar as instituições ao impasse, provocando a erosão persistente das instituições e do Estado Democrático de Direito, com vistas a impor a ruptura com o regime democrático e instituir uma ordem política autoritária.

O resultado geral do governo, transcorridos quase três anos de mandato, é desastroso. É grave a regressão do Brasil enquanto país soberano e democrático. O sofrimento do povo é enorme. Os direitos sociais e trabalhistas são crescentemente eliminados. As mulheres são fortemente atingidas por essa maré reacionária, com corte de direitos e aumento da violência, em especial contra as mulheres negras. O patrimônio nacional é dilapidado. A desindustrialização é galopante. O Estado Nacional sofre um processo de desconfiguração, deixando de ser alavanca para o desenvolvimento e progresso social, tornando-se disfuncional na dimensão do Estado Democrático de Direito, sendo colocado a serviço do capital especulativo e do rentismo.

Crimes de Bolsonaro elevam a crise sanitária à condição de tragédia nacional

Além de o país ter ultrapassado a dolorosa marca de 600 mil mortes, a Covid-19 prossegue grave no país, embora sem sinal consolidado de terceira onda. Apesar da sabotagem do governo, a vacinação avançou devido à forte pressão da sociedade, aos esforços dos governadores e prefeitos, ao desempenho dos/as trabalhadores/as da saúde, do SUS (que possui o maior programa de imunização) e às medidas adotadas pelo Judiciário. A Nação pagou alto preço também pela postura de Bolsonaro de sabotar o distanciamento social para, supostamente, promover a imunidade de rebanho e proteger a economia. A resultante é devastadora, levando o Brasil à taxa de mortalidade situada entre as maiores de todo o mundo.

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 no Senado desnudou a corrupção e os crimes contra a vida praticados pelo governo Bolsonaro. A cada depoimento, foram se acumulando indícios e provas de sabotagem das principais medidas, mundialmente indicadas pela ciência para salvar vidas: a aquisição de vacinas para toda a população e as regras sanitárias, como o distanciamento social. Além disso, a compra de vacinas se tornou um balcão espúrio de negociações. Se não bastasse tudo isso, o próprio presidente fez propaganda mentirosa da eficácia de medicamentos contraindicados para o enfrentamento da Covid-19, que foram usados em experimentos hediondos em seres humanos, sob a coordenação de um gabinete paralelo do governo federal.

Neste contexto dramático da pandemia, o estratégico complexo econômico industrial da saúde, para a produção nacional e integrada de vacinas, foi vitimado com o corte de investimentos em ciência e inovação; mesmo assim, demonstrou a qualidade científica e o vigor profissional do Sistema Único de Saúde, grande patrimônio nacional. O mesmo ficou evidenciado quanto ao papel determinante das universidades e dos institutos federais e estaduais no apoio ao poder público para o enfrentamento da crise sanitária.

Bolsonaro e Guedes aprofundam desigualdades e o declínio nacional

A política ultraliberal e neocolonial, da dupla Bolsonaro-Guedes, aprofunda a desnacionalização da economia; a desindustrialização; agrava a exclusão e as desigualdades sociais e de gênero; e penaliza mais ainda a população negra. As reformas liberais promoveram a elevação da taxa de lucros e da exploração do trabalho. No sistema financeiro, os dois maiores bancos privados elevam os lucros em 74% e 64% em um ano. Cresceu o número de bilionários justamente aqui, onde há a segunda maior concentração de renda entre mais de 180 países. Enquanto isso, mais de 800 mil empresas são quebradas e o desemprego é recorde, com 14,8 milhões de pessoas sem trabalho.

A economia do país entrou num quadro de estagflação, consequência da inflação alta e do crescimento baixo, provocando aflitiva carestia de vida, enfrentada com nova rodada de política monetária pró-cíclica, elevando a taxa de juros que deprime ainda mais a retomada econômica. O país não soube aproveitar o impulso de retomada ocorrido no mundo em geral antes da terceira onda da Covid-19 e, agora, as projeções de crescimento para 2021 são rebaixadas para menos de 5% e podem zerar em 2022 ou tendem a ficar abaixo de 1%. Declina a renda do trabalho, enquanto sobem os preços de bens básicos como alimentos, aluguel, transportes, energia elétrica, gás e combustíveis, atingindo sobretudo o povo. A tragédia social está estampada nas ruas, com milhares de pessoas e famílias ao relento. Mais da metade da nação – 116,8 milhões de pessoas – vive em insegurança alimentar e 19 milhões estão passando fome.

O desgoverno e a despreocupação de Bolsonaro com os reais problemas do país são generalizados. A Amazônia e outros biomas estão expostos à devastação criminosas, os povos indígenas sofrem ataques de bandos armados, o governo opera o desmonte da legislação ambiental e de órgãos de fiscalização enquanto o ministro do Meio Ambiente caiu, acusado de corrupção. O Brasil se isola internacionalmente com uma política

exterior de país pária. As áreas da educação, da cultura e da C & T e as instituições de fomento e Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento sofrem com o processo de desarticulação e estrangulamento financeiro.

Bolsonaro e Guedes empreendem ataque criminoso à Petrobras, abandonando o projeto estratégico e soberano de energia voltado ao desenvolvimento nacional, e agravando a crise social e econômica. A política de desmonte do sistema Petrobras, com a venda da BR Distribuidora, a privatização de refinarias, a exportação de petróleo cru e a redução do refino local, tem tornado o Brasil mais dependente da importação de derivados e da variação dos preços internacionais. Conjuntamente a isto, a política de alinhamento automático dos preços dos combustíveis ao mercado internacional impacta a inflação, compromete os orçamentos das famílias e aumenta os custos de produção.

Desde o início do ano, o isolamento de Bolsonaro se manifesta no afastamento, de sua base de apoio, de amplos setores econômicos e políticos das classes dominantes e na erosão da popularidade do governo. No tocante aos setores da elite econômica, o conjunto de manifestos, divulgados nos últimos meses, de setores do agronegócio, mercado financeiro e setor produtivo, dá a dimensão do nível de isolamento. Este quadro se reflete também nas camadas médias e igualmente na atitude das instituições do país, como o Supremo Tribunal Federal (STF), e mesmo entre expoentes das Forças Armadas. As pesquisas evidenciam essa perda de sustentação e chega perto de 70% os que desaprovam o governo e a condução de Bolsonaro.

É recorde o número de investigações sobre a conduta do presidente. Destaca-se em particular o inquérito das *fake news* que, além de desbaratar o esquema de propagação e monetização de notícias falsas, atinge em cheio o chamado Gabinete do Ódio, promovido pelo núcleo da família Bolsonaro e alguns de seus principais aliados.

Todavia, Bolsonaro reage. Promoveu as manifestações do dia 07 de setembro em que buscou elevar a pressão sobre

os Poderes da República, em particular STF, TSE e Congresso Nacional, mas aprofundou seu isolamento. O discurso que sustentou, no questionamento da lisura das urnas eletrônicas e na campanha pelo voto impresso, visava à criação de ambiente de tumulto nas eleições de 2022 e a preparar ações golpistas caso não viesse a ser vitorioso, mas foi fragorosamente derrotado. Não abdicou, todavia, desses intentos e aciona segmentos militares para tentar arrastar as Forças Armadas para a sua aventura golpista, provocando seguidas crises institucionais.

Construiu uma teia orgânica de apoio nas polícias e robusteceu as milícias, com portarias que facilitam a compra e a circulação de armas de fogo e munições sem qualquer controle.

Ao mesmo tempo, Bolsonaro manobra. O chamado Centrão – agrupamento de legendas partidárias no Congresso – rende-lhe, no momento, base de apoio no Congresso Nacional, embora volátil e pragmática, que lhe é funcional na contenção dos mais de cem pedidos de *impeachment* que se acumulam na Câmara de Deputados. No plano político, ensaia recuos que acobertam a escalada permanente que mantém contra as instituições. Faz sinalizações a banqueiros, rentistas e grandes grupos econômicos, aumentando a taxa básica de juros, reduzindo o Orçamento Federal nas áreas dos direitos sociais e estratégicos do desenvolvimento para assegurar os fabulosos lucros do capital financeiro e realizar privatizações. Em meio à crise da produção de energia elétrica, Bolsonaro comete crime de lesa-pátria e impõe a privatização da Eletrobrás que irá onerar ainda mais o preço das tarifas; instituiu a chamada independência do Banco Central; e deu início à nefasta reforma administrativa, que debilita o Estado e cortará direitos.

Mas ele dispõe de bases de apoio e ainda mantém força resiliente, segundo as pesquisas, para as eleições de 2022. Seria grave erro subestimar a estratégia autoritária e as margens de manobra de Bolsonaro em se manter no poder a qualquer custo. Sua reeleição representaria uma ameaça ainda mais destruidora contra a democracia e a nação. Impõe-se a união de amplas forças, de todos e todas que defendem a democracia,

para barrar a estratégia autoritária de Bolsonaro, desmascará-lo, isolá-lo e derrotá-lo para abrir caminho à reconstrução nacional.

Frente ampla: caminho da vitória para as oposições

A tática de frente ampla democrática de todas as oposições, defendida pelo PCdoB, firmou-se e está em ascenso. Ganha influência entre as oposições e crescente ressonância na sociedade. Expressão maior disso é a articulação em amplo espectro da sociedade, do mundo político, nas instituições e nas manifestações de rua. O campo político democrático e progressista acumula forças e empreende a transição para superar a fase de defensiva tática. A esquerda ganha dinamismo e protagonismo político. Desse acúmulo, fruto da resistência democrática e popular, vai despontando um novo ambiente político. A esperança do povo desperta. Vai sendo criada a possibilidade real de as oposições vencerem as eleições de 2022 e nas ruas cresce a luta pelo *impeachment*.

As forças democráticas e progressistas, os movimentos e entidades do povo e dos/as trabalhadores/as contam com importantes medidas democráticas de contenção ao golpismo por parte de diversas instituições do país. Os crimes de responsabilidade contra a saúde pública e o direito à vida, a prevaricação e corrupção, cometidos por Bolsonaro ao longo da pandemia e que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) colocou em evidência, são combustível para a luta pelo *Fora, Bolsonaro!* e reforçam a exigência do *impeachment*. As mobilizações populares se fortalecem com as denúncias e ampliam e avolumam a pressão pelo *impeachment* do presidente, assinado pelo PCdoB e por amplas forças políticas e sociais.

O PCdoB reitera a convicção de que é a tática de frente ampla democrática, em defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito, respaldada pela mobilização política do povo, a orientação e a conduta política eficazes para desmascarar, isolar e derrotar Bolsonaro, bem como conter e repelir

o persistente estratagema golpista para liquidar o regime democrático. As bandeiras capazes de unir e pôr em movimento essas grandes forças políticas, sociais, econômicas, culturais e institucionais postulam o enfrentamento à pandemia; a defesa da vida, com vacina para todos e todas, distanciamento social, respeito às demais normas sanitárias; o fortalecimento do SUS e da pesquisa científica ligada ao combate à Covid-19; o apoio às suas vítimas, em especial os jovens e órfãos; o auxílio emergencial de R\$ 600 e combate à fome; a luta pela proteção e geração de empregos; o combate à evasão e à desistência estudantil no ensino básico, com a reabertura das escolas; a recomposição integral do orçamento da educação pública e da ciência e tecnologia, inclusive das bolsas de pesquisas; o socorro a micro, pequenas e médias empresas; e a defesa da soberania nacional e do meio ambiente. O denominador comum a todas essas lutas é a defesa da democracia e o rechaço ao golpismo de Bolsonaro, condensadas na consigna *Fora, Bolsonaro!*

Mobilização do povo, vertente impulsionadora das lutas e vitórias

Cresce a convergência entre as forças políticas, e no seio da sociedade, para a construção, nos próximos meses, de amplas e unitárias manifestações democráticas. Elas serão o fator político que pode acelerar a derrota de Bolsonaro e do bolsonarismo, corrente reacionária e de cunho fascista. Para isso, é preciso atender à tônica da sociedade, hoje às voltas com problemas da economia em estagflação, carestia galopante, queda da renda, falta de empregos, fome e até falta de vacinas. Não há tática justa sem forte conexão com o povo. A oposição progressista e popular precisa pautar um conjunto sistemático de ações e medidas imediatas direcionadas às carências sociais e emergenciais, ganhar a confiança da maioria ainda não mobilizada da sociedade, em movimentos análogos àqueles que levaram ao fim da ditadura militar, em especial as imensas manifestações pelas *Diretas Já!* Essa jornada já irrompeu no cenário político e projeta importantes mobilizações para os próximos meses.

É crescente a resistência aos desmandos do governo no âmbito da esfera institucional. Ela se expressa, em especial, no papel que desempenham o “Fórum de governadores” e o “Consórcio do Nordeste”, na defesa da democracia, como também no cerco que o STF tem realizado aos intentos golpistas de Bolsonaro e em inquéritos na Justiça Eleitoral.

Na arena parlamentar, a bancada federal do PCdoB fez da Câmara dos Deputados uma trincheira na luta contra Bolsonaro. Foi peça-chave na articulação e aprovação das medidas de enfrentamento à pandemia, atuou para reforçar o orçamento do SUS e aprovou duas leis de proteção a grávidas e puérperas durante a pandemia.

Contribuiu para ampliar os recursos para as políticas sociais, como o auxílio emergencial de R\$ 600,00, e propôs pagamento de R\$ 1.200 para mulheres chefes de família. Também foi da bancada a principal formulação e articulação para aprovação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Coordenou o debate de temas estratégicos, como a regulamentação da implementação da tecnologia 5G, a Lei Geral de Proteção de Dados, e a regulamentação das plataformas de redes sociais para enfrentar as *fake news* e defender a liberdade de expressão. Coordenou, também, o debate sobre o complexo econômico-industrial da saúde e incidiu fortemente na aprovação da lei que autoriza a licença compulsória de patentes. Atuou na defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as contra a precarização do trabalho, no enfrentamento da reforma administrativa e pela aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Ajudou ainda a colocar uma pá de cal na famigerada Lei de Segurança Nacional (LSN) e contribuiu para impedir retrocessos democráticos no chamado pacote anticrime. Atuou na aprovação de medidas que estimulam a participação de mulheres e negros na política, buscando dar ao parlamento a cara do nosso povo. Por seu compromisso e dedicação, a bancada do PCdoB está entre as mais influentes e atuantes no Congresso Nacional.

A militância do PCdoB inserida nas organizações e articulações de lutas sociais – Frente Brasil Popular, *Fora, Bolsonaro!*,

Fórum das centrais sindicais e outras – está na linha de frente das mobilizações de rua e atua para ampliá-las. Destacam-se as mobilizações da juventude estudantil lideradas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), com o apoio da União da Juventude Socialista (UJS) e da Juventude Pátria Livre (JPL). Ressalta-se a unificação empreendida entre a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), que fortalecerá o protagonismo do sindicalismo unitário e de luta. Cumprem, também, papel elevado a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) na batalha pelo despejo zero e a luta por moradia; e a luta antirracista da qual a União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro) participa com destaque. Sublinha-se igualmente: a luta contra a lgbtfobia, a violência e as discriminações contra a população LGBTQIA+, na qual está inserida a União Nacional LGBT; a atuação de lideranças comunistas em entidades e movimentos que lutam em defesa dos direitos dos povos indígenas pela demarcação imediata de suas terras; a participação crescente da militância em movimentos ecológicos na luta pela proteção do meio ambiente sob a bandeira do desenvolvimento sustentável. E ganha protagonismo a participação dos comunistas nos movimentos em defesa da vida, do SUS e de enfrentamento à pandemia, entre eles a Frente pela Vida. Destaque marcante também para a luta das mulheres, por meio das entidades emancipacionistas da União Brasileira de Mulheres (UBM) e da Confederação das mulheres do Brasil (CMB), por aumento da renda, oportunidades de emprego, pela aplicação rigorosa da Lei Maria da Penha, solidariedade às mulheres brasileiras, sobretudo das camadas populares chefiadas por mulheres em 43% das famílias, assim como, juntamente com a liderança da bancada feminina na Câmara dos Deputados, para a luta de entidades e partidos políticos para avançar nas conquistas de empoderamento das mulheres nos parlamentos e governos, superando a vergonhosa 142ª posição em participação feminina dentre 199 países.

O Brasil está diante de grande disjuntiva na disputa de 2022

Todas as forças políticas e sociais oposicionistas democráticas precisam elevar a unidade de ação a patamar superior. O confronto dos movimentos das forças democráticas contra o presidente genocida e golpista resulta numa dinâmica político-institucional instável e de um futuro de razoável imprevisibilidade. Repõe-se a noção de encruzilhada histórica na vida nacional.

A robusta luta das oposições se apresenta com três importantes articulações que se expressam na sociedade, no mundo político, nas manifestações de rua e nas instituições. Uma liderada pelo ex-presidente Lula que, tendo recuperado os direitos políticos por decisão do STF, cresce nas pesquisas e articula amplo arco de apoio à sua candidatura presidencial. Sua liderança e elevados índices nas pesquisas têm forte impacto positivo na luta oposicionista. Ciro Gomes, do PDT, prossegue como liderança destacada no tabuleiro da sucessão presidencial, postulando um projeto de desenvolvimento e de fortalecimento da nação. Ocorre, ainda no campo das oposições a Bolsonaro, a movimentação da denominada terceira via na construção de convergência entre si de nomes e plataformas para a candidatura presidencial.

Não obstante o fato de a lógica eleitoral de 2022 já estar presente no cenário político, ela não deve presidir o entendimento das forças no enfrentamento ao governo. Nada deve desviar o foco central que é unir todas as forças para impor a derrota ao governo Bolsonaro. Só o acúmulo resultante da resistência democrática e popular pode criar a possibilidade real de as oposições vencerem as eleições de 2022, derrotando e expelindo Bolsonaro do governo, único meio de livrar o país do pesadelo em que se encontra.

Ao mesmo tempo em que valoriza todas as iniciativas e os esforços para barrar o golpismo, isolar, desmascarar e derrotar Bolsonaro nas eleições e retomar o caminho da democracia, em amplo diálogo com todas as candidaturas democráticas, o PCdoB julga necessário construir a unidade de forças progressistas em

torno dos caminhos das saídas para a crise nacional. Realizará esse esforço com todas elas, considerando importante que se apresente expectativa de vitória em 2022 para dar outro rumo à nação e esperanças ao povo.

O PCdoB debateu e apresentará, ao Comitê Central eleito no 15º Congresso, as *Diretrizes para uma Plataforma Emergencial de Reconstrução Nacional*, como base para tal unidade face à crise do país, por meio de convergências progressivas. Um novo governo, sustentado por amplas forças, terá o desafio da Reconstrução Nacional, por meio do resgate do Estado Nacional democrático, da recuperação da economia nacional, da valorização do trabalho, empregos e renda, de reformas sociais para o bem-estar do povo, da defesa do meio ambiente em função da soberania e do desenvolvimento do país, e da retomada da política externa ativa e independente para reforçar as alianças estratégicas do Brasil no mundo. Essas são condições iniciais para se implementar o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, soberano, democrático e a serviço dos interesses populares, sustentado pelo PCdoB.

III – FEDERAÇÕES PARTIDÁRIAS – VITÓRIA EXPRESSIVA DA DEMOCRACIA

É com entusiasmo que o PCdoB se congratula com as forças democráticas que asseguraram, no Congresso Nacional, a derrubada do veto imposto pelo governo Bolsonaro à Lei que cria a Federação partidária no arcabouço político-eleitoral. Trata-se de um fato de grande relevância, ainda mais no ambiente político marcado por um governo de extrema-direita, que realiza constantes ameaças ao convívio democrático. É uma vitória política da democracia, e um forte respaldo à Constituição de 1988, no tocante à noção de que o pluralismo é imprescindível para a democracia.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o pluralismo partidário no Brasil. Essa conquista precisa avançar, o Brasil precisa de mais, e não menos, democracia. É preciso ampliar a representação política institucional dos/as trabalhadores/as, mu-

lheres, negros e outros setores oprimidos, embora socialmente majoritários. Por isso, o PCdoB sempre lutou, e seguirá lutando, por uma reforma política estruturante de um novo ciclo político democrática no país.

O PCdoB lutou denodadamente por essa conquista. A direção nacional sob a liderança da presidenta Luciana Santos, ombro a ombro com a combativa bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados – liderada pelo deputado federal Renildo Calheiros, em democrático e intenso diálogo com todas as legendas presentes no Congresso Nacional –, construiu a maioria que aprovou as federações partidárias, vitória iniciada pela atuação do saudoso deputado Haroldo Lima na década de 1990.

Ao longo dos anos, o PCdoB sempre buscou cultivar o convívio democrático no ambiente parlamentar. Realizou embates políticos duros, mas jamais com sectarismos, buscando sempre o diálogo e a construção de convergências. É daí que vem o respeito ao PCdoB, legenda centenária, um marco vivo na história política e institucional do país, identificada com as liberdades, o progresso social e a soberania nacional; bem como o reconhecimento de que é um partido imprescindível à democracia.

A Federação Partidária será a grande novidade das eleições de 2022

Para o PCdoB, amplas frentes políticas e sociais unitárias foram determinantes para a nação alcançar novos patamares civilizatórios. A atuação em frentes, inclusive eleitorais, fortalece as forças progressistas e é uma concepção constitutiva da identidade dos comunistas, de sua estratégia e tática.

As federações partidárias eleitorais permitem a união de legendas, que assim desejarem, como frente eleitoral, com os direitos e deveres dos partidos políticos e caráter programático definido e duradouro, assegurando a manutenção do registro das legendas integrantes com sua autonomia organizativa e identidade. Trata-se de um aprimoramento importante do sistema político-partidário brasileiro.

Serão um instrumento político importante para a disputa eleitoral de 2022. Elas abrem caminho para construções políticas de nível superior, no âmbito das forças patrióticas, populares e progressistas, amparadas na unidade popular – esta que é a bandeira de esperança, da ampla maioria dos brasileiros, para a construção de saídas para a crise que o Brasil vive.

O PCdoB se empenhará ao máximo para superarmos o nefasto ciclo político vivido pela Nação. Conclamamos a todos os militantes, apoiadores, amigos, aos progressistas do país, a multiplicarem as energias para a derrota definitiva do bolsonarismo no país e que as próximas eleições consagrem a vitória da democracia, dos interesses da nação e do povo. É no âmbito dessa jornada que o PCdoB deve buscar se fortalecer política e eleitoralmente como uma corrente indispensável ao Brasil.

IV – REVIGORAR O PARTIDO

O contexto concreto de atuação do PCdoB é de grande singularidade. O 15º Congresso tem, nesse sentido, dimensão histórica para enfrentar a escalada antidemocrática e anticomunista, e ampliar sua representação político-institucional. Tal singularidade exige linhas de força bem focadas, no âmbito das tarefas gerais da construção partidária, num plano imediato bem definido, centradas nos temas da comunicação, atividades de massas e estruturação partidária.

Com a vitória democrática das federações partidárias, o PCdoB descortina outro terreno para sua afirmação eleitoral, como parte da grande jornada para derrotar Bolsonaro e mudar os destinos do país. Nesse esforço, nada pode substituir esses reposicionamentos necessários para que o PCdoB reinicie uma jornada de acumulação eleitoral vigorosa em afirmação de sua legenda. Desde já o esforço partidário se volta para a construção de seu projeto eleitoral e de suas candidaturas.

O Partido forte junto ao povo, orgânico, influente e de grande capacidade de comunicação, é condição insubstituível para constituir maior força eleitoral e assegurar a ação e repre-

sentação institucional do PCdoB. O Partido precisa ser do tamanho de suas ideias avançadas para a nação, e generosas com o povo, como partido de ação política de massas, de luta de ideias, políticas, institucionais e eleitorais, com forte apoio no seio do povo, maior influência na sociedade e mais força nas urnas.

É imperativo superar limitações e insuficiências que se apresentaram nos últimos anos e levaram ao enfraquecimento do seu senso de representação social e de sua influência na luta social, entre a intelectualidade e setores médios, com reflexos importantes na sua força organizativa e em seu desempenho eleitoral. Fazer do PCdoB a força consciente, combativa, coesa e militante, para enfrentar o autoritarismo de índole fascista e constituir uma ampla frente popular, democrática e patriótica para a transformação do Brasil, demanda um revigoração geral da vida partidária. São necessárias a atualização e a renovação de suas linhas de ação e construção política, ideológica, orgânica e material do Partido, adequadas às exigências atuais da luta de classes que o país atravessa.

Capacitar o Partido para enfrentar o autoritarismo bolsonarista e tirar o país da crise

O enfrentamento da ofensiva ultraconservadora no país requer ação na disputa de ideias e da força de comunicação; na contraofensiva por intermédio das redes digitais contemporâneas; na atualização da imagem e identidade do Partido nos termos das características brasileiras; na luta social em suas múltiplas e renovadas dimensões; no aperfeiçoamento de suas redes organizativas e no protagonismo das lideranças, voltando todos esses fatores também para alcançar maior força nas disputas eleitorais.

Nas condições de defensiva estratégica em que vivemos, e acumulando forças para reverter a defensiva tática, o fator maior da edificação do Partido é a construção política. Construir a nítida compreensão de sua orientação tática, capacidade de disputá-la em todos os terrenos de ação, para assegurar a unidade, confiança e perspectivas dos quadros partidários. Isso se

ampara na construção ideológica, tendo o Programa do PCdoB à frente, mais o permanente esforço de unidade das fileiras militantes, disciplina e espírito coletivo de partido, para um período de resistência.

Política de quadros em consonância com um período de resistência

A política de quadros é imprescindível nessa direção. Ela exige maior atenção ao estudo e desenvolvimento do marxismo na formação dos quadros, ao fortalecimento dos compromissos ideológicos e em torno do Programa Socialista do PCdoB, e demanda, mais que nunca, quadros voltados à formação de uma base organizativa sólida e capilarizada, ligada estreitamente às lutas populares, a partir de direções municipais que direcionem a ação para bases e para os principais centros da luta de classes. É necessário persistir no trabalho teórico-ideológico, que demanda um esforço sinérgico de todos os níveis de direção em torno do fortalecimento de um Sistema Nacional de Formação e Propaganda, compreendendo a Escola Nacional João Amazonas, a Fundação Maurício Grabois, as Seções Estaduais da FMG e as Seções Regionais e Estaduais da Escola João Amazonas. Dentre outras exigências, o funcionamento regular da Comissão Nacional de Formação e Propaganda, uma agenda permanente regular de cursos, a atualização do currículo da Escola, a adoção de novos recursos tecnológicos e iniciativas de propaganda da revista *Princípios*, cujo esforço para melhorar sua qualidade editorial tem sido exitoso, mas com alcance ainda limitado.

Ela deve ser dinâmica e sistêmica, para situar os quadros nos desafios em seus melhores papéis, alocados segundo as prioridades dos desafios; fortalecer sua têmpera; servir à construção das bases militantes e à elevação da consciência e organização do povo. Os comitês partidários e órgãos executivos precisam ser fortalecidos, reposicionando quadros mais maduros e comprometidos com quadros novos, em maior proporção de trabalhadores, de mulheres, jovens e negros.

No contexto da ação institucional, é preciso valorizar de forma permanente as nossas lideranças, aproximar mais os atuais detentores de mandatos públicos e eleitorais das bases partidárias e atrair ampla gama de lideranças para construir chapas de candidatos e candidatas influentes, para então alcançar votação expressiva e mandatos eletivos. A grande questão a ser encarada como responsabilidade nacional, nesse sentido, é um conjunto de iniciativas voltadas ao fortalecimento desse esforço nas capitais e municípios mais importantes do país, em especial nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, pela importância que assumem nas lutas políticas, sociais e eleitorais.

Linha de ação de massas renovada

No terreno da intervenção concreta, a par da fundamental organização do Partido nos locais de trabalho – em especial nas fábricas e grandes empresas – e estudo, adquire grande importância a atuação em territórios, junto às comunidades e aos bairros populares, na cidade e no campo, onde se manifestam as dificuldades da sobrevivência e da vida das pessoas. Isso se entrelaça com a bandeira da Reforma Urbana, a defesa do direito à cidade, moradia digna, aos serviços públicos de saúde, educação, transporte e saneamento básico para toda a população.

O enfrentamento da carestia, do desemprego, da fome, das condições precárias de habitação, da violência, da falta de alternativas culturais e de lazer, e da insuficiência dos serviços públicos de saúde e educação exige variadas formas de organização. Desde as mais tradicionais – sindicatos, associações, movimentos, conselhos participativos e de controle social –, e se estendendo aos coletivos de mulheres, aos movimentos antirracistas, aos grupos culturais, de defesa do meio ambiente, aos cursinhos populares, aos núcleos de economia solidária e popular, de geração de renda e trabalho, às ações de solidariedade no combate à fome e em apoio às pessoas com deficiências, às pessoas idosas ou desprotegidas socialmente. Conforme a posição histórica do Partido de defesa da liberdade religiosa, dialoga com

os segmentos religiosos, construindo ações de solidariedade ao povo e combatendo a intolerância religiosa, nos diversos espaços da sociedade.

O Partido precisa se ligar mais profundamente à classe operária, aos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo. É preciso dominar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e os novos perfis da classe trabalhadora. Assim, deve-se dar atenção especial às novas categorias de trabalhadores jovens, explorados e sem direitos; às mulheres que atuam e lideram em todas as frentes de luta; aos negros e negras que enfrentam a opressão do racismo e a violência em todas as suas formas; à juventude rebelde que vai às ruas em defesa da educação e da democracia, de oportunidades, contra a opressão do racismo estrutural, de gênero e de orientação sexual.

No contexto de uma guerra cultural, compreendida pela extrema-direita, fazendo uso das redes sociais e de outros meios, é premente reforçar o trabalho do Partido na esfera da luta de ideias. O Partido deverá constituir um plano de luta ideológica e cultural para enfrentar o bolsonarismo e a extrema-direita, formular saídas para a crise, combater os estigmas e preconceitos disseminados contra os comunistas e toda a esquerda. E desenvolver uma ação comunicacional contínua que ressalte o PCdoB como indispensável à democracia e ao Brasil.

Avançar na comunicação em geral e dar um salto qualitativo na comunicação digital

Mesmo com a disparidade e assimetria dos meios dos campos em disputa, a internet é o espaço central da comunicação do Partido, e as redes são arenas indispensáveis à luta política, social, cultural e de ideias, como também para a própria organização e estruturação partidárias.

A dimensão global a que chegou a comunicação digital exige do Partido um domínio não só prático, mas também teórico e científico, desse fenômeno. O tema requer estudos sistemáticos e interação com especialistas de universidades e de outros

centros, de diferentes áreas do conhecimento, de modo a compreender como se dá a formação de consciência e de valores, a disseminação da verdade e a destruição dela, as guerras culturais e a luta de ideias, no contexto contemporâneo da luta de classes.

É imperativo empreender um salto qualitativo na capacidade de se comunicar com a sociedade, incrementar a cultura e a prática digital entre os militantes, organizações, mandatos e movimentos. Romper com a compartimentação e efetivar uma sinergia entre portais, influenciadores digitais, lideranças e contas institucionais do Partido, avançando na constituição de um sistema nacional integrado de comunicação, onde um núcleo nacional interaja com sistemas estaduais.

A comunicação deve romper com atrasos e deficiências para ter largo alcance, para além dos nossos grupos de relacionamento, ser ágil, acessível, leve e contundente, sob o primado da verdade, com a produção de conteúdos próprios, com estética e linguagem próprias às redes digitais. Deve ser capaz de sintetizar propostas concretas e sensíveis que respondam aos anseios e problemas mais sentidos pelo povo. Disputar a tática e posições do Partido, sem sectarismos, repelindo ataques, combatendo as *fake news* – para tal, empreender parcerias com veículos da mídia alternativa –, defendendo suas ideias, para reforçar a unidade no âmbito das alianças.

Responder aos anseios e problemas mais sentidos pelo povo, ter foco em temas do Programa partidário a partir dos fatos do dia e da hora. Rechaçar e enfrentar de modo sistêmico o anticomunismo, combatendo os estigmas.

É necessário trabalhar de modo renovado a representação da legenda do Partido na sociedade. Vincar a identidade, os lemas e imagem a valores da brasilidade e contemporaneidade. Requer-se disseminar as ideias do Programa, apropriar-se da história brasileira, valorizar a cultura nacional e impregnar-se das singularidades características do povo brasileiro. Revigorar sua essência de partido revolucionário e patriótico do proletariado, marcado pela rebeldia e a presença constante no cotidiano das lutas do povo. Vincular mais e mais a identidade do Partido ao

desempenho positivo de seus parlamentares, gestores, lideranças dos movimentos, à vigorosa oposição a Bolsonaro; ao zelo com o patrimônio público; e ao combate à corrupção. Neste esforço, o Partido deve se apoiar na *expertise* de vários/as publicitários/as e influenciadores/as digitais de suas fileiras, amigos/as e simpatizantes.

Tal transformação na esfera da comunicação requer, do Comitê Central, dos Comitês Estaduais e Municipais, decisão política, aporte de meios e recursos, e busca de engajamento de apoio e trabalho voluntário. Ela se orienta, por excelência, ao projeto eleitoral de 2022, promovendo as lideranças que farão parte das chapas, ajudando-as a criar, fortalecer e expandir suas redes.

Estrutura partidária junto ao povo, rede orgânica e territorializada

Todas as frentes de atuação da militância partidária devem convergir para fortalecer o vínculo com a luta do povo e constituir uma base eleitoral fidelizada à legenda dos comunistas. Para isso, o Partido deve estar junto ao povo, ter base militante extensa, viver e pulsar a dinâmica dos/as trabalhadores/as, da juventude, das mulheres, dos negros e negras, dos indígenas, daqueles e daquelas que lutam contra a injustiça e a desigualdade, por oportunidades e um futuro melhor. Para os comunistas, a força eleitoral advém da capacidade efetiva de ampliar sua presença e influência nos movimentos sociais tradicionais e novos, além de exigir uma ação própria e permanente junto ao povo. Demanda uma extensa estruturação nas organizações de base, ampla influência de massas junto aos setores populares e progressistas, e protagonismo eleitoral, com mais lideranças na disputa e mais votos. Construir bases de massa sólidas é tarefa de todos e todas, implica ligar-se permanentemente às lutas em curso, comprometer-se com seu desenvolvimento e resultados. Cada organismo e cada militante são chamados a contribuir na revitalização do Partido nessa dimensão, a ele filiando e organizando novos lutadores e lutadoras.

O centro do trabalho de direção deve estar nas organizações de bases partidárias, capilarizadas nos territórios populares e setores estratégicos da luta, no sentido de transformá-las em polos de crescimento, de novos militantes e filiados, de espaços de organização das lutas e formação de lideranças. Para isso é fundamental que tenham apoio, presença constante de quadros mais experientes dos órgãos de direção; utilizem meios digitais como fatores organizacionais em tempo real; impulsionem e aglutinem as iniciativas das diversas frentes; e se comprometam com a sustentação material do trabalho partidário.

Nesse mesmo sentido, inclui-se a atuação nas entidades e nos movimentos sociais. Destaca-se a unificação da CTB e CGTB, fortalecendo a luta sindical e impulsionando a unidade de todas as centrais na luta pelos direitos dos/as trabalhadores/as, pela Vida e pela Democracia, contra Bolsonaro. São questões destacadas para criar as condições de realização de uma nova Conclat, uma ampla união sindical, que atualize a agenda e assegure o protagonismo dos/as trabalhadores/as e trabalhadoras nas batalhas políticas de 2022.

Destacada importância tem a 3ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Emancipação das Mulheres, realizada vitoriosamente em março último. E, impulsionado e orientado pelas conclusões dessa Conferência, o coletivo militante, no atual contexto de crise com duras consequências para as mulheres, reforçará, sob a ótica do feminismo popular, a jornada pela emancipação das mulheres, igualdade de direitos, condenação da violência e protagonismo nas eleições de 2022. Reforçará igualmente o protagonismo e a presença das mulheres comunistas em todas as instâncias e nos espaços partidários.

O Partido realizará a 1ª Conferência Nacional de Combate ao Racismo, para a formulação política e teórica, definição de linhas do trabalho popular e partidário e envolvimento de grande contingente de militantes na luta contra a discriminação racial. Sua preparação prevê a realização de um Seminário Nacional, ainda este ano, cujos trabalhos já foram abertos com a exitosa Plenária Nacional antirracista.

Também tem sentido estratégico a atuação junto à juventude. Frente à atual crise civilizatória e de falta de perspectivas e oportunidades, é fundamental despertar em amplos setores das juventudes a consciência de que é preciso combater e superar o sistema capitalista, alterando seu modo de vida e sua relação com o meio ambiente, a cultura, a ciência e o trabalho, na perspectiva do socialismo. O Encontro Nacional Partido e Juventude, já realizado, elaborou as linhas orientadoras nessa perspectiva.

O Partido deve estimular, também, a presença de jovens em postos de comando, em todas as frentes de atuação social e das organizações partidárias, intensificando a interação com a União da Juventude Socialista e a Juventude Pátria Livre, dando amplo espaço para sua atuação combativa, criativa e renovadora, em especial a digital e a linguagem das redes.

Os desafios para superar a crise brasileira e ampliar a presença institucional do PCdoB na vida política do país são de grande envergadura e estão interligados. Desafiam, neste 15º Congresso, as presentes gerações de quadros e militantes a celebrarem o centenário da legenda com a perspectiva de sua superação.

O Centenário – sua agenda de comemorações, atividades, publicações – constitui-se em um trunfo relevante para emular o coletivo militante e sensibilizar os setores progressistas da sociedade quanto ao legado do PCdoB à Nação e à classe trabalhadora e à sua indispensabilidade à democracia e ao país.

O Comitê Central convoca a todos e todas, nas fileiras partidárias, a aprofundarem a elaboração e aplicação dos rumos aqui apresentados, os quais também receberão subsídios a ser incorporados ao debate. Estejamos, todas e todos, confiantes de que, com lucidez, espírito militante e coesão de nosso coletivo, serão superados os desafios atuais.

Brasília, 17 de outubro de 2021

15º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)



CONGRESSO DO
PCdoB
INDISPENSÁVEL À DEMOCRACIA

Resolução sobre Alterações Estatutárias

Resolução do 15º Congresso do PCdoB sobre alterações estatutárias

O CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, no exercício de sua competência prevista no inciso III, do artigo 20, do Estatuto do PCdoB, **RESOLVE**:

Art. 1º. O inciso III, do artigo 12, do Estatuto do PCdoB, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12...

...

III – Conferências Municipais e Comitês Municipais, e as Convenções Eleitorais Municipais;

...

Art. 2º. O § 3º, do artigo 19, do Estatuto do PCdoB, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19 ...

...

§ 3º – O Congresso poderá ser realizado, sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data que tiver transcorrido 4 (quatro) anos do término do Congresso anterior, prorrogados os mandatos dos(as) integrantes do Comitê Central nele eleitos.

Art. 3º. O artigo 19, do Estatuto do PCdoB, passa a vigorar acrescido de dois parágrafos, §§ 4º e 5º:

Art. 19....

....

§ 4º – O Congresso Extraordinário do PCdoB poderá ser convocado com antecedência mínima de trinta (30) dias, cujo Edital conterà o local, data, pauta, acompanhado dos projetos de resolução.

§ 5º – O Edital de que trata o parágrafo anterior convocará também as Conferências de Base, as Conferências Municipais, as Conferências Estaduais e do Distrito Federal, e de todos os organismos partidários do PCdoB no país, dispondo sobre os períodos de realização e as normas regulamentadoras, aplicáveis a todas as instâncias partidárias.

Art. 4º. O artigo 22, do Estatuto do PCdoB, passa a vigorar, acrescido dos seguintes incisos, de número XIX e XX:

Art. 22. Compete ao Comitê Central:

....

XIX – aprovar a participação do PCdoB em Federação de Partidos, Estatuto e o Programa da Federação e quaisquer atos necessários à sua constituição e seu registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e no Tribunal Superior Eleitoral.

XX – eleger, em caráter excepcional, por pelo menos dois terços de seus(suas) integrantes, entre um Congresso e outro, respeitado o quantitativo de no máximo 5% (cinco por cento) do total de seus(suas) integrantes, filiados e filiadas, que, pela liderança política, em suas respectivas áreas de atuação, possam contribuir com o órgão nacional de direção partidária, respeitado, na medida do possível, o disposto no art. 14 deste Estatuto.

Art. 5º. O § 5º, do artigo 30, do Estatuto do PCdoB, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 30...

...

§ 5º – No Distrito Federal:

I – cabe ao Comitê do Distrito Federal, as competências e os deveres gerais dos Comitês Estaduais e Municipais de que trata o art. 32 deste Estatuto;

II – serão constituídos e eleitos os Comitês de Regiões Administrativas do Distrito Federal;

III – poderão ser constituídos e eleitos Comitês Distritais, nos termos do disposto no art. 33 deste Estatuto.

Art. 6º. O *caput* do artigo 32, do Estatuto do PCdoB, passa a vigorar com a seguinte redação, e acrescido do seguinte inciso, de número XIX:

Art. 32. São competências e deveres gerais dos Comitês Estaduais, do Distrito Federal e Municipais:

...

XIX – eleger, em caráter excepcional, por pelo menos dois terços de seus(suas) integrantes, entre uma Conferência e outra, respeitado o quantitativo de no máximo 5% (cinco por cento) do total de seus(suas) integrantes, filiados e filiadas, que, pela liderança política, em suas respectivas áreas de atuação, possam contribuir com o órgão estadual ou municipal de direção partidária, respeitado, na medida do possível, o disposto no art. 14 deste Estatuto.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor após a sua publicação no Portal do PCdoB na internet (<www.pcdob.org.br>) e no *Diário Oficial da União*.

Art. 8º. O Comitê Central providenciará o registro das alterações estatutárias em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e acompanhará a sua anotação junto ao Tribunal Superior Eleitoral.



CONGRESSO DO
PCdoB
INDISPENSÁVEL À DEMOCRACIA

Alterações incorporadas ao Estatuto

ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS aprovadas no 15º Congresso do PCdoB

1. COMITÊ CENTRAL APROVA PARTICIPAÇÃO EM FEDERAÇÃO DE PARTIDOS POLÍTICOS

O artigo 22, do Estatuto do PCdoB, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso, de número XIX:

Art. 22. Compete ao Comitê Central:

....

XIX – aprovar a participação do PCdoB em Federação de Partidos, Estatuto e o Programa da Federação e quaisquer atos necessários à sua constituição e ao registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e no Tribunal Superior Eleitoral.

2. CONVOCAÇÃO DO CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS

O artigo 19, do Estatuto do PCdoB, passa a vigorar acrescido de dois parágrafos, §§ 4º e 5º:

Art. 19....

....

§ 4º– O Congresso Extraordinário do PCdoB poderá ser convocado com antecedência mínima de trinta (30) dias, cujo Edital, conterà o local, data, pauta, acompanhado dos projetos de resolução.

§ 5º – O Edital de que trata o parágrafo anterior, convocará também as Conferências de Base, as Conferências Municipais, as Conferências Estaduais e do Distrito Federal, e de todos os

organismos partidários do PCdoB no país, dispendo sobre os períodos de realização e as normas regulamentadoras, aplicáveis a todas as instâncias partidárias.

3. ELEIÇÃO DE INTEGRANTES DE COMITÊS ENTRE UM(A) CONGRESSO/CONFERÊNCIA E OUTRO(A)

O artigo 22, do Estatuto do PCdoB, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso, de número XX:

Art. 22. Compete ao Comitê Central:

...

XX – eleger, em caráter excepcional, por pelo menos dois terços de seus(suas) integrantes, entre um Congresso e outro, respeitando o quantitativo de no máximo 5% (cinco por cento) do total de seus(suas) integrantes, filiados e filiadas, que, pela liderança política, em suas respectivas áreas de atuação, possam contribuir com o órgão nacional de direção partidária, respeitado, na medida do possível, o disposto no art. 14 deste Estatuto.

O *caput* do artigo 32, do Estatuto do PCdoB, passa a vigorar com a seguinte redação, e acrescido do seguinte inciso, de número XIX:

Art. 32. São competências e deveres gerais dos Comitês Estaduais, do Distrito Federal e Municipais:

...

XIX – eleger, em caráter excepcional, por pelo menos dois terços de seus(suas) integrantes, entre uma Conferência e outra, respeitado o quantitativo de no máximo 5% (cinco por cento) do total de seus/suas integrantes, filiados e filiadas, que, pela liderança política, em suas respectivas áreas de atuação, possam contribuir com o órgão estadual ou municipal de direção par-

tidária, respeitado, na medida do possível, o disposto no art. 14 deste Estatuto.

4. PRAZO MÁXIMO PARA REALIZAR O CONGRESSO ORDINÁRIO DO PARTIDO (EMENDA DE REDAÇÃO)

O § 3º, do artigo 19, do Estatuto do PCdoB, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19 ...

...

§ 3º – O Congresso poderá ser realizado, sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data, transcorridos 4 (quatro) anos, do término do Congresso anterior, prorrogados os mandatos dos(as) integrantes do Comitê Central nele eleitos(as).

5. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO COMITÊ DO DISTRITO FEDERAL

O inciso III, do artigo 12, do Estatuto do PCdoB, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12...

...

III – Conferências Municipais e Comitês Municipais, e as Convenções Eleitorais Municipais;

...

O § 5º, do artigo 30, do Estatuto do PCdoB, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 30...

...

§ 5º – No Distrito Federal:

I – cabe ao Comitê do Distrito Federal, as competências e os deveres gerais dos Comitês Estaduais e Municipais de que trata o art. 32 deste Estatuto;

II – serão constituídos e eleitos os Comitês de Regiões Administrativas do Distrito Federal;

III – poderão ser constituídos e eleitos Comitês Distritais, nos termos do disposto no art. 33 deste Estatuto.

—

INDICAÇÃO AO COMITÊ CENTRAL

Indicar ao Comitê Central e ao próximo Congresso do PCdoB que pautem o tema Federação de partidos políticos e que debatam e avaliem a participação do PCdoB em Federação de Partidos.

III INFORMES ESPECIAIS



CONGRESSO DO
PCdoB
INDISPENSÁVEL À DEMOCRACIA

Informe de RENATO RABELO



Presidente da Fundação Maurício Grabois, Renato Rabelo participou por videoconferência

O presidente da Fundação Maurício Grabois, Renato Rabelo, fez intervenção especial no 15º Congresso Nacional do PCdoB, com uma breve análise do atual cenário internacional, os desafios da luta de ideias no combate às forças de ultradireita, e apresentou um balanço das atividades desenvolvidas pela Fundação no último período. Abaixo, o texto na íntegra.

Sobre as atividades da Fundação Maurício Grabois

*Renato Rabelo**

A Fundação Maurício Grabois passa dos 13 anos, disseminando ideias e formando quadros e a militância. Empreendeu um espaço de confluência do pensamento marxista, revolucionário e progressista. Tem se dedicado às questões-chave no enfrentamento da luta de ideias, na atualidade, do nosso período histórico. Na sua origem, nosso camarada Adalberto Monteiro teve um papel protagonista.

E a luta de ideias, como assinala nosso Programa Socialista, é uma das lutas fundamentais para a acumulação de forças visando à conquista do poder político. Portanto, não é uma atividade acadêmica, mas voltada aos objetivos programáticos e ao ideário da luta política e revolucionária do Partido Comunista do Brasil em nosso país.

A luta de ideias tem uma relevância ainda maior na contemporaneidade, com a transição na ordem mundial, que se intensifica e acelera na pandemia, já se distanciando do período mais agudo do fim da União Soviética, projetando a ascensão da República Popular da China e o declínio relativo da potência hegemônica dos EUA.

Neste novo contexto geopolítico mundial, os países socialistas remanescentes estruturam projetos nacionais de orientação socialista, incorporando formas de renovação contemporâneas, destacadamente a China, no âmbito da própria economia capitalista mundial, superando o “modelo soviético” próprio de uma época. Hoje, esses projetos não se apresentam edificando um sistema mundial socialista. Contudo, estão em evolução mais favorável às experiências socialistas, contando com as lições do século 20.

E mais, nas condições presentes, diversos Estados estruturaram projetos nacionais de desenvolvimento. Adquirem centralidade as tarefas nacional e democrática; distinguem nova oportunidade histórica de resguardar sua soberania e seguir caminho próprio, impondo-se uma situação favorável à realização de projetos nacionais contra-hegemônicos.

O imperialismo estadunidense hegemônico responde ao seu próprio declínio com mais ação agressiva, mobiliza seus aliados fiéis para conterem a China, utilizando todas as formas e meios, especificamente os militares, buscando também isolar a Rússia e desarranjar sua aliança estratégica com a China.

O fato relevante é que o capitalismo financeirizado, rentista, e sua ortodoxia neoliberal têm sido cada vez mais incapazes de responder aos desafios do mundo atual, do desenvolvimento das nações em cooperação mútua e do bem-estar dos povos.

O tempo presente e futuro clama pelo socialismo. Esta é a questão que evolui num processo, moldando uma alternativa contemporânea (China, exemplo maior) e adquire forma histórica. Não se trata de teses subjetivas. O desafio, portanto, é como conduzir uma sociedade que nasce, mesmo pela revolução, e se desenvolve nas entranhas de um mundo dominado por outro modo de produção.

É neste mundo em transição na Ordem Mundial, e de imposição de projetos desenvolvimentistas para os Estados nacionais, que o Brasil atravessa um período de tanto retrocesso, obscurantismo, e boicote do próprio presidente da República à ação pandêmica guiada pela ciência, caracterizando uma atitude genocida contra o povo, levando a crise sanitária à condição de tragédia nacional, sem precedentes semelhantes na história da República.

A orientação da frente ampla, defendida pelo PCdoB, baseado na história política do Brasil, é hoje o caminho para a vitória, sendo o meio insofismável para desmascarar, isolar e derrotar Bolsonaro, porque se trata da questão premente para salvar o país. A aprovação da Lei das Federações Partidárias é uma vitória da democracia, num contexto muito adverso. Este conjunto de medidas de sentido estratégico e ação tática demonstra a lucidez e o protagonismo do PCdoB.

Baseados no trabalho de pesquisa e estudo da FMG, e nesses contextos mundial e nacional, é que procuramos assumir uma nova fase na trajetória da Fundação. Exige assumir os meios modernos da tecnologia de informação e formação, novas ferramentas e nova metodologia para não ficarmos à margem na luta de ideias.

As nossas linhas de pesquisas se voltaram aos temas candentes deste início do século 21, como: as singularidades do capitalismo contemporâneo; as tendências do sistema internacional na atualidade, a luta por uma nova ordem mundial; as experiências revolucionárias do século 20, ressaltando o estudo das contribuições de Lenin; o papel dos países de orientação socialista, destacadamente a China, que desempenha um lugar

central na nova luta pelo socialismo; a atualização do Programa Socialista do PCdoB, centrado no seu caminho relativo ao ideário nacional-desenvolvimentista.

Foram muitas iniciativas significativas, das quais vou citar algumas mais candentes.

- A Escola João Amazonas, por meio dos seus Núcleos de Ensino e Pesquisa, nos cursos de níveis 1, 2 e 3, continua a todo vapor e está adaptando-os para a versão virtual e realizando a reformulação dos currículos da Escola Nacional;
- A Instituição da Cátedra Claudio Campos se concentra no estudo do nacional-desenvolvimentismo. Já contou com duas iniciativas edificantes: editou o livro *Pensamento Nacional-Desenvolvimentista*, uma coletânea, organizada por Nilson Araújo e Rosanita Campos, de 31 textos de 16 autores que tratam do nacional-desenvolvimentismo. Realizou o Seminário *O Nacional-Desenvolvimentismo e o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento*, que contou com 11 Mesas e 50 expositores especialistas e quadros da vida acadêmica e política do país;
- Cursos a Distância lançados desde 2019 por uma plataforma digital própria. O primeiro sobre a obra *O capital* de Karl Marx; outro importante sobre o pensamento de Antônio Gramsci. E, entre outros cursos, no auge da Pandemia, realizou o Curso *Saúde e Socialismo – A imprescindibilidade do SUS para a superação da Pandemia pelo Covid-19 no Brasil*, que passou de 5 mil alunos inscritos. E a parceria com a Escola Castro Alves, da UJS. As inscrições para os cursos chegaram às dezenas de milhares e várias centenas de milhares de visualizações.

- Publicações. Foi constituída uma Comissão Editorial que organiza as múltiplas publicações e os lançamentos. Recentemente editamos oito livros, finalizamos três e fizemos novas edições de livros anteriormente publicados. Com a ADJC, editamos o livro *Reconstruir a Democracia – União de amplas forças políticas e sociais para a luta ideológica*, organizado por Aldo Arantes, com outros 14 autores.

É de se ressaltar a publicação do livro *China: o socialismo do século XXI*, de Elias Jabbour e Alberto Gabrieli, resultante da

pesquisa que tem a contribuição da FMG. Este livro está sendo publicado na Inglaterra, por uma das maiores editoras do Ocidente, e também está sendo lançado em Portugal.

E destaco outras iniciativas para o nosso tempo:

– A TV Grabois, montada recentemente, ganhou forte impulso no início de 2021 com uma nova equipe de produção de conteúdos, com plano de Manuela d'Ávila. A equipe formou e capacitou cinco YouTubers, que tratam de temas específicos – Elias Jabbour (China); Ana Prestes (América Latina); Olívia Santana (gênero e luta antirracista); Fábio Palácio (Cultura e comunicação); e Dani Balbi e a própria Manuela que também é uma Youtuber da TV Grabois.

Esse projeto de comunicação aprofundou nossa presença nas redes. Hoje a FMG tem perfis no Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, Telegram e Tik Tok, que têm conteúdos próprios e crescimento acelerado de visualizações que chegam a dezenas de milhares.

Estamos na fase da elaboração de nova edição e atualização do Portal da FMG, sob a direção de Renata Mielli.

– E a Revista *Princípios*, que completou 40 anos de circulação. Fincamos uma nova fase, com novo projeto editorial e gráfico. Agora, a publicação está incluída como revista científica em diversos indexadores nacionais e internacionais. E constrói pontes e relações com intelectuais, universidades e centros de pesquisa. Já saíram quatro números na nova fase e o quinto encontra-se em finalização. Iniciativa que tem o protagonismo de Julio Vellozo e Fábio Palácio.

Ainda situo o importante trabalho do Centro de Documentação e Memória da FMG, já com grande acervo. Com a proximidade do centenário do PCdoB, está com suas atividades voltadas para esta efeméride. Segue em pesquisa de documentos inéditos, periódicos e fotografias. Contribuí com a elaboração do livro Iconográfico sobre a história do PCdoB.

A FMG participa do Observatório da Democracia com mais nove Fundações, trabalho originado pelo nosso esforço há mais de 10 anos.

Hoje a nossa Fundação está fincada de forma ativa e com programação de trabalho em oito estados.

A FMG organizará uma Comissão para atualização do Programa do Partido, de 2009, para depois do nosso 15º Congresso.

Nossa Fundação conta com grandes quadros do Partido e intelectuais e conselheiros amigos da Fundação. Concluo, com nossa homenagem à memória de dois grandes quadros da FMG, que deixam um grande legado, mas também fica um vazio no estudo e na pesquisa da história do Brasil e na história do PCdoB: Augusto Buonicore e José Carlos Ruy, presentes!

**Renato Rabelo é presidente da Fundação Maurício Grabois*



CONGRESSO DO
PCdoB
INDISPENSÁVEL À DEMOCRACIA

Informe de RENILDO CALHEIROS



Líder do PCdoB na Câmara, deputado Renildo Calheiros faz balanço de atuação

Balanço da Bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados

*Renildo Calheiros**

O Brasil vive um momento sem paralelo em sua história em que se misturam quatro crises: a sanitária, a social, a econômica e a política. O mais inusitado é o fato de o próprio presidente da República ser o grande responsável pelo agravamento desse cenário.

Jair Bolsonaro está afundando o país graças à sua omissão, incompetência, negação da ciência, desprezo ao povo e subserviência ao capital financeiro.

A política bolsonarista é acabar com as instituições, atacar os demais poderes e disseminar mentiras. O governo trabalha contra os interesses dos brasileiros ao incentivar manifestações antidemocráticas. É inaceitável que o Palácio do Planalto seja ativo nos ataques à democracia e combata artigos fundamentais da Constituição Federal.

Quanto mais tempo Bolsonaro permanece no poder, mais prejuízos irreversíveis ocorrem. Chegamos a uma realidade trágica com mais de 600 mil mortos pelo coronavírus, 14,8 milhões de desempregados e uma inflação que aumenta exponencialmente o custo de vida das famílias. A fome volta a rondar a mesa dos trabalhadores cada vez mais precarizados pela política econômica nefasta do ministro da Economia, Paulo Guedes.

É preciso dar um basta aos desmontes, enquanto existe Brasil que possa ser recuperado.

Esse contexto desolador exige uma reação ativa e contundente do Parlamento, do Judiciário e da sociedade. O Congresso Nacional assumiu papel fundamental na luta contra os retrocessos cotidianos promovidos por esse governo fraco, mergulhado em denúncias de corrupção.

A Bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados tem apenas oito parlamentares, mas tornou-se protagonista nesses embates. Hoje é reconhecida como uma das mais atuantes e influentes. Proporcionalmente, temos o maior número de parlamentares na lista dos 100 “Cabeças do Congresso” 2021, a elite política brasileira, conforme pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Esse reconhecimento é resultado do nosso trabalho árduo em defesa do Brasil e dos brasileiros. Somos proativos nas articulações garantindo avanços e impedindo danos ainda maiores.

Ocupamos espaços de destaque nesta legislatura como a presidência da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público com a deputada Professora Marcivânia, primeira mulher a assumir esse cargo. Estivemos ainda à frente da Liderança da Minoria com a deputada Jandira Feghali. Hoje estamos no comando da Comissão de Cultura com a deputada Alice Portugal. Os líderes que me antecederam Daniel Almeida e Perpétua Almeida ajudaram a derrotar absurdos propostos pelo governo Bolsonaro. Após comandar a Secretaria Estadual de Articulação Política do Maranhão, o deputado Rubens Júnior retomou o mandato em agosto para reforçar a atuação da Bancada. Ele tem se destacado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em 2020 e 2021, o PCdoB foi fundamental na aprovação de medidas de enfrentamento à pandemia, sendo autor ou relator de projetos essenciais. O deputado Orlando Silva foi o autor do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) n. 88/2020 que instituiu no país o estado de calamidade pública.

Atuamos para fortalecer o orçamento SUS e expandir a vacinação para assim reduzir mortes. Com a nossa coautoria, a Câmara aprovou projeto de lei autorizando a quebra compulsória de patentes de vacinas (PL n. 12/2021).

Aprovamos ainda medida que facilita a compra de vacinas. A emenda do PCdoB foi incorporada ao texto. Isso permitiu que estados e municípios pudessem implementar planos de imunização próprios, quando o governo federal não fornecesse as vacinas de forma adequada.

Outro avanço foi a garantia em lei de trabalho remoto para grávidas na pandemia. A proposta foi apresentada pela deputada Perpétua Almeida, tendo por objetivo reduzir o risco de contaminação de gestantes pela Covid-19.

Os comunistas buscaram também apoiar as populações mais pobres atingidas pela perda de renda. Um dos marcos foi a garantia de auxílio emergencial de R\$ 600 para os trabalhadores. Vale lembrar que Bolsonaro queria pagar apenas R\$ 200 para os beneficiados. Temos projeto para manter esse benefício até o fim da pandemia, que está em análise na Comissão de Seguridade Social e Família. O deputado Orlando Silva foi autor do projeto de lei de conversão da MP n. 936/2020, que trata do Programa Emergencial da Manutenção do Emprego e da Renda. Já o deputado Daniel Almeida apresentou projeto de lei para aliviar o bolso de empregados que tiveram redução de salários durante a crise sanitária.

A Bancada também foi responsável pela articulação da aprovação da Lei emergencial da Cultura Aldir Blanc (14.017/2020). A relatora, deputada Jandira Feghali, também propôs uma política nacional de fomento permanente à cultura que está em tramitação (PL n. 1.518/2021).

Atuamos decisivamente em matérias importantes para a manutenção do Estado democrático de direito. Tivemos papel destacado no combate à Reforma Administrativa (PEC 32), que dissolve o Estado brasileiro e dificulta o acesso da população a serviços públicos. A titular da Comissão Especial, deputada Alice Portugal, foi aguerrida ao representar a nossa bancada.

Conseguimos enterrar um entulho da ditadura, a Lei de Segurança Nacional (LSN), e aprovar a Lei de Defesa do Estado Democrático. O Congresso cumpriu seu papel em defesa da democracia diante dos sucessivos ataques feitos pelo presidente da República. Contribuímos para impedir retrocessos democráticos no chamado “pacote anticrime”. O deputado Orlando Silva atuou para evitar que a legislação estimulasse ainda mais violência. Em defesa da democracia, apresentamos também a Proposta de Emenda à Constituição para impedir que militares da ativa ocupem cargos civis no Executivo. Essa foi uma significativa contribuição da deputada Perpétua Almeida.

Na educação, garantimos a aprovação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). As deputadas Alice Portugal e Professora Marcivânia foram fundamentais nas mobilizações. Em meio ao arrocho governamental, o deputado Márcio Jerry apresentou o PL n. 2.926/2019, que veda o cancelamento, a interrupção e o corte de bolsas concedidas pelos órgãos federais de apoio e fomento a pós-graduação e pesquisa.

Lutamos pela aprovação de medidas que estimulam a participação de mulheres e negros na política, buscando dar ao Parlamento a cara do nosso povo.

Em outras frentes, asseguramos a regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados, principal instrumento no combate às *fake news*, que teve a relatoria do deputado Orlando Silva. Com um substitutivo desse parlamentar, aprovamos na Câmara a PEC n. 17/2019 que torna a proteção de dados pessoais um direito fundamental.

Coordenamos ainda debates de temas estratégicos, como a implementação da tecnologia 5G. À frente dessas discussões, está a deputada Perpétua Almeida.

Fizemos amplas mobilizações contra as privatizações dos Correios e da Eletrobras, acionando inclusive o Supremo Tribunal Federal (STF). O PCdoB é um dos signatários da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a venda da empresa de energia. Os deputados Alice Portugal, Daniel Almeida e Jandira Feghali se mobilizaram fortemente para impedir esses desmontes.

Uma das maiores vitórias do ano, entretanto, foi a promulgação da lei que institui as federações partidárias, modernizando o sistema político brasileiro. A articulação e o trabalho do PCdoB, junto ao Senado e à Câmara, e o apoio recebido pelos parlamentares de diversas legendas foram decisivos para assegurar essa conquista histórica em quase 100 anos de existência do nosso partido.

Dialogamos com todas as frentes sociais, incluindo os demais poderes e os setores econômicos para encontrarmos saídas para essas crises nacionais sem precedentes.

Nós, a Oposição e antigos aliados do governo nos unificamos e entregamos um superpedido de *impeachment* de Bolsonaro à Câmara. São intoleráveis os indícios de negligência no combate à pandemia e denúncias de corrupção na compra de vacinas contra a Covid-19.

O Poder Legislativo tem a missão de abrir urgentemente um processo de *impeachment* presidencial. Não restam dúvidas de que houve crimes de responsabilidade na gestão da pandemia. Temos de enfrentar esse processo com coragem e cumprir a nossa obrigação diante da sociedade.

Nunca foi tão necessário concretizar uma frente ampla, nas ruas e no Parlamento. A oposição a este governo é de milhões. A agenda deve ser tão-somente a defesa da democracia, da Constituição, da vida e dos direitos do povo, que precisa de vacina no braço e de comida no prato. Temos de impedir que a atuação perversa do governo Bolsonaro traga ainda mais prejuízos à sociedade. Fora, Bolsonaro! *Impeachment* já!

****Renildo Calheiros (PCdoB-PE) é líder da bancada comunista na Câmara dos Deputados***



CONGRESSO DO
PCdoB
INDISPENSÁVEL À DEMOCRACIA

Informe de SÉRGIO RUBENS



Sérgio Rubens, vice-presidente do PCdoB, participou da Plenária por videoconferência

Integração entre PPL e PCdoB

Em 17 de março de 2019, sob o lema Democracia, Soberania e Socialismo – Somando Forças, o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e o PPL (Partido Pátria Livre) celebraram, em congressos extraordinários, a histórica união entre as duas legendas. Passados dois anos e sete meses, “o resultado da integração já está dado”, avalia Sérgio Rubens, que presidia o PPL e é o atual vice-presidente do PCdoB.

Coube a Sérgio fazer, neste sábado (16), um informe especial sobre o tema ao 15º Congresso do PCdoB. “O caminho é feito à medida que a gente caminha – não há uma estrada preestabelecida. Mas a integração está caminhando velozmente”, afirmou. Segundo ele, PPL e PCdoB tiveram “trajetórias paralelas, baseadas num conjunto de referenciais”. Entre esses

pontos comuns às duas agremiações, Sérgio destacou a defesa do marxismo-leninismo, da unicidade sindical e da independência nacional.

Em contrapartida, era inevitável que cada partido tivesse uma cultura própria. O PCdoB é o partido mais antigo do Brasil e está em contagem regressiva para seu centenário. O PPL, mais jovem, foi registrado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2011, mas é herdeiro do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), que acumulava mais de 40 anos de história.

Além disso, eram distintas e conflitantes as opiniões dos dois partidos sobre a gestão Dilma Rousseff (2011-2016). “Quando a proposta de integração chegou, a dificuldade maior a superar era que o PPL tinha se retirado da base de apoio do governo Dilma em 2013. Nós trabalhávamos para construir um outro campo, com a candidatura do Eduardo Campos (PSB) a presidente em 2014”, declarou Sérgio. “E os camaradas do PCdoB mantiveram o apoio a Dilma até o impeachment”.

Uma divergência desse porte talvez poderia inviabilizar a incorporação do PPL ao PCdoB. “No plano da tática, se não há unidade de ação, todas as proximidades ideológicas acabam não funcionando. A prática é determinante”. Mas o que prevaleceu, nos debates pré-integração, foi o entendimento de que “havia tanto para construir dali para frente”, em especial enfrentar o governo Jair Bolsonaro.

“Não se cobrou autocrítica de nenhum lado. A questão anterior ficou para trás”, afirmou o dirigente do PCdoB. “Tínhamos de discutir o presente, o que estava na ordem do dia. E já havia uma primeira identidade: a proposta de frente ampla”.

A eleição de Bolsonaro, em 2018, levou à Presidência da República uma “ultradireita fascista, cevada nos porões da ditadura (1964-1985)”. É do atual presidente – conforme lembrou Sérgio – uma citação que exemplifica seu caráter autoritário. “O voto não vai mudar nada no Brasil. Só vai mudar infelizmente quando partirmos para uma guerra civil, fazendo um trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil”, afirmou Bolsonaro, em 1999.

“Este é o nosso presidente”, enfatizou Sérgio Rubens. “Não tínhamos a ilusão de que Bolsonaro nos respeitaria. Ele trabalhava diuturnamente para dar um golpe e capturar o conjunto das instituições”. Se era preciso contê-lo, a frente ampla se impôs. Foi assim também em 1985, na redemocratização do Brasil. “Sem frente ampla, não haveria uma transição para a democracia. A transição possível foi aquela que se estabeleceu para acabar com a ditadura e iniciar uma vida nova no País”.

Sérgio enalteceu também a ascensão chinesa, seja no movimento comunista, seja na geopolítica. “A China deu a volta por cima – e com uma política diferente do antigo bloco socialista”, resumiu o dirigente, recordando o “trauma pesadíssimo” da crise do movimento comunista internacional no século 20.

“Hoje, a China se tornou uma inspiração para todos os comunistas mundo afora. A pandemia provou isso”. Embora seja o país mais populoso do Planeta, com 1,4 milhão de habitantes, a China é a 79ª nação em vítimas do novo coronavírus. Cerca de 4,55 milhões de pessoas morreram no mundo de Covid-19. Na China, apenas 4.636.

O país liderado pelo Partido Comunista se destaca também pelos avanços econômicos. Sérgio disse que, no Brasil, os produtos “made in China” já foram chamados pejorativamente de “xing ling”. Hoje, já são comprados não necessariamente pelo preço – mas também pela qualidade.

Com esse cenário, internacional e nacional, o dirigente prevê que o PCdoB tem condições de crescer e superar entraves como a cláusula de barreira. Casos como a conquista das federações partidárias no Congresso e a própria união com o PPL mostram, segundo Sérgio, que “o PCdoB pode ter bastante confiança em si próprio”.

E a integração, conclui ele, não vai parar. “O PCdoB modifica um pouco a cultura do MR-8. A gente modifica um pouco a do PCdoB. O resultado é um Partido mais fortalecido, na vanguarda”.

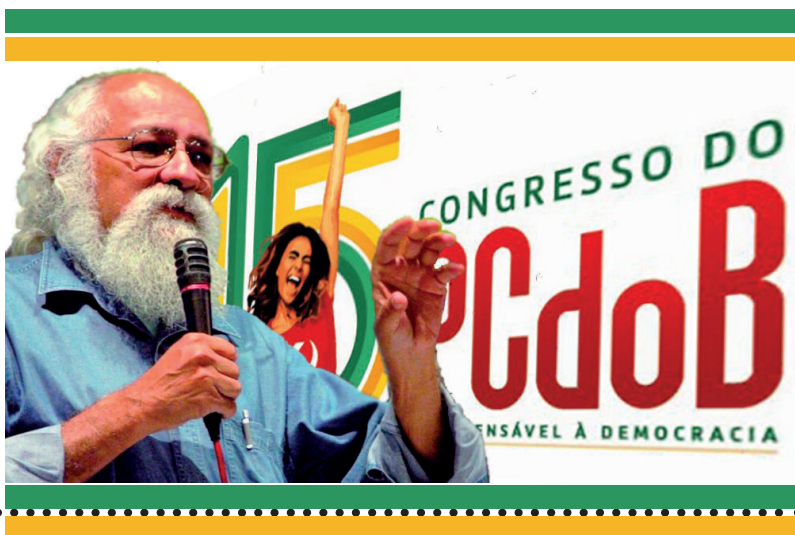
Por **André Cintra**

Reportagem publicada no pcdob.org.br



CONGRESSO DO
PCdoB
INDISPENSÁVEL À DEMOCRACIA

Informe de NILSON ARAÚJO



Nilson Araújo participou da Plenária por videoconferência. Fotomontagem

Plataforma programática do PCdoB para atuação em Federação Partidária

O economista Nilson Araújo explicou, durante intervenção no 15º Congresso Nacional do PCdoB, que o eixo estruturante do documento é o protagonismo do Estado com investimento público e do mercado interno alavancado pelo poder de compra do salário.

Na manhã deste domingo (17), a sessão do 15º Congresso teve início com participações, dentre as quais a do economista Nilson Araújo de Souza, que trouxe uma intervenção especial sobre as Diretrizes para uma Plataforma Emergencial de Reconstrução Nacional.

Nilson fez doutorado em economia pela Universidade Autónoma do México (Unam), pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), leciona na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e é professor aposentado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Além disso, é membro do Comitê Central e da Comissão Política Nacional

do PCdoB e diretor das Fundações Maurício Grabois e Claudio Campos.

Sua intervenção teve o papel de pontuar uma base programática que vem sendo discutida no âmbito intelectual do Partido, para composição de uma plataforma programática de enfrentamento ao bolsonarismo e à profunda crise econômica que vive o país.

Para ele, o primeiro passo foi dado, na medida em que o Congresso é realizado “sob o signo da vitória”, bem como foram cumpridas duas tarefas fundamentais: o isolamento e a derrota de Bolsonaro. “A construção da Frente Ampla deu um passo importante para ampliar a luta de massas e emparedar Bolsonaro”, declarou, alertando que, embora “sob focinheira”, Bolsonaro sempre tenta retomar sua aventura golpista.

Outra vitória para a democracia, na opinião do dirigente, foi a aprovação da Federação Partidária pelo Congresso Nacional, apesar da conjuntura desfavorável da correlação de forças. A meta inicial de preservar institucionalmente a participação política do Partido vai muito além, “ultrapassa essa meta inicialmente tática, e cumpre papel estratégico e é mais duradoura”.

A partir dessa constatação, segundo, Nilson uma federação que contenha o PCdoB necessita ser dotada de um programa mínimo. Aqui entra a terceira tarefa: tirar o país da crise. “Temos que ter nossa proposta”.

Ele esclareceu que o documento em construção não está sendo apreciado pelo 15º Congresso, porque continua em elaboração para ser aprovado pelo novo Comitê Central que se inicia a partir da eleição deste domingo. “O Comitê Central criou essa comissão de redação, além da tarefa de elaborar as diretrizes para a plataforma inicial”, acrescentou.

Nilson observou o enorme interesse da militância ao acompanhar os debates regionais e locais, com resultado de muitas emendas e tribunas de debates para tratar da plataforma. No Congresso, esse debate continuou com destaque para emendas sobre democratização da comunicação, meio ambiente, reforma previdenciária.

A referência básica para construir essa proposta, conforme ele salienta, foi o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, aprovado no Congresso de 2009, que continua como referência básica da luta partidária. Ainda assim, ele relata que aquela proposta foi enriquecida pelas contribuições do seminário realizado pela Cátedra Claudio Campos, com onze mesas temáticas, que reuniram cerca de 50 palestrantes, “de dentro e fora do partido”, para uma construção coletiva.

“O eixo estruturante do documento é o protagonismo do Estado com investimento público e do mercado interno alavancado pelo poder de compra do salário”, pontuou Nilson.

Para construir e conscientizar para uma plataforma consistente, Nilson considera ser preciso mostrar a situação, que ele identifica como uma crise estrutural que se agravou no período Bolsonaro. “Logo que assumiu, ele disse que veio para desconstruir. Mas, querendo dizer destruir, algo para o que ele trabalha diuturnamente”, lembrou ele, referindo-se ao desmonte do Estado nacional que se expressa em todas as áreas de governo.

Para ele, esse desmonte também se expressa na gravidade da situação social. “A situação sanitária não seria natural e inevitável, com a quantidade de pessoas que perderam a vida. Cientistas e pesquisadores mostraram que 80% das pessoas morreram pela atitude irresponsável e consciente para promover a imunidade de rebanho, sem vacina, adotada pelo presidente da República”, avaliou.

“Outra tragédia social importante se manifesta pelo desemprego em massa que, somado ao subemprego, soma 32 milhões de pessoas, segundo o IBGE; a fome, em que 117 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar, e, agora, a carestia provocada pelo governo, que não montou os estoques reguladores de alimentos que deflagrou o processo de inflação e reajustes de preços”, pontuou o economista.

Conforme analisa Nilson, o desmonte da ação econômica do Estado tem como sua principal expressão a situação da Petrobras, conforme o governo começou a privatizar refinarias e distribuidoras. “Sabemos que a empresa de petróleo precisa

ser integrada, do poço ao posto, senão, não se torna eficiente e rentável”, explicou sobre o desmonte privatizante da cadeia produtiva de petróleo no Brasil.

Ele ainda mencionou as tentativas de privatizar a Eletrobras e a reforma administrativa, como formas de desmontar a capacidade do Estado de fazer planejamento e gestão. “Não só os trabalhadores e servidores públicos perdem, mas o conjunto da nação perde em termos de qualidade de serviços públicos. Precisamos derrotar, agora, essa excrescência no Congresso”.

Segundo ele, “ficaríamos horas” falando do desmonte do conjunto das áreas de gestão. “Precisamos tirar o país dessa crise estrutural, temos que reconstruir o Estado. Nossa plataforma emergencial é de reconstrução nacional. É uma ponte entre a situação atual e a implementação do novo projeto nacional de desenvolvimento. A situação está dramática e temos que construir essa alternativa”, enfatizou.

Nilson considera que a crise é profunda e estrutural, portanto precisa ser enfrentada com medidas estruturais. “Não devemos pensar em medidas cosméticas, de zeladoria. Se não enfrentarmos com medidas estruturais, não vamos tirar o país da crise”.

Para tanto, ele considera que o eixo fundamental e estruturante desse programa deve ser alavancado pelo salário, para fortalecimento da nação. Salário como eixo de desenvolvimento, um conjunto de ações que valorizem o trabalho e fortaleçam o mercado interno. Ele ainda destacou, como parte fundamental desse eixo, o fortalecimento do trabalho da mulher. “É preciso lutar para inserir a mulher no mercado de trabalho de maneira produtiva. A emancipação precisa de salário igual para trabalho igual, tempo integral para os filhos nas creches e escolas e aumento da licença gestante”, exemplificou.

Outra questão fundamental para esta agenda envolve como lidar com o salário-mínimo. Segundo ele, é preciso trabalhar com a meta de, em quatro anos, duplicá-lo em termos reais. É preciso haver um conjunto de iniciativas para reindustrialização do país. Geração de emprego com financiamento de grandes

obras de mobilidade urbana. De acordo com o economista, para isso temos recursos, bastando desmontar o sistema macroeconômico atual, revogar o teto de gastos, reduzir as isenções fiscais dos mais de R\$ 400 bi para cerca de 100 bilhões, usar renda do petróleo e do pré-sal, além de uma parceria estratégica com a China e sua Iniciativa Cinturão e Rota.

Ele considera possível tirar o país da crise e retomar o desenvolvimento. Para isso, é preciso deflagrar medidas de emergência, mas também o desenvolvimento, ao mesmo tempo. “Esta tarefa é importante, porque essa plataforma a ser concluída pode ser utilizada para a construção da federação e seu programa mínimo”, concluiu.

Por *Cezar Xavier*

Reportagem publicada no pcdob.org.br

IV ATO POLÍTICO



ATO POLÍTICO

.....



15º Congresso: ato marcado pela pluralidade mostra amplitude do PCdoB

A amplitude e a unidade, marcas históricas da forma de fazer política do PCdoB, deram o tom do ato político do 15º Congresso “Haroldo Lima”, realizado neste sábado (16). O evento, feito de maneira virtual, contou com manifestações de importantes lideranças da política, dos movimentos sociais, sindical e da cultura, que expuseram sua admiração pela legenda comunista e destacaram a importância da frente ampla para enfrentar os atuais desafios do país.

Apresentado pela deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), vice-líder da Minoria da Câmara, e pela ex-deputada de Santa Catarina, Ângela Albino, o ato foi iniciado pela presidenta nacional do Partido e vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos, configuração que explicitou a força das mulheres no mais longo partido brasileiro que, em 25 de março de 2022, completa 100 anos de existência e luta pelo país.

Devido à pandemia, a parte presencial do evento contou apenas com alguns dirigentes do PCdoB, que usavam máscaras e foram testados previamente. A participação militante e as saudações foram realizadas por vídeo. Dentre as personalidades que se manifestaram estão o ex-presidente Lula; o ex-ministro Ciro Gomes; os senadores à frente da CPI da Covid, Omar Aziz (PSD/AM) e Renan Calheiros (MDB-AL); e Guilherme Boulos (Psol).

Pluralismo fortalece a democracia

Ao abrir o ato político, a presidenta do PCdoB, Luciana Santos, salientou que “este momento é um ponto alto do nosso 15º Congresso. Vocês irão acompanhar a demonstração de convívio democrático que estabelecemos ao longo de décadas com as forças políticas, democráticas e forças vivas do nosso país. O pluralismo fortalece a democracia”.

Luciana destacou que os congressos do PCdoB, que acontecem a cada quatro anos, são “o auge da democracia interna”. Na atual conjuntura, disse, o Partido estabeleceu dois focos para os debates: a luta para desmascarar, isolar e derrotar Bolsonaro e as linhas de construção partidária para o fortalecimento do papel do PCdoB no país.

A dirigente apontou a gravidade da situação do país ao tratar do caráter do governo Bolsonaro, ultraliberal na economia, retrógrado nos costumes e autoritário na política. “A resultante desse governo é que ele deixou o Brasil à deriva; 800 mil empresas quebraram; e temos quase 15 milhões de desempregados. Voltamos à vergonhosa marca de retornar ao Mapa da Fome e temos a pior inflação dos últimos 20 anos”.

Para completar, destacou, “esse presidente se comportou como um verdadeiro aliado do vírus, um negacionista que nunca atendeu a nenhuma orientação, seja das autoridades sanitárias, seja da OMS, seja das experiências exitosas no mundo. Na verdade, muito pelo contrário: o que ele praticou foi uma atitude criminosa, querendo levar o Brasil a uma experiência de laboratório, com imunidade de rebanho e uso da cloroquina, e perdemos 600 mil brasileiros e brasileiras”.

Diante de tudo isso, ressaltou, “vimos a reação do povo brasileiro e das forças vivas da população. Desde o primeiro momento, foram constituídas frentes amplas, diferenciadas, entre elas a de governadores e prefeitos, e a reação na Câmara que garantiu o auxílio emergencial e a proteção da economia. Vimos a luta pela vacina, pelos leitos, para que pudéssemos ter os equipamentos para salvar vidas”.

A dirigente concluiu seu discurso enfatizando: “estamos aqui para levar esperança, para virar o jogo. Essa é a nossa disposição: frente ampla pela democracia, para reconstruir a nação. Firme na luta! Vamos à vitória”.

“Juntos seremos muito mais fortes”

Em mensagem de vídeo enviada ao PCdoB, o ex-presidente Lula destacou as dificuldades do cenário nacional: “Vivemos um momento difícil, com pandemia, a prevalência da ignorância sobre a inteligência; com um governo genocida que não respeita os direitos humanos, que não tem sentimento, que não conversa com a ciência, com os especialistas, para encontrar saídas para os graves problemas do país”.

Lula salientou que o Brasil “voltou ao Mapa da Fome depois de o termos tirado em 2012” e acrescentou que “este país já foi muito melhor, e vocês, companheiros e companheiras do PCdoB, ajudaram na construção do país”. Lula declarou ainda: “Tenho saudades do tempo que governamos com o PCdoB, participando ativamente do governo, no esporte, no turismo, na direção da ANP quando descobrimos o pré-sal”.

O PCdoB, disse o ex-presidente, “sempre teve participação histórica e extraordinária nos momentos mais difíceis deste país, mesmo quando viveu na clandestinidade por imposição de regimes autoritários. O PCdoB, que ressurgia como Fênix a cada momento que se sombreava a abertura nesse país, está passando novamente por privações porque, na tentativa de limitar os partidos políticos de existirem livremente, estão obrigando os partidos a pensarem como sobreviver”, e acrescentou: “a duras penas, conseguimos que as federações fossem aprovadas”.

Lula disse ainda que “o PCdoB sempre pode contar com o PT” e que nunca esqueceria de João Amazonas e Haroldo Lima — “companheiro da mais alta qualidade e competência com quem eu tive o prazer de ser deputado constituinte”.

O ex-presidente concluiu sua fala dizendo: “É sempre muito importante a gente ter a certeza de que o Brasil tem um partido como o PCdoB, que poderia ser muito maior se não fossem os obstáculos criados ao longo da história, se não fossem as mortes, ocorridas por culpa do regime autoritário, dos membros do PCdoB. Mas sempre é tempo de reconstruir e o PCdoB continua vivo, como em qualquer outro momento histórico, para lutar, para dizer que não desistirá, não vai esmorecer, que vai sobreviver e sair mais forte desta situação difícil que vivemos no Brasil. E eu espero que a gente esteja junto em muitas lutas, porque o Brasil que eu sonho, tenho certeza de que é o Brasil que o PCdoB sonha. Juntos seremos muito mais fortes, podemos muito mais; sozinhos, seremos presas fáceis na mão dos adversários”.

Luta, palavra que sintetiza o PCdoB

O ex-ministro e ex-governador Ciro Gomes, do PDT, também saudou o 15º Congresso, destacando a essência dos comunistas: “Uma palavra curta, de apenas quatro letras, mas cheia de uma energia fabulosa, é a que melhor define a história desse bravo partido: luta. Essa é a palavra que sintetiza e expressa o que tem sido a história desse inquebrantável PCdoB, partido da luta popular, da luta a favor do Brasil, dos mais pobres, dos ne-

gros, das mulheres e de todos os oprimidos. É por viver na luta justa que o PCdoB tem uma energia que o faz sempre jovem, forte e vigoroso”.

Ciro salientou que do 15º Congresso “vão sair novas diretrizes para este partido e novas propostas para melhorar o nosso Brasil nesse momento tão difícil da vida nacional, para ampliar a luta que este grande partido vem tocando sob o comando da minha amiga Luciana Santos, a favor do Brasil e contra o governo genocida de Bolsonaro”. Ele agregou que “nós, companheiros do PDT, também estamos nessa luta e nos somamos aos esforços para buscar um projeto nacional de desenvolvimento que devolva ao Brasil a capacidade de avançar e reduzir desigualdades”.

Ao finalizar sua mensagem, o ex-ministro declarou, em homenagem a históricos dirigentes do PCdoB: “Temos claro o tamanho dos desafios que temos pela frente para defender nosso povo. Esse é o grande desafio e compromisso que temos, um compromisso de luta que era também de João Amazonas — presente! —; de Pedro Pomar — presente! —; de Maurício Grabois — presente! —; de Elza Monnerat — presente! —; de Diógenes Arruda — presente! —; de Haroldo Lima — presente! —; e de tantos outros guerreiros do povo brasileiro”.

Guilherme Boulos, do Psol, destacou a “linda história do PCdoB ao lado do povo e das lutas sociais em nosso país”. Ele salientou que o Partido “constrói, de longa data, um projeto nacional e popular para resolver os graves problemas e contradições da sociedade brasileira. E esteve na linha de frente da luta contra a ditadura militar, por democracia e direitos sociais; na luta da juventude, dos sem-teto, dos sem-terra”.

Boulos acrescentou que “é um tremendo orgulho ter, nos últimos anos, compartilhado as trincheiras com a militância do PCdoB, na luta contra o golpe de 2016, por democracia e direitos sociais e hoje na luta contra Bolsonaro. Ver o PSol e o PCdoB nas mesmas trincheiras é algo que nos anima e espero que possamos estar ainda mais juntos no próximo período. Nosso desafio agora, além de virar a página desse pesadelo do Bolsonaro, é também derrotar tudo que o bolsonarismo representa”.

Essencial para a democracia brasileira

O presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PS-D-AM), apontou que “a realização do 15º Congresso é de uma importância vital nesse momento que o país vive, com tantas perdas sociais e na democracia. A luta centenária do PCdoB não pode ser esquecida. Seus dirigentes e militantes são um diferencial, como foi lá atrás, pela redemocratização, pelas Diretas. O Brasil é um país muito grande e o PCdoB é um partido grande, tem história”. O senador também declarou seu voto pela Federação “para que o partido continue tendo, no Congresso, representantes que ouçam as pessoas mais necessitadas desse país”.

O relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB/AL), destacou que o PCdoB tem quase cem anos “de lutas históricas, de dedicação ao Brasil e ao povo, de defesa da democracia e da soberania”. Ele lembrou que, na Constituinte, “nossos votos aprovaram, entre muitos avanços, o artigo 196 da Constituição, que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado e assim nasceu o SUS, o mais avançado e generoso sistema de saúde pública do mundo. Juntos, criamos instituições sólidas, a proteção ao trabalhador urbano e rural, a garantia dos direitos humanos e da vida, princípios que hoje voltam a correr perigo e têm que ser igualmente defendidos. Por isso o PCdoB, ao longo de seus cem anos, foi e continua sendo essencial para a democracia brasileira”.

No ritmo da poesia de cordel, o líder do PCdoB, Renildo Calheiros, declamou:

*Muitas lutas se passaram nessa nossa trajetória
E foi com os punhos cerrados que construímos a história
São cem bem vividos
E com nosso povo unido, chegaremos à vitória
Venceu a democracia nessa grande construção
Precisamos juntar gente para defender a nação
Elaborar bom programa, fazer a federação,
Isolar o Bolsonaro e vencer a eleição!
Viva o Partido Comunista do Brasil!*

Amplitude

Ao longo de todo o ato, o PCdoB recebeu diversas manifestações que, conforme destacou a deputada federal Jandira Feghali, demonstram na prática a amplitude política do Partido. Em comum, as mensagens em vídeo ressaltaram a história de lutas e a capacidade do PCdoB de dialogar com diferentes forças políticas, bem como o destacado papel que tem tido no enfrentamento ao bolsonarismo e na defesa da democracia e dos interesses do povo. Foram neste sentido as manifestações dos governadores Paulo Câmara (Pernambuco), Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte) e Renan Filho (Alagoas); e dos senadores Paulo Rocha (PT-PA) e Jacques Wagner (PT-BA).

Também enviaram saudações em vídeo os deputados Marcelo Ramos (PL-AM), vice-presidente da Câmara; Wolney Queiroz, líder do PDT; Bohn Gass, líder do PT; Joenia Wapichana (Rede-RR); Marcelo Freixo (PSB-RJ), líder da Minoria; Alessandro Molon (PSB/RJ), líder da Oposição; Cacá Leão, líder do Progressistas; Isnaldo Bulhões, líder do MDB; Hugo Mota, líder do Republicanos; Talíria Petrone, líder do PSol; Danilo Cabral, líder do PSB; Alexandre Manente, líder do Cidadania; Rodrigo de Castro, líder do PSDB; e Silvio Costa Filho (REP/PE).

O PCdoB recebeu, ainda, mensagens em vídeo dos presidentes do PT, Gleisi Hoffmann; do PSol, Juliano Medeiros; do PSB, Carlos Siqueira; e do PL,

Valdemar Costa Neto. Também se manifestaram em vídeo o ex-ministro Tarso Genro, além dos representantes dos movimentos sociais Fernando Guimarães, do Direitos Já e Fórum pela Democracia; Bruna Brelaz, presidenta da UNE; Helena Nader, presidenta de honra da SBPC; Kelly Maford, da coordenação nacional do MST, e Olivia Carolino, da direção nacional da Consulta Popular; além dos presidentes das centrais sindicais Adilson Araújo (CTB); Ricardo Patah (UGT); Sergio Nobre (CUT); e Miguel Torres (Força Sindical),

No campo da cultura e da comunicação, saudaram o PCdoB a cantora e deputada estadual do PCdoB-SP, Leci Brandão;

o cantor e compositor da música A Bandeira do Meu Partido, em homenagem ao PCdoB, Jorge Mautner; e o jornalista Leonardo Attuch (Brasil 247).

A Mesa do ato foi composta pelos dirigentes do Comitê Central (esquerda para a direita): Márcio Cabreira, Neide Freitas, Davidson Magalhães, Jô Moraes, Walter Sorrentino (vice-presidente), Luciana Santos (presidenta), Vanessa Grazziotin, Nivaldo Santana, Daniel Almeida, João Vicente Goulart, Ricardo Alemão Abreu e Fábio Tokarski.

Por *Priscila Lobregatte*

Reportagem publicada no pcdob.org.br

V COMITÊ CENTRAL

BALANÇO DE
DIREÇÃO E
.....
PERFIL DO NOVO
COMITÊ CENTRAL



Balanço do trabalho da direção nacional (2017 a 2021)

PCdoB, imprescindível para o Brasil

*por Fábio Tokarski**

Os desafios que esta direção enfrentou

A marca deste período é o imponderável, pois aconteceu com o Brasil o unimaginável.

Nosso Brasil é governado pelo ainda não destituído Bolsonaro.

Bolsonaro, além de bater continência para a bandeira dos Estados Unidos, tomou medidas que atingiram a nação e agrediram o povo brasileiro.

O rastro de destruição e dor está presente em muitas das ações deste governo dirigido por um miliciano: crianças órfãs de mães e pais atingidos pela COVID, além do número que ultra-

passou há meses 130 mil, agora estão em desalento nas cidades e no sertão de todo o nosso Brasil. Uma tragédia atingiu o país e seu povo e atingiu nosso Partido.

Vários quadros do nosso Partido perderam a vida. Do Comitê Central aos comitês estaduais e municipais, perdemos Haroldo Lima que dá nome ao nosso Congresso. Perdemos Júlio Salas, do Amazonas; Lúcia Rocha, na Paraíba; Michel, em Belém; Tizil, em São Paulo e tantos outros, como Wanderley, do Amapá, e Zezinho no Recife. Homens e mulheres, camaradas nossos, que nos fazem falta e pelos quais continuaremos a luta pelo socialismo.

O Brasil, sob o governo da extrema-direita, regrediu em todos os sentidos nos últimos três anos. A democracia e as instituições nunca foram tão ameaçadas. O desemprego e a inflação atingiram números recordes. A renda do brasileiro caiu ao menor patamar de dez anos. A desigualdade, a pobreza e a fome voltaram a bater à porta dos brasileiros, e o feijão e o arroz começaram a deixar de fazer parte do prato do povo.

O bolsonarismo é uma força retrógrada e autoritária que fincou bases reais na sociedade brasileira. Possui um poder real de mobilização, sistema de comunicação estruturado em redes sociais e segmentado em grupos específicos, como evangélicos, caminhoneiros, policiais e parte dos ruralistas.

Os tempos que vivemos são de defensiva estratégica e tática, principalmente para os comunistas.

Sobre o balanço da direção e o debate em torno da formação da nova direção

O debate sobre o trabalho de direção e a formação do novo núcleo é uma das tarefas mais importantes na vida do Partido. O debate do Congresso é, em si, o de balanço e perspectivas. No balanço, temos de afirmar em torno das questões fundamentais, delas extraindo lições e projetando perspectivas. Este é um aspecto da excepcionalidade deste congresso ordinário. Devido às circunstâncias da luta em torno da Federação, parte do debate se atrasou; o que nos leva a propor que o Congresso realize um

balanço, faça um debate e aprove o Novo Conceito de Direção e eleja o novo Comitê Central. A formatação em si da nova direção e suas funções fica como matéria do próximo Comitê Central.

Quando fazemos o balanço de quatro anos, precisamos identificar de forma multilateral essa trajetória em que tivemos derrotas, dificuldades, insuficiências e vitórias, sobretudo luta e dedicação.

Derrotas

Sem temor, é preciso reconhecer o tamanho da derrota de 2018 quando foi eleito um governo de extrema-direita, com o qual assistimos a emergência e estruturação de uma corrente ideológica, o bolsonarismo. Outra derrota expressiva foi não termos superado a Cláusula de Barreira.

Dificuldades diante da legislação eleitoral em 2020

A nova legislação eleitoral nos impôs severas dificuldades para montar chapas próprias competitivas. Essas mesmas dificuldades nos impuseram uma Diáspora, com a saída de inúmeras lideranças parlamentares em 2020. E em 2021 o governador que elegemos com grande apoio da direção de nosso Comitê Central, Flávio Dino – diante das incertezas e sem esperar o resultado da luta pela Federação como havia combinado –, optou por um caminho individual.

Insuficiências

Já vínhamos com dificuldades de expressar nossa imagem política com a pequena difusão e pouco debate do nosso Programa Socialista. O Programa é o vértice de nossa luta ideológica, a referência a partir da qual construímos nossas formulações não apenas para interpretar a realidade, mas também para elaborar propostas para a sua transformação.

É preciso identificar os erros e as insuficiências para superá-las, com a clareza de que, em um país governado pela extrema-direita, não temos terreno propício para expansão. É na democracia que nossas ideias fluem com mais facilidade. E re-

conhecer que demoramos para elaborar políticas de estruturação consoantes a um ciclo de reversão, de resistência.

Identificamos vários fatores de nosso enfraquecimento.

Nas últimas quatro eleições, tivemos de forma sequencial a perda de votos no Sul, no Sudeste e em grandes centros urbanos. Essa curva descendente de votos reflete certo distanciamento das lutas do povo, insuficiente comunicação, rarefeita capacidade de mobilização e baixa capacidade de arrecadação. Nos últimos anos, diminuiu a proporção de jovens e de mulheres filiados, e nas eleições permaneceu o lançamento de poucas lideranças. Estamos dando relativamente pouco protagonismo aos quadros dirigentes.

Vida orgânica deficitária e às vezes inexistente.

Realizações, superação de obstáculos

O coletivo partidário produziu muitas realizações, nos estados e no âmbito nacional, das quais três se destacam nacionalmente:

- Integração PCdoB / PPL
- Frente Ampla
- Federação

Avanços na afirmação do nosso lugar político e da respeitabilidade do PCdoB no âmbito das forças políticas brasileiras. A nossa coerência e a nossa capacidade de luta, evidenciadas nos mais recentes momentos da vida política brasileira, conquistaram para o Partido o respeito das demais forças e do povo.

Merece registro também um conjunto de realizações importantes e estratégicas:

- Destacada importância tem a 3ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Emancipação das Mulheres, realizada vitoriosamente em março último.

- O Encontro Nacional Partido e Juventude, já realizado, elaborou as linhas orientadoras nessa perspectiva.

- Encontro nacional sobre Educação e o Encontro de Saúde contribuíram para coesionar nossa militância nestas frentes estratégicas.

Mobilização da militância

A militância do PCdoB, inserida nas organizações e articulações de lutas sociais – Frente Brasil Popular, *Fora, Bolsonaro!*, Fórum das centrais sindicais e outras –, está na linha de frente das mobilizações de rua e atua para ampliá-las. Destacam-se as mobilizações da juventude estudantil, lideradas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), com o apoio da União da Juventude Socialista (UJS) e da Juventude Pátria Livre (JPL).

Ressalta-se a unificação compreendida entre a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), que fortalecerá o protagonismo do sindicalismo unitário e de luta.

Também cumprem papel elevado a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), na batalha pelo despejo zero, e a luta por moradia; e a luta antirracista, da qual a União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro) participa com destaque. Sublinha-se igualmente: a luta contra a lgtfobia, a violência e as discriminações da população LGBTQIA+, na qual está inserida a União Nacional LGBT; a atuação de lideranças comunistas em entidades e movimentos que lutam em defesa dos direitos dos povos indígenas pela demarcação imediata de suas terras; e a participação crescente da militância em movimentos ecológicos na luta pela proteção do meio ambiente sob a bandeira do desenvolvimento sustentável. E ganha protagonismo a participação dos comunistas nos movimentos em defesa da vida, do SUS e de enfrentamento à pandemia, entre eles a Frente pela Vida.

A constituição de um sistema de acompanhamento dos Comitês Estaduais por meio de responsáveis em nome da CPN, do ponto de vista interno, descentralizou e fortaleceu o papel dirigente de quadros partidários no alargamento do Sistema de Direção.

Processo de incorporação PPL/PCdoB

O processo de integração do PPL ao PCdoB tem sua origem após o resultado das eleições de 2018, quando da eleição de Bolsonaro, buscando o fortalecimento de duas forças revolucionárias, em uma única agremiação mais robusta política e ideologicamente, para enfrentar o período sombrio que se avizinhava. Este processo de integração se deu no mais elevado nível político, percorrendo o conjunto de organismos partidários, frentes de massas e movimentos sociais.

O 15º Congresso coroou esse processo de integração, deixando o Partido ainda mais fortalecido para enfrentar os desafios de 2022, isolar e derrotar Bolsonaro e tirar o Brasil da crise.

Novas Tarefas na agenda:

Combate ao Racismo

O Partido realizará a 1ª Conferência Nacional de Combate ao Racismo, para a formulação política e teórica, definição de linhas do trabalho popular e partidário e envolvimento de grande contingente de militantes na luta contra a discriminação racial. Sua preparação prevê a realização de um Seminário Nacional, cujos trabalhos já foram abertos com a exitosa Plenária Nacional antirracista.

Centenário

O Centenário – sua agenda de comemorações, atividades, publicações – constitui-se em um trunfo relevante para emular o coletivo militante e sensibilizar os setores progressistas da sociedade quanto ao legado do PCdoB à Nação e à classe trabalhadora e à sua indispensabilidade à democracia e ao país.

Eleições

2022 já “começou” com mudanças na legislação eleitoral:

A Federação Partidária é uma ferramenta política de dimensão tática e estratégica.

Como reelegeremos a nossa bancada, e como podemos ampliá-la? Esta é uma dimensão muito objetiva e estratégica. A Federação abre um novo caminho na democracia no país, permitindo institucionalizar a tradição frentista na esfera da luta eleitoral.

Os obstáculos eleitorais que tínhamos permanecem. Precisamos formar boas chapas, ampliar a interação e o revigoreamento do Partido e sua relação com o povo. A Federação é um instrumento que auxilia na disputa eleitoral, mas os nossos desafios precisam ser superados, na eleição que será sem dúvidas a mais tensa e conturbada desde a redemocratização. Precisamos trabalhar para garantir o êxito eleitoral do PCdoB.

Revitalizar, relançar o Partido

Relançar um partido respeitado e que tem imensas contribuições ao país, pois, como afirma o lema do nosso Congresso, o PCdoB é imprescindível à democracia.

Intenso processo de revigoreamento da vida partidária

A Federação é um momento de virada que, se soubermos aproveitar este instrumento, podemos abrir uma nova fase política de acumulação política para o Partido, em um vigoroso processo de revitalização e relançamento do PCdoB nas disputas eleitorais. Com perspectiva é possível esse revigoreamento do Partido e, sem ela, é mais uma profissão de fé. Mas com um instrumento que gera perspectiva esse revigoreamento ganha substância.

O dilema só apresenta perspectiva de solução com a **reversão da atual situação de defensiva tática** – que remete à perspectiva de construção de forças para a vitória nas eleições presidenciais de 2022 e de mudanças que poderão ser promovidas – e com a **reversão da curva declinante de votos**, a médio prazo mais exigente nas grandes cidades e nos estados do Sul e do Sudeste.

O dilema do PCdoB tem três partes: **votos, votos e votos**. Votos como expressão de nossa orientação tática, mas tam-

bém de todo o fazer partidário, em todas as dimensões, elevando seu senso de representação de trabalhadores e do povo, constituindo bastiões eleitorais mais perenes e fidelizados. Isso implica, do mesmo modo, **todo o fazer partidário**, em particular seu **lugar político** (intimamente ligado à tática eleitoral), sua **identidade** junto ao povo (que demanda esforços novos de comunicação, inventividade e ousadia), e sobretudo um **trabalho de massas** persistente de base.

A **maior conexão** com os trabalhadores e o povo, em meio a profundas mudanças sociológicas no país, é a mãe de todas as batalhas. Sem fazer a “política justa” ser incorporada pelas massas, com toda a dimensão da luta política, social e de ideias, não se vence. Voto é expressão do nível de consciência da massa e fruto do trabalho militante. Por outro ângulo, é o mesmo que dizer ser preciso dar **bases orgânicas ao nosso trabalho político**.

De forma mais estratégica e prática, a formulação de que o PCdoB **não está conseguindo integrar, ou completar, o ciclo** entre uma justa e talentosa condução tática e sua capacidade de comunicação de suas ideias e imagem à sociedade, e o trabalho de base junto ao povo e a dimensão orgânica que isso implica na vida partidária. Estas questões estão assentadas na base das ideias programáticas do NPND, conteúdo expresso em todas, e cada uma, as suas ações e na disputa tática que precisa ser feita para torná-las predominantes.

Questões propositivas: refletir na luta social e política o que o Programa propõe; forjar nossas características próprias na luta social – bandeiras, estratégias, objetivos do movimento – sem copiar estratégias de outras forças; instituir nas nossas organizações sociais uma linha efetivamente de massas, de presença nas bases; elevar a compreensão dos objetivos da luta social e capacidade de fazer as disputas táticas; força maior às bases, repor o sentido de as bases “traduzirem” a orientação em plano concreto de intervenção em sua realidade, dinamizando seu trabalho em redes (entre seus integrantes e no meio em que atuam); envolver os principais dirigentes e quadros no estudo

e formulação de caminhos para o trabalho de massas; instituir projetos pilotos em Distritais com o esforço de inteligência de quadros, reinvenção e criatividade; e repassar em exame crítico a atuação nos movimentos tradicionais: sindical, estudantil, de mulheres e negros, por exemplo.

O problema **mais concreto** apontado é dar esses passos nos **contextos singulares** em que se desenvolverá a superação dos desafios. Haverá o resultado da dimensão em que ocorrerão debates sobre esse tema no Congresso, haverá o fato da nova legislação e suas implicações eleitorais e o da construção de um campo de forças em torno de uma plataforma de emergência e candidatura presidencial para 2022.

Entretanto, sobreleva-se o fato primeiro: a **direção nacional**. Temos de partir da concepção segundo a qual a soma das partes não constitui um todo, mas o todo está em todas as partes. Na concepção comprovada do **PCdoB, o todo é a direção**. Sem uma direção à altura desses desafios históricos que vivemos, capaz de formulação, de ligar a reflexão tática à estratégia, de situar o lugar e papel do Partido, de nuclear e coordenar as instâncias institucionais de direção nacional e de operacionalizar todo esse processo, não se resolverá a superação do dilema, a médio prazo, nem se conseguirá reposicionar as linhas que estão sendo debatidas.

Direção com sagacidade é importante, mas não é suficiente, com estratégia clara, a política justa, tão necessária, mas também não suficiente para crescer. O fator decisivo, forte ligação de massas, relaciona-se ao problema da pirâmide invertida: ausência de quadros na orientação concreta das Bases. A tudo o que se quiser fazer é preciso dedicar energia, recurso, quadros dirigentes, militância mobilizada.

Revigorar

Com a vitória democrática das federações partidárias, o PCdoB descortina outro terreno para sua afirmação eleitoral, como parte da grande jornada para derrotar Bolsonaro e mudar

os destinos do país. Nesse esforço, nada pode substituir esses reposicionamentos necessários para que o PCdoB reinicie uma jornada de acumulação eleitoral vigorosa em afirmação de sua legenda. Desde já o esforço partidário se volta para a construção de seu projeto eleitoral e de suas candidaturas.

É imperativo superar limitações e insuficiências que se apresentaram nos últimos anos e levaram ao enfraquecimento do seu senso de representação social e de sua influência na luta social, entre a intelectualidade e setores médios, com reflexos importantes na sua força organizativa e em seu desempenho eleitoral. Fazer do PCdoB a força consciente, combativa, coesa e militante – para enfrentar o autoritarismo de índole fascista e constituir uma ampla frente popular, democrática e patriótica para a transformação do Brasil – demanda um revigoreamento geral da vida partidária. São necessárias a atualização e a renovação das linhas de ação e construção política, ideológica, orgânica e material do Partido, adequadas às exigências atuais da luta de classes que o país atravessa.

Nas condições de defensiva estratégica em que vivemos, e acumulando forças para reverter a defensiva tática, o fator maior da edificação do Partido é a construção política. Construir a nítida compreensão de sua orientação tática, capacidade de disputá-la em todos os terrenos de ação, para assegurar a unidade, confiança e perspectivas dos quadros partidários. Isso se ampara na construção ideológica, tendo o Programa do PCdoB à frente, mais o permanente esforço de unidade das fileiras militantes, disciplina e espírito coletivo de partido, para um período de resistência.

DIREÇÃO

Envolver os principais dirigentes e quadros no estudo e formulação de caminhos para o trabalho de massas; instituir projetos pilotos em Distritais e Bases estratégicos com o esforço de inteligência de quadros, reinvenção e criatividade.

Formar direção capaz e identificada com os desafios

O Partido precisa se ligar mais profundamente à classe operária, aos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo. É preciso dominar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e os novos perfis da classe trabalhadora. Assim, deve-se dar atenção especial às novas categorias de trabalhadores jovens, explorados e sem direitos; às mulheres que atuam e lideram em todas as frentes de luta; aos negros e negras que enfrentam a opressão do racismo e a violência em todas as suas formas; à juventude rebelde que vai às ruas em defesa da educação e da democracia, de oportunidades, contra a opressão do racismo estrutural, de gênero e de orientação sexual.

A dimensão global a que chegou a comunicação digital exige do Partido um domínio desse fenômeno não só prático, mas também teórico e científico. O tema requer estudos sistemáticos e interação com especialistas de universidades e de outros centros, de diferentes áreas do conhecimento, de modo a compreender como se dá a formação de consciência e de valores, a disseminação da verdade e a destruição dela, as guerras culturais e a luta de ideias, no contexto contemporâneo da luta de classes.

É imperativo empreender um salto qualitativo na capacidade de se comunicar com a sociedade, incrementar a cultura e a prática digital entre os militantes, organizações, mandatos e movimentos.

A comunicação deve romper com atrasos e deficiências para ter largo alcance e, para além dos nossos grupos de relacionamento, ser ágil, acessível, leve e contundente, sob o primado da verdade, com a produção de conteúdos próprios, com estética e linguagem próprias às redes digitais. Deve ser capaz de sintetizar propostas concretas e sensíveis que respondam aos anseios e problemas mais sentidos pelo povo. Disputar a tática e posições do Partido, sem sectarismos, repelindo ataques.

Desafios

Um núcleo que complete o ciclo entre justa orientação política (que não se basta sozinha), uma conexão com o povo, uma

grande comunicação e uma rede orgânica de sustentação assentada nas nossas ideias programáticas e táticas. Contudo existem insuficiências e aperfeiçoamentos aos quais precisamos responder. Temos desafios que persistem, aos quais devemos nos dedicar no próximo período. Temos de aprofundar o enraizamento do Partido junto ao nosso povo, fortalecer uma política de territorialidade, relançar uma política para a nossa linha de massas, como também colocar nossa comunicação em outro patamar e fazer com que a nossa influência política se materialize em votos, principalmente nos grandes centros urbanos do país.

Como traduzir isto em linguagem clara e mobilizadora?

01 – Mais Votos: Todas as frentes de atuação da militância partidária devem convergir para fortalecer o vínculo com a luta do povo e constituir uma base eleitoral fidelizada à legenda dos comunistas. Para isso, o Partido deve estar junto ao povo, ter base militante extensa, viver e pulsar a dinâmica dos/as trabalhadores/as, da juventude, das mulheres, dos negros e negras, dos indígenas, daqueles e daquelas que lutam contra a injustiça e a desigualdade, por oportunidades e um futuro melhor. Para os comunistas, a força eleitoral advém da capacidade efetiva de ampliar sua presença e influência nos movimentos sociais tradicionais e novos, além de exigir uma ação própria e permanente junto ao povo.

02 – Capacidade de comunicar

03 – Capacidade de mobilização

04 – Capacidade de arrecadar

05 – Capacidade de prover vida militante

O centro do trabalho de direção deve estar nas organizações de bases partidárias, capilarizadas nos territórios populares e setores estratégicos da luta, no sentido de transformá-las em polos de crescimento, de novos militantes e filiados, de espaços de organização das lutas e formação de lideranças.

Para isso é fundamental que tenham apoio, presença e estímulo constante de quadros mais experientes dos órgãos de direção; utilizem meios digitais como fatores organizacionais em

tempo real; impulsionem e aglutinem as iniciativas das diversas frentes; e se comprometam com a sustentação material do trabalho partidário.

Militância partidária na contemporaneidade

Com a emergência da instantaneidade promovida pelo mundo virtual, as relações digitais estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas. A produção, o comércio, as relações de trabalho, a ciência, enfim a vida, são intensamente impactados pela velocidade, pela instantaneidade das informações/dados. E assim também é a atuação política nos movimentos sociais, na luta de ideias e na estruturação partidária. Impacta cada vez mais na relação militante/Partido que passa por várias alterações, desde a vida orgânica cada vez mais alicerçada nas redes; e o acesso à comunicação partidária e à formação se entrelaçam na instantaneidade e se tornam cada vez mais interdependentes. A qualidade dessas relações repercute também na atitude de contribuição material para o Partido.

Cada vez mais, o funcionamento partidário requer ação sincrônica de suas frentes políticas (institucional, de luta de ideias e de luta de massas), assim como de sua capacidade de realizar a ação estruturadora simultaneamente na dimensão orgânica, formativa, de comunicação e de financiamento.

Estruturar o Partido mostrou-se como condição para não nos tornarmos reféns de conjunturas políticas incertas. O Partido não tem geração espontânea: ou tem iniciativa ou não se constrói.

Diretrizes e critérios para o novo Comitê Central

O novo Comitê Central tem como desafio, em tempos difíceis, a condução política do Partido visando a colocá-lo como força impulsionadora e construtora da Frente Ampla, lutando para derrotar o governo fascistizante, superar a atual crise em que se encontra o país e abrir perspectivas para a retomada de

um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, alavancado por reformas democráticas e estruturantes, tendo como rumo o Programa Socialista.

No contexto da viragem política radical ocorrida no país, com seus impactos sobre o Partido, e apresentando desafios táticos inauditos, a questão essencial é a de um Comitê Central capaz de consolidar as orientações e a identidade partidárias no rumo revolucionário de seu Programa Socialista, garantir a coesão partidária em torno delas e de sua política de estruturação partidária. Ao lado disso, é preciso que o Comitê Central renove parte de seus membros, dando lugar a lideranças novas que emergiram e/ou assumiram protagonismo e novas responsabilidades desde o 14º Congresso do PCdoB.

Com base nos critérios de domínio da política do Partido, de compromisso ideológico e de atitude construtora do Partido e de sua unidade, relacionamos um conjunto de quadros qualificados, em especial trabalhadores(as), jovens e mulheres, com atuação destacada na luta de massas, na luta de ideias, na frente institucional, nas atividades de estruturação partidária.

Em relação às mulheres, busca-se superar o mínimo de 35% de participação no Comitê Central, tendo a perspectiva de alcançar a paridade entre os gêneros, como está no Estatuto.

Desde o 6º Congresso em 1983, o Comitê Central tem aumentado o número de integrantes a cada Congresso. No 12º Congresso (em 2009), de 81 passou a 105 membros; e no 13º Congresso (em 2013), de 105 a 125 membros. Até agora esse aumento tem se mostrado correto, pois tem fortalecido e qualificado o CC, e reforçado a democracia partidária. Com raras exceções, o desempenho dos membros do CC é bastante satisfatório.

No entanto, esse aumento obviamente não pode ser feito indefinidamente, a cada Congresso, e é preciso manter uma média etária constante, para que não ocorra um processo de aumento progressivo da média de idade de seus membros. O CC atual tem 52% de seus integrantes com mais de 60 anos.

Para manter renovação e média de idade constantes, é preciso discutir critérios objetivos para praticar a política de quadros

em termos de combinar a permanência com a alternância e a renovação. A renovação nos Comitês partidários não significa que os quadros substituídos estão superados. Pelo contrário, é preciso reconhecer e valorizar a experiência e a capacidade dos quadros veteranos, indispensáveis ao Partido. Trata-se de alternância de tarefas, e não de superação. A renovação é uma exigência normal do desenvolvimento partidário, e se dá por vários critérios, pelas novas necessidades do Partido a cada momento e pelo papel dos quadros em cada contexto determinado.

Os quadros são a coluna vertebral do partido e o nosso Partido tem muitos e bons quadros. Resta necessário atribuir-lhes novas tarefas.

Faz-se necessário definir critérios objetivos relativos à substituição de quadros do Comitê Central, de faixa etária de maior idade, e definir medidas como o limite de mandatos dos membros do CC. E também um debate relativo à política de envolvimento e de alocação de quadros em tarefas nacionais, mas não necessariamente como membros do CC: em Comissões Nacionais auxiliares da direção nacional do Partido, em tarefas na Fundação Maurício Grabois e na Escola Nacional João Amazonas.

Outra medida necessária é a periódica e regular realização de reuniões ampliadas do Comitê Central. As experiências dessas reuniões têm sido exitosas. Contudo existem insuficiências e aperfeiçoamentos aos quais precisamos responder. Do ponto de vista do trabalho propriamente dito da direção, ele sofreu com o forte impacto dispersivo devido às contingências materiais, ao deslocamento do núcleo dirigente a Brasília, e principalmente aos desdobramentos da pandemia. Por mais que o ambiente *on-line* encurte distâncias e permita mais contatos, há camadas da interação que se perdem.

Junto a isto, há uma percepção de que o modelo de direção que possuímos hoje não responde às nossas necessidades. Nosso Comitê Central é muito grande, suas reuniões são longas, com pouco foco. O mesmo se remete à nossa CPN, instância de formulação política que, pelo seu tamanho, limita sua operacio-

nalidade. A nossa Comissão Executiva acabou tendo um perfil, mas interno e operacional.

Realizamos um esforço importante de redução e renovação do nosso Comitê Central. No processo de autoavaliação, a ampla maioria defendeu a necessidade de reduzirmos o seu número, bem como buscar manter de forma equilibrada o binômio renovação/permanência.

O papel do novo Comitê Central

A mais alta instância de condução da vida e da atividade partidárias, o Comitê Central, deve contar, em sua composição, com assegurados critérios essenciais de representatividade, acúmulo e compromisso dos quadros, visando a constituir um sistema integrado de direção que possibilite levar suas deliberações rapidamente a todo o país.

Entre as medidas a serem tomadas, estão as de melhorar sua periodicidade, aperfeiçoar métodos de trabalho e intensificar o uso das ferramentas tecnológicas.

Deve-se ter em vista, na composição do CC, seguir avançando na permanência e renovação de membros que lhe possibilitem ser referência segura, a todo o Partido, em termos de representatividade, capacidade e unidade. No atual contexto adverso, o CC deve ter ainda mais consistência político-ideológica por parte de seus membros.

Além disso, é preciso ter critérios objetivos para a renovação e para a alternância, e ao mesmo tempo garantindo a permanência. As prioridades na renovação seguem sendo para trabalhadores, jovens e mulheres. Tanto quanto possível, é necessário no Comitê Central um maior número de quadros mais diretamente atuantes na luta de ideias.

***Fábio Tokarski** é secretário nacional de Organização do comitê cessante.

Novo Comitê Central eleito

O Comitê Central foi renovado no 15º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) com a eleição de 165 integrantes na Plenária Final realizada no dia 17 de outubro de 2021.

Confira a lista de nomes que compõem a nova direção do Comitê Central:

1. ADALBERTO ALVES MONTEIRO
2. ADALBERTO LUIZ FRASSON
3. ADILSON GONÇALVES DE ARAÚJO
4. ALANIR CARDOSO
5. ALDEMIR DE CARVALHO CAETANO
6. ALDO SILVA ARANTES
7. ALICE MAZZUCO PORTUGAL
8. ALOISIO SERGIO ROCHA BARROSO
9. ALTAIR ALVES DE FREITAS
10. ALTAMIRO AFONSO BORGES
11. ALZIMARA CABREIRA FRAGA BACELLAR
12. ANA MARIA PRESTES RABELO
13. ANA MARIA SANTOS ROCHA
14. ANDRÉ BEZERRA RODRIGUES
15. ANDRE PEREIRA REINERT TOKARSKI
16. ANDRE RAMOS SILVA
17. ÂNGELA ALBINO
18. ÂNGELA CRISTINA SANTOS GUIMARÃES
19. ANTENOR ROBERTO SOARES DE MEDEIROS
20. AUGUSTO CESAR MARTINS MADEIRA
21. AUGUSTO SÉRGIO VASCONCELOS DE OLIVEIRA
22. AURINO PEDREIRA DO NASCIMENTO FILHO
23. BEATRIZ CALHEIRO DE ABREU EVANOVICK
24. BRUNA CHAVES BRELAZ
25. BRUNA LIEGE DA SILVA RODRIGUES

26. CAIO MARCOS BOTELHO FERREIRA
27. CARINA VITRAL COSTA
28. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA PEREIRA
29. CARLOS AUGUSTO DIÓGENES PINHEIRO (PATINHAS)
30. CARLOS BATISTA LOPES
31. CLAYTON NOLETO SILVA
32. CLÓVIS DO REGO MONTEIRO NETO
33. CONCEIÇÃO APARECIDA CASSANO TORRES
34. DANIEL GOMES DE ALMEIDA
35. DANIELE COSTA SILVA
36. DANIELI CHRISTOVÃO BALBI
37. DANILO MOREIRA DA SILVA
38. DAVIDSON DE MAGALHÃES SANTOS
39. DOUGLAS SEBASTIÃO ESPINDOLA MATTOS
40. EDILON MELO DE QUEIROZ
41. EDNA MARIA COSTA
42. EDSON LUIS DE FRANCA
43. EDUARDO DE AZEREDO COSTA
44. EDVALDO SOARES DE MAGALHAES
45. EGBERTO MAGNO DOS SANTOS DE JESUS
46. ELIAS MARCO KHALIL JABBOUR
47. ELISANGELA MARIA DOS SANTOS MOURA
48. EMILIA THEREZINHA XAVIER FERNANDES
49. EREMI FATIMA DA SILVA MELO
50. ERONILDO BRAGA BEZERRA
51. FABIANO DEITOS
52. FÁBIO PALACIO DE AZEVEDO
53. FÁBIO TOKARSKI
54. FLÁVIA CALÉ DA SILVA
55. FRANCISCO JAVIER ULPIANO ALFAYA RODRIGUEZ
56. FRANCISCO PANADÉS RUBIÓ
57. GABRIEL LISCHINSKY ALVES DOS SANTOS
58. GERALDO EUGENIO ALVES GALINDO
59. GERDION SANTOS DO NASCIMENTO
60. GETÚLIO VARGAS DE MOURA JUNIOR

61. GLÁUCIA DE FÁTIMA BARBAN MORELLI
62. GREGÓRIA BENÁRIO LINS E SILVA
63. GUSTAVO LEMOS PETTA
64. INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA
65. IRAPUAN RAMOS SANTOS
66. JAMIL MURAD
67. JANDIRA FEGHALI
68. JEAN FABRÍCIO FALCÃO
69. JOÃO BATISTA ROCHA LEMOS
70. JOÃO QUARTIM MORAES
71. JOÃO VICENTE FONTELLA GOULART
72. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENANCIO
73. JORGE LUIZ GUIMARÃES PANZERA
74. JOSÉ AMERICO MORELLI
75. JOSÉ DIVANILTON PEREIRA DA SILVA
76. JOSÉ REINALDO SANTOS CARVALHO FILHO
77. JOSÉ RENATO RABELO
78. JOSLENE SILVA RODRIGUES
79. JÚLIA MARIA SANTOS ROLAND
80. JULIANO ROSO
81. JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA
82. JÚLIO CESAR DE OLIVEIRA VELLOZO
83. LECI BRANDÃO DA SILVA
84. LELIO COSTA DA SILVA
85. LENY MAY DA SILVA CAMPELO
86. LEONARDO SOARES GIORDANO
87. LÍDIA CORREA DA SILVA
88. LÚCIA HELENA RINCON AFONSO
89. LÚCIA MARIA RODRIGUES PIMENTEL
90. LÚCIA REGINA ANTONY
91. LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS
92. LUCIANO ROBERTO ROSAS DE SIQUEIRA
93. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO
94. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES
95. MADALENA GUASCO PEIXOTO

96. MANOEL RANGEL NETO
97. MANUELA PINTO VIEIRA D AVILA
98. MARCELINO GRANJA DE MENEZES
99. MARCELO FERRAZ DE TOLEDO
100. MÁRCIA CAMPOS PEREIRA
101. MARCIO AFONSO CABREIRA
102. MARCIO JERRY SARAIVA BARROSO
103. MARCIVANIA DO SOCORRO DA ROCHA FLEXA
104. MARCO ANTONIO TOFETTI CAMPANELLA
105. MARCO VENICIO MORORO DE ANDRADE
106. MARIA ALADILCE DE SOUZA
107. MARIA APARECIDA PEDROSA BEZERRA
108. MARIA DO SOCORRO GOMES COELHO
109. MARIA DO SOCORRO JÔ MORAES
110. MARIA ISAURA LEMOS
111. MARIA LIEGE SANTOS ROCHA
112. MARIA OLIVIA SANTANA
113. MARIANA DE ROSSI VENTURINI
114. MAURO BIANCO
115. MIGUEL MANSO PEREZ
116. NÁDIA CAMPEÃO
117. NÁGILA MARIA AZEVEDO ROCHA
118. NEIDE APARECIDA DE SOUSA FREITAS
119. NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JUNIOR
120. NILSON ARAÚJO DE SOUZA
121. NIVALDO SANTANA SILVA
122. OLGAMIR AMÂNCIA FERREIRA
123. OLIVAL FREIRE JÚNIOR
124. ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR
125. OSMAR RIBEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR
126. OSSI FERREIRA LIMA
127. PAULO CEZAR SILVA RAMOS
128. PEDRO DE CAMPOS PEREIRA
129. PEDRO LUCAS GORKI AZEVEDO DE OLIVEIRA
130. PERPÉTUA DE ALMEIDA

131. RAFAEL LEAL DOS SANTOS PEGADO
132. RAIMUNDA LEONE DE JESUS
133. REJANE DE ALMEIDA
134. RENATA ROSA DE SOUSA CÂNDIDO
135. RENATA VICENTINI MIELLI
136. RENÊ VICENTE DOS SANTOS
137. RENILDO VASCONCELOS CALHEIROS
138. RICARDO ABREU DE MELO (ALEMÃO)
139. RICHARD FERREIRA ROMANO
140. ROBERTO JOSÉ BITTENCOURT
141. RODRIGO WEISZ
142. RONALD CAVALCANTI FREITAS
143. RONALD FERREIRA DOS SANTOS
144. RONALDO GOMES CARMONA
145. RONALDO LUIZ RODRIGUES LEITE
146. ROSANITA MONTEIRO DE CAMPOS
147. ROVILSON ROBBI BRITO
148. ROZANA FONSECA BARROSO DA SILVA
149. RUBENS DINIZ TAVARES
150. RUBENS PEREIRA E SILVA JÚNIOR
151. SÉRGIO RUBENS DE ARAUJO TORRES
152. SÉRGIO SIQUEIRA DA CRUZ
153. SILVANA BRAZEIRO CONTI
154. TERESINHA BRAGA MONTE
155. THEREZA DE LAMARE FRANCO NETTO
156. TIAGO AUGUSTO MORBACH
157. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA
158. ULDURICO ALVES PINTO
159. VALÉRIA PERES MORATO GONCALVES
160. VANESSA GRAZZIOTIN
161. VANJA ANDREA REIS DOS SANTOS
162. WADSON NATHANIEL RIBEIRO
163. WALTER NATALINO SORRENTINO
164. WANDER GERALDO DA SILVA
165. WERNER REMPEL



CONGRESSO DO
PCdoB
INDISPENSÁVEL À DEMOCRACIA

PERFIS DOS INTEGRANTES DO COMITÊ CENTRAL



Conheça o perfil* de cada um/a dos eleitos/eleitas no 15º Congresso do PCdoB

**Os perfis foram mantidos até a data da realização do congresso (2021).*



ADALBERTO LUIZ FRASSON - RS

- Funcionário público;
- Formado em Filosofia e Administração Pública;
- Filiado ao Partido em 1981;
- Foi membro do CM de Caxias do Sul e do PCdoB de Porto Alegre;
- Ex-presidente do Comitê Estadual do PCdoB - RS;
- Membro do Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



ADALBERTO MONTEIRO - DN (DIREÇÃO NACIONAL)

- Jornalista e poeta;
- Filiado ao PCdoB desde 1979;
- Foi vereador de Goiânia e presidente do PCdoB de Goiás;
- Presidiu a Fundação Maurício Grabois. Foi editor da revista Princípios e Secretário Nacional de Formação;
- Secretário Nacional de Comunicação do PCdoB;
- Integrante do Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



ADILSON ARAÚJO - DN

- Bancário;
- Graduado em Publicidade e Propaganda;
- Filiado ao PCdoB desde 1987;
- Fundador da CTB;
- Presidente nacional da CTB;
- Dirigente do Sindicato dos Bancários – BA;
- Foi presidente do Conselho Estadual de Trabalho, Renda e Esportes da Bahia (CETER);
- Membro do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



ALANIR CARDOSO - PE

- Contabilista;
- Filiado ao PCdoB desde 1972;
- Foi presidente do Comitê Estadual de Pernambuco (2000-2017).
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB de Pernambuco;
- Integrante do Comitê Central desde o 6º Congresso (1983).



ALDEMIR DE CARVALHO CAETANO - AM

- Operário da indústria;
- Filiado ao PCdoB desde 1982;
- Ex-Dirigente da Federação Única dos Petroleiros (FUP) por 27 anos;
- Foi presidente do Sindicato dos Petroleiros do Amazonas, secretário de Petróleo e secretário-geral adjunto da UIS ENERGIA;
- Dirigente estadual e nacional da CTB;
- Secretário de Formação do PCdoB-AM;
- Integrante do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



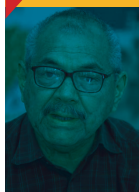
ALDO ARANTES - DN

- Advogado;
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação da Ação Popular em 1973;
- Presidiu a UNE e o Comitê Estadual do PCdoB de Goiás;
- Deputado Federal por quatro mandatos (Deputado Constituinte);
- Foi Secretário de Estado em Goiás e Secretário Executivo do Programa de Educação Profissional do MEC;
- Coordenador nacional da Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania (ADJC);
- Incorporado ao Comitê Central em 1973 e eleito para o CC desde o 7º Congresso (1988).



ALICE PORTUGAL - BA

- Farmacêutica e Bioquímica;
- Filiada ao PCdoB desde 1978;
- Vice-presidente da ASSUFBA (1981-1995);
- Dep. Estadual PCdoB-BA por dois mandatos (1994 a 2002);
- Deputada Federal de 2003 até o momento; Líder da bancada do PCdoB na Câmara;
- Integrante do Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



ALOISIO SERGIO BARROSO - PB

- Médico;
- Pós em Economia Social e do Trabalho e Doutor em Desenvolvimento Econômico (Unicamp);
- Filiado ao Partido desde 1979;
- Da diretoria de Estudos e Pesquisas da Fundação Maurício Grabois;
- Membro do Comitê Estadual de Alagoas;
- Integrante do Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



ALTAIR FREITAS - SP

- Professor;
- Historiador;
- Filiado ao PCdoB desde 1985;
- Dirigente da Escola Nacional João Amazonas;
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB-SP;
- Secretário de Organização do CM de SP;
- Eleito membro do Comitê Central do PCdoB no 15º Congresso (2021).



ALTAMIRO BORGES - DN

- Jornalista;
- Filiado ao PCdoB desde 1979;
- Secretário nacional de Questões de Mídia;
- Coordenador do Centro de Estudos de Mídia Barão de Itararé;
- Foi coordenador do Centro de Estudos Sindicais e Secretário Nacional de Comunicação do PCdoB;
- Integrante do Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



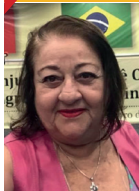
ALZIMARA CABREIRA FRAGA BACELLAR - PR

- Servidora Pública Estadual (aposentada);
- Presidiu a Federação das Mulheres do Paraná;
- Foi diretora da CMB;
- Filiada ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Integrante do Fórum Nacional Permanente de Emancipação de Mulheres do PCdoB;
- Integra o Comitê Estadual do Paraná – vice-presidenta estadual - 2021;
- Membro do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



ANA MARIA PRESTES - DF

- Cientista Política;
- Filiada ao PCdoB desde 1997;
- Membro da Comissão de Relações Internacionais do PCdoB desde 2010.
- Membro do Comitê Regional do PCdoB – DF;
- Integrante do Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



ANA ROCHA - RJ

- Jornalista, Psicóloga;
- Mestra em Serviço Social e Pós em Políticas Públicas;
- Filiada ao PCdoB desde 1973;
- Primeira vice-presidenta da UBM;
- Secretária de Políticas para as Mulheres da Prefeitura do Rio (2013 a 2016);
- Assessora do Sindicato dos Comerciários (desde 2016);
- Presidenta estadual do PCdoB - RJ (1995 a 2013);
- Integra o Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



ANDRÉ BEZERRA - SP

- Advogado;
- Filiado ao PCdoB desde 1986;
- Dirigente estadual e nacional da ADJC;
- Foi dirigente do PCdoB em Pernambuco e Paraná;
- No Comitê Estadual do PCdoB-SP, foi secretário de Formação e Movimentos Sociais;
- Secretário Estadual de Organização do PCdoB-SP;
- Membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



ANDRÉ TOKARSKI - DN

- Professor universitário;
- Advogado e Doutor em Direito;
- Filiado ao PCdoB desde 1999;
- Foi presidente nacional da União da Juventude Socialista (UJS);
- Foi Secretário Nacional de Juventude e de Movimentos Sociais do PCdoB;
- Integrante do Comitê Central desde o 12º Congresso (2009) e da CPN desde 2014.



ANDRÉ RAMOS SILVA - CE

- Sociólogo;
- Especialista em Gestão Pública;
- Foi candidato a Prefeito de Fortaleza em 2012 e Deputado Federal em 2014 pelo PPL;
- Ex-Gestor Municipal do IMPARH 2013-2016;
- Filiado ao PCdoB desde 2019;
- Integrante do Comitê Estadual do PCdoB - Ceará, Vice-Presidente 2019 -2023;
- Eleito membro do Comitê Central em 2021.



ÂNGELA ALBINO - SC

- Bacharel em Direito;
- Filiada ao PCdoB desde 2003;
- Vereadora de Florianópolis (2005 a 2008);
- Deputada Estadual (2011 a 2015);
- Deputada Federal (2015-2019);
- Secretária de Estado de Assistência Social;
- Foi presidenta do Comitê Estadual de Santa Catarina e Secretária Nacional da Mulher do PCdoB;
- Integrante do Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



ÂNGELA GUIMARÃES - BA

- Socióloga;
- Professora;
- Filiada ao PCdoB desde 2001;
- Presidenta Nacional da UNEGRO;
- Coordenadora Estadual de Fomento ao Artesanato/Setre/ Governo da Bahia;
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB-BA e do Municipal de Salvador;
- Integrante do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



ANTENOR ROBERTO S. DE MEDEIROS - RN

- Advogado;
- Filiou-se ao PCdoB em 1981;
- Procurador do Estado do Rio Grande do Norte (1988);
- Vice-governador do RN (2018);
- Presidiu o Comitê Estadual do PCdoB-RN;
- Integrante do Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



AUGUSTO CESAR MADEIRA - DF

- Advogado;
- Filiado ao PCdoB desde 1983;
- Chefe de Gabinete da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados;
- Presidiu o Comitê Regional do PCdoB do Distrito Federal;
- Integrante do Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



AUGUSTO VASCONCELOS - BA

- Advogado e Professor universitário;
- Especialista em Direito do Estado (UFBA) e Mestre em Políticas Sociais (UCSAL);
- Filiado ao PCdoB desde 1998;
- Presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia;
- Vereador de Salvador e Ouvidor-Geral da Câmara (2021)
- Foi Presidente da UJS-BA e Vice-Presidente Regional da UNE.
- Integra o Comitê Estadual da Bahia;
- Integrante do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



AURINO NASCIMENTO FILHO - BA

- Operário metalúrgico;
- Filiado ao PCdoB desde 1992;
- Presidiu o Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia e o de Camaçari-BA;
- Dirigente nacional da CTB-BA.
- Preside a Federação dos Metalúrgicos e Mineiros da Bahia (Fetim);
- Integrante do Comitê Estadual do PCdoB-BA e do CM do PCdoB em Camaçari-BA;
- Membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



BEATRIZ CALHEIRO DE ABREU - AM

- Professora de História; Atriz;
- Especialista em Gestão de Projetos e Formação; Mestranda pela IFAM;
- Filiada ao PCdoB desde 2008;
- Superintendente do IPHAN - AM;
- Ex-presidenta da UJS-AM;
- Foi presidenta do CA de História (UFAM) e da UEE-AM;
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB – AM;
- Eleita para o Comitê Central no 15º Congresso (2021).



BRUNA BRELAZ - DN

- Estudante de Direito;
- Filiada ao PCdoB desde 2011;
- Presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE);
- Foi vice-presidenta nacional da UJS;
- Eleita para o Comitê Central no 15º Congresso (2021).



BRUNA RODRIGUES - RS

- Estudante de Administração Pública e Social (UFRGS);
- Filiada ao PCdoB desde 2007;
- Foi presidenta da UJS-POA;
- Vereadora do PCdoB de Porto Alegre (eleita em 2020);
- Líder da bancada na Câmara Municipal de Porto Alegre e presidenta do CEFOR;
- Diretora da CONAM;
- Eleita para o Comitê Central no 15º Congresso (2021).



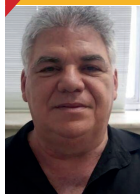
CAIO BOTELHO - BA

- Economista (UFBA);
- Filiado ao PCdoB desde 2004;
- Foi da direção da UJS e dirigente de entidades estudantis na Bahia;
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB – BA, sendo secretário estadual de Formação;
- Da coordenação da Escola Nacional João Amazonas;
- Eleito membro do Comitê Central no 15º Congresso (2021).



CARINA VITRAL - SP

- Economista;
- Filiada ao PCdoB desde 2007;
- Ex-presidenta da UNE e da UEE-SP;
- Foi presidenta nacional da UJS (2018 - 2020);
- Integrante do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA PEREIRA-SP

- Economista (UFRJ);
- Iniciou sua militância no MR8, sendo do Comitê Central e Secretário Nacional;
- Um dos fundadores do PPL;
- Foi Secretário-Geral da CGTB e Editor do jornal Hora do Povo;
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL em 2018;
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



CARLOS AUGUSTO DIÓGENES (PATINHAS) - DN

- Engenheiro Civil;
- Filiado ao PCdoB desde 1966;
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB-CE;
- Foi presidente do Comitê Estadual do Ceará, integra o Comitê Estadual do PCdoB-CE;
- Coordenador nacional do Departamento de Quadros do Comitê Central;
- Membro da Comissão Nacional de Organização;
- Integra o Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



CARLOS BATISTA LOPES - SP

- Médico especializado em Psiquiatria e psicoterapeuta;
- Jornalista, diretor de redação do jornal Hora do Povo;
- Autor dos livros "A Voz Interior em José Alcides Pinto" (1989) e "Os Crimes do Cartel do Bilhão contra o Brasil" (2016);
- Iniciou sua militância no MR8 (1976), membro do seu CC (1983) e do Secretariado Nacional;
- Foi um dos membros-fundadores do PPL e seu primeiro-vice-presidente;
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Integrante do CC desde o Congresso Extraordinário (2019).



CLAYTON NOLETO SILVA - MA

- Engenheiro, representante comercial;
- Filiado ao PCdoB desde 2007;
- Especialista em Planejamento Estratégico;
- Foi secretário estadual de Infraestrutura do governo do MA;;
- Ex-secretário de Organização do Comitê Mun. de Imperatriz;
- Dirigente do Comitê Estadual do PCdoB - Maranhão;
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).
- Desfilou-se do PCdoB em 2022.



CIDA PEDROSA - PE

- Poeta; Advogada;
- Vereadora do Recife;
- Filiada ao PCdoB desde 2005;
- Foi Secretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (2013 a 2016) e Secretária da Mulher do Recife (2017 -2020);
- Integrante dos Comitês Estadual (PE) e Municipal (Recife);
- Eleita para o Comitê Central no 15º Congresso (2021).



CLÓVIS DO REGO MONTEIRO NETO - SP

- Jornalista;
- Um dos fundadores do PPL, sendo da Executiva Nacional;
- Editor do jornal Hora do Povo;
- Coordenou as candidaturas do grupo Cientistas Engajados em SP em 2018.
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL em 2018;
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário em 2019.



CONCEIÇÃO AP. CASSANO TORRES - RJ

- Nutricionista pela UFRJ;
- Mestre pela Universidade de Londres;
- Pesquisadora Titular da FIOCRUZ;
- Ex-presidente do Sindicato dos Nutricionistas-RJ; Foi diretora nacional da CGTB e vice-presidente da CMB;
- Filiou-se ao MR8 em 1977 e fundou o PPL, integrou o CC e a Executiva nacional do partido;
- Incorporou-se ao PCdoB em 2018;
- Integra o Comitê Estadual e a Executiva do PCdoB-RJ.
- Membro do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



DANI BALBI - RJ

- Professora de Comunicação e Realidade Brasileira (UFRJ);
- Roteirista; Doutora em Ciência da Literatura;
- Filiada ao PCdoB desde 2005;
- Concorreu como deputada estadual pelo PCdoB-RJ em 2018, ficando na Suplência;
- Eleita membro do Comitê Central no 15º Congresso (2021).



DANIEL DE ALMEIDA - BA

- Operário têxtil;
- Filiado ao Partido desde 1985;
- Foi vereador de Salvador (1989 a 2003);
- Presidiu o Sinditextil;
- Deputado Federal (PCdoB-BA) desde 2003;
- Foi presidente do Comitê Estadual do PCdoB-BA;
- Integrante do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



DANIELE COSTA - BA

- Cientista Política;
- Filiada ao PCdoB desde 2001;
- Da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres do governo da Bahia;
- Integrou o Conjuve e a direção executiva da UNE;
- Do Fórum Nacional Permanente sobre a Emancipação da Mulher e da coordenação da União Brasileira de Mulheres (UBM);
- Secretária Estadual de Mulheres do PCdoB/BA;
- Integra o Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



DANILO MOREIRA - MA

- Historiador;
- Especialista em Gestão Pública;
- Filiado ao PCdoB desde 1995;
- Foi da direção da UNE e presidente do Conselho Nacional de Juventude;
- Membro da direção estadual do PCdoB do Maranhão;
- Subsecretário de Educação do governo do Maranhão;
- Integra o Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



DAVIDSON MAGALHÃES - BA

- Economista; Professor da Uneb;
- Filiado ao PCdoB desde 1986;
- Vereador de Itabuna por dois mandatos;
- Deputado Federal pelo PCdoB – BA (2015 a 2019);
- Suplente de Senador da Bahia;
- Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (2019);
- Presidente do Comitê Estadual do PCdoB-BA;
- Integrante do Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



DOUGLAS MATTOS - SC

- Advogado;
- Filiado no PCdoB desde 1985;
- Ex-presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE-RS), ex-vice-presidente regional da UNE;
- Vereador de Criciúma-SC por quatro mandatos;
- Foi Secretário Municipal de Habitação de Criciúma-SC;
- Membro Comitê Estadual desde 1988 e integrante da CPE;
- Presidente do Comitê Estadual do PCdoB – SC;
- Eleito para o Comitê Central no 15º Congresso em 2021.



EDILON MELO DE QUEIROZ - AM

- Industriário;
- Filiado ao PCdoB desde 2000;
- Dirigente nacional da CTB e da FITMETAL;
- Foi presidente da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos;
- Integra o Comitê Estadual do PCdoB do Amazonas - Secretário Sindical;
- Membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



EDNA MARIA COSTA - PE

- Professora da educação básica;
- Vereadora do Recife por três mandatos (1985-1996);
- Foi da Executiva Nacional do PPL e presidente estadual do Partido em Pernambuco;
- Diretora da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB);
- Filiada ao PCdoB desde a incorporação do PPL em 2018;
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB-PE;
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário em 2019.



EDSON FRANÇA - DN

- Historiador;
- Filiado ao PCdoB desde 1991;
- Presidente da UNEGRO por três mandatos;
- Foi do Conselho Nacional de Igualdade Racial;
- Ex-secretário adjunto nacional de Movimentos Sociais do PCdoB;
- Integrante do Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



EDUARDO DE AZEREDO COSTA - RJ

- Médico;
- Mestre em saúde pública;
- Ingressou na Fiocruz em 1979;
- Foi secretário de Saúde e Higiene do estado do Rio de Janeiro; diretor do Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos) e presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro);
- Foi da direção nacional do PPL;
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL em 2018;
- Integrante do Comitê Municipal do PCdoB do Rio;
- Integrante do Comitê Central do PCdoB desde o Congresso Extraordinário em 2019.



EDVALDO MAGALHÃES - AC

- Professor e Historiador;
- Deputado Estadual (PCdoB-AC) desde 2003;
- Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre por dois mandatos consecutivos;
- Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinteac);
- Foi secretário de Estado de Desenvolvimento da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis (Sedens);
- Diretor-presidente do Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento (Depasa);
- Membro da Comissão Executiva do Comitê Estadual do PCdoB-AC;
- Eleito membro do Comitê Central no 10º Congresso (2001), retorna ao CC no 15º Congresso (2021).



EGBERTO MAGNO - MA

- Advogado;
- Filiado ao PCdoB desde 1990;
- Iniciou militância no movimento estudantil na Bahia;
- Presidiu a UJS-BA (1996);
- Foi diretor nacional da Ubes e da UJS;
- Em 2013 transferiu-se para o Maranhão.
- Vice-presidente do Comitê Estadual do PCdoB – MA;
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



ELIAS JABBOUR - RJ

- Pesquisador e professor universitário;
- Filiado ao PCdoB desde 1991;
- Foi assessor econômico da Presidência da Câmara dos Deputados (2006-2007);
- Membro da Comissão Auxiliar da Presidência Nacional do PCdoB (2004-2015);
- Professor da Escola Nacional João Amazonas e Pesquisador da Fundação Maurício Grabois;
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB - RJ;
- Integrante do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



ELISÂNGELA MOURA - PI

- Agricultora;
- Filiada ao PCdoB desde 1993;
- No movimento sindical desde 1994;
- Presidente do Sindicato de Monsenhor Gil-PI (2004);
- 1ª mulher Secretária de Finanças e Administração da FETAG-PI;
- Presidenta da FETAG-PI desde 2014;
- 1ª agricultora familiar deputada estadual do Piauí (2018);
- Integrante do CC desde o 14º Congresso (2017).



EMÍLIA FERNANDES - DF

- Professora (aposentada);
- Pedagoga; Pós em Planejamento Educacional;
- Foi vereadora, deputada federal e a primeira mulher eleita Senadora pelo Rio Grande do Sul;
- Ministra da SPM (2003);
- Filiada ao PCdoB em 2013;
- Presidenta do Fórum de Mulheres Mercosul Brasil e integra a UBM;
- Membro do Comitê Regional do PCdoB-DF desde 2017.
- Integra o Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



EREMI FÁTIMA DA SILVA MELO - RS

- Operária de Caxias do Sul-RS;
- Filiada ao PCdoB desde 1985;
- Dirigente Sindical da CTB;
- Dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul e da Fitmetal;
- Eleita para o Comitê Central no 15º Congresso (2021).



ERON BEZERRA - AM

- Engenheiro Agrônomo e Professor;
- Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade;
- Diretor do Centro de Ciências do Ambiente da UFAM;
- Filiado ao PCdoB desde 1977;
- Fundou o Partido no Amazonas; Presidente do Comitê Estadual-AM;
- Deputado Estadual (1991-2010) e Dep. Federal (2013 e 2018);
- Secr. Nacional de Ciência e Tecnologia do MCTI (2015-2016).
- Integrante do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



FABIANO DEITOS - SC

- Formado em Geografia;
- Iniciou a militância no ME em 1992;
- Foi dirigente da JR8 e do MR8 no RS;
- Gerente de Habilitação do Estado de SC (2003 a 2006);
- Membro fundador do PPL - presidente estadual do partido em SC (2009 a 2017);
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Vice-presidente e Secretário de Finanças do PCdoB-SC (2019 a 2021);
- Integrante do CC desde o Congresso Extraordinário (2019).



FÁBIO PALÁCIO - DN

- Jornalista;
- Professor da UFMA;
- Mestre em Comunicação e Semiótica (PUC-SP) e Doutor em Ciências da Comunicação (ECA-USP);
- Filiado ao PCdoB desde 1992;
- Membro do Conselho Curador da Fundação Maurício Grabois; editor da revista *Princípios*;
- Eleito membro do Comitê Central no 15º Congresso (2021).



FÁBIO TOKARSKI - DN

- Professor da UFG; Engenheiro Civil;
- Mestre em Desenvolvimento Regional;
- Filiado ao PCdoB desde 1980;
- Foi Secretário de Obras de Goiânia (1993 a 1996) e presidente do Instituto Goiano de Administração Municipal;
- Vereador de Goiânia por 3 mandatos (1997 a 2004);
- Deputado Estadual pelo PCdoB-GO (2003 a 2007);
- Assessor no Ministério da Fazenda (2007/2008);
- Secretário Nacional de Organização do PCdoB;
- Integrante do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



FLÁVIA CALÉ - SP

- Historiadora;
- Mestre e Doutoranda em História Econômica pela USP;
- Filiada ao PCdoB desde 2003;
- Foi da direção nacional da UNE e da UJS e presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos (2018-2022);
- Membro do Organismo de Base da USP;
- Integrante do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



FRANCISCO RUBIÓ - MG

- Médico e professor de medicina;
- Foi um dos fundadores e integrantes da Executiva Nacional do PPL;
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL em 2018;
- Vice-Presidente Comitê Estadual de Minas Gerais (MG);
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário em 2019.



GABRIEL LISCHINSKY A. DOS SANTOS - SP

- Sociólogo;
- Diretor do Centro Popular de Cultura/CPC;
- Presidente da UMES/SP (2004/2006)
- Primeiro tesoureiro da UNE na gestão 2007/2009;
- Foi coordenador nacional da Juventude Pátria Livre (JPL);
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL em 2018;
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário de 2019.



GERALDO GALINDO - BA

- Bancário;
- Dirigente do Sindicato dos Bancários da Bahia;
- Filiado ao PCdoB desde 1984;
- Vice-presidente e secretário estadual de Organização do PCdoB-BA;
- Ex-presidente do Comitê Municipal de Salvador;
- Eleito para o Comitê Central no 15º Congresso, em 2021.



GERDION SANTOS DO NASCIMENTO (CACIQUE ARUÃ PATAXÓ)

- Bacharelado em Administração; Pós em Gestão Pública e Fitoterápico;
- Filiado ao PCdoB desde 2011;
- Vereador de Stª Cruz Cabrália/BA (2013 a 2016);
- Presidente da FINPAT (desde 2010) e Coordenador de Projetos Especiais - SETRE/BA (desde 2017);
- Cacique da Aldeia Indígena Pataxó Coroa Vermelha (2004 a 2021);
- Membro do Comitê Municipal e Estadual do PCdoB-BA;
- Eleito membro do Comitê Central no 15º Congresso (2021).



GETÚLIO VARGAS JÚNIOR - DN

- Gestor Público;
- Filiado ao PCdoB desde 2001;
- Presidente da CONAM;
- Coordena a Comissão de Questão Urbana, integra as Comissões de Saúde e de Direitos Humanos do PCdoB;
- Integra o Comitê de Porto Alegre, o Conselho Nacional de Saúde e o de Direitos Humanos.
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



GLÁUCIA MORELLI - RJ

- Bibliotecária (aposentada)
- Militante política desde 1980; Sendo uma das fundadoras do PPL;
- Presidenta da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB);
- Integrou o Comitê de direção da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM);
- Filiada ao PCdoB desde a incorporação do PPL em 2018;
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário em 2019.



GREGÓRIA BENÁRIO - PB

- Advogada e professora universitária;
- Especialista em gênero e raça; Mestra em DH, Cidadania e Políticas Públicas (UFPB);
- Filiada ao PCdoB desde 2009;
- Presidenta Estadual do PCdoB - PB;
- Presidenta da Junta Comercial da Paraíba (Jucep) e vice-presidente da Fed. Nacional das juntas Comercias (Fenaju);
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



GUSTAVO LEMOS PETTA - SP

- Advogado;
- Filiado ao PCdoB desde 1997;
- Vereador de Campinas-SP;
- Foi presidente da UNE (2003/2007)
- Ex-secretário municipal de Esportes de Campinas;
- Deputado Federal (2014) e estadual (2018) pelo PCdoB-SP;
- Integra o Comitê Municipal de Campinas e o Comitê Estadual do PCdoB-SP;
- Membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



INÁCIO ARRUDA - CE

- Eletrotécnico;
- Filiado ao Partido desde 1981;
- Foi vereador de Fortaleza (1989 a 1991);
- Deputado Estadual (1991 a 1995);
- Deputado Federal (1995 a 2003);
- Senador da República (2007–2015);
- Secretário de Ciência e Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará;
- Membro do Comitê Estadual;
- Integrante do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



IRAPUAN RAMOS SANTOS - RJ

- Licenciado em Letras pela UERJ e em Música pela UFRJ;
- Servidor Público;
- Ingressou no MR8 em 1977; Um dos fundadores do PPL - da direção nacional;
- Dirigiu os Comitês do PPL do RJ e SP;
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



JAMIL MURAD - DN

- Médico;
- Filiado ao PCdoB desde 1968;
- Foi Diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo por quatro mandatos (1978-1989);
- Deputado Estadual (1991 a 2003)
- Deputado Federal (2003-2007);
- Vereador de São Paulo (2008);
- Foi presidente do Comitê Municipal de São Paulo – SP;
- Integrante do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



JANDIRA FEGHALI - RJ

- Médica;
- Filiada ao PCdoB desde 1981;
- Foi secretária de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Niterói (RJ);
- Secretária de Cultura da Prefeitura do Rio (RJ);
- Deputada Estadual (1987–1990) e Dep. Federal (PCdoB-RJ) de 1991 a 2007 e de 2011 até então;
- Integrante do Comitê Estadual do PCdoB-RJ;
- Membro do Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



JAVIER ALFAYA - BA

- Arquiteto; Mestre em Cultura;
- Filiado desde 1978;
- Presidente da UNE (1981);
- Vereador de Salvador (quatro mandatos);
- Deputado Estadual (1988 a 2002);
- Assumiu como Dep. Federal em 2003 (suplente);
- Ex-diretor da FMG e do CEBRAPAZ;
- Membro do Comitê Estadual PCdoB-BA;
- Secretário Nacional de Cultura do PCdoB;
- Membro do CC desde o 9º Congresso (1997).



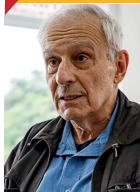
JEAN FABRICIO FALCÃO - BA

- Professor de Geografia e Filosofia;
- Iniciou sua militância no Movimento Estudantil;
- Filiado ao PCdoB desde 1996;
- Vereador de Vitória da Conquista (BA) por dois mandatos; (2004 e 2008);
- Deputado Estadual pelo PCdoB-BA desde 2010;
- Ajudou a fundar o PCdoB, sindicatos e associações de moradores em mais de 40 cidades baianas;
- Presidente Municipal do PCdoB de Vitória da Conquista;
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB-BA;
- Integrante do CC desde o 13º Congresso (2013).



JOÃO BATISTA LEMOS - RJ

- Metalúrgico;
- Filiado ao PCdoB desde 1974;
- Secretário Sindical Nacional do PCdoB (1992 a 2011);
- Coordenador nacional da Correte Sindical Classista (2005);
- Um dos fundadores da CTB (2007) e dirigente nacional;
- Vice-Presidente do Conselho Pres. da FSM (desde 2011);
- Presidente Estadual do PCdoB do Rio de Janeiro;
- Integrante do Comitê Central desde o 6º Congresso (1983).



JOÃO CARLOS QUARTIM DE MORAES - SP

- Formado em Filosofia e Ciências Jurídicas e Sociais pela USP;
- Doutor em Ciências Políticas;
- Professor titular de Filosofia da Unicamp (aposentado) e pesquisador;
- Filiado ao PCdoB desde 2001;
- Foi presidente da Fundação Maurício Grabois, seção São Paulo;
- Integrante do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



JOÃO VICENTE GOULART - DF

- Escritor e Poeta;
- Autor dos livros "Jango e eu", e "Entre anjos e demônios";
- Deputado Estadual (PDT-RS) - 1983-1987;
- Candidato (PPL) à presidência da República (2018);
- Preside o Instituto João Goulart;
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Presidente do Comitê Regional do PCdoB-DF;
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



JORGE VENÂNCIO - SP

- Médico;
- Foi vice-presidente nacional do PPL;
- Ex-membro do Conselho Nacional de Saúde;
- Foi Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep); do Conselho Consultivo da ENSP/Fiocruz e da Anvisa;
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



JORGE PANZERA - PA

- Funcionário Público;
- Filiado ao PCdoB desde 1985;
- Foi presidente nacional da UJS; presidente do Comitê Municipal de Belém e Secretário Estadual de Organização do PCdoB Pará;
- Foi subchefe da Casa Civil e secretário de Estado de Esporte e Lazer do governo do Pará (2009-2010);
- Presidente do Comitê Estadual - PA desde 2011;
- Integrante do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



JOSÉ AMÉRICO MORELLI - RJ

- Engenheiro Elétrico;
- Militante do MR8 desde 1976;
- Foi presidente da União de Estudantes de São Carlos e diretor do DCE-USP (1979 a 1980);
- Fundador do PPL e seu secr. de Finanças (2011 a 2016);
- Filiado ao PCdoB na incorporação com o PPL em 2018;
- Membro do CE/RJ e do CM/Petrópolis;
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



JOSÉ DIVANILTON PEREIRA - RN

- Técnico em Geologia e Petróleo;
- Filiado ao PCdoB desde 1988;
- Membro da Comissão Sindical Nacional e Membro da Direção Nacional da CTB;
- Secretário-Geral Adjunto da Federação Sindical Mundial (FSM) e ex-Diretor Federação Nacional dos Petroleiros (FUP);
- Presidente do Comitê Estadual do PCdoB/RN;
- Integrante do Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



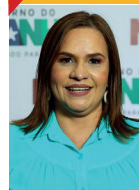
JOSÉ REINALDO CARVALHO - DN

- Jornalista;
- Pós-graduado em Política e Relações Internacionais;
- Filiado ao PCdoB desde 1972;
- Foi vice-presidente nacional do PCdoB (2001-2005); secretário nacional de Relações Internacionais e de Comunicação;
- Presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz) e membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI);
- Integrante do Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



JOSÉ RENATO RABELO - DN

- Foi vice-presidente da UNE (1966);
- Foi da direção nacional da Ação Popular (AP);
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação da AP em 1973;
- Foi responsável pelo trabalho de Juventude e de Organização (anos de 1990);
- Vice-presidente nacional do PCdoB (até 2001) e presidente nacional do Partido (2001 a 2015);
- Presidente da Fundação Maurício Grabois (desde 2015);
- Incorporado ao Comitê Central em 1973 e eleito membro do CC desde o 6º Congresso (1983).



JOSLENE SILVA RODRIGUES (LENE) - MA

- Professora;
- Filiada ao PCdoB desde 1999;
- Chefe de Gabinete do Governo do Maranhão (2015/2016)
- Chefe da Assessoria do Governador (desde 2016);
- Integrante da Comissão Política Estadual e da Comissão Executiva Estadual do PCdoB Maranhão;
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



JÚLIA ROLAND - SP

- Médica;
- Filiada ao PCdoB desde 1977;
- Foi dirigente sindical; Diretora do Depto. de Gestão Participativa do Ministério da Saúde (Gov. Dilma);
- Presidente do C.M de SP (2001- 2008);
- Do Fórum de mulheres e da Comissão Nacional de Saúde do PCdoB;
- Do Comitê Estadual do PCdoB – SP - Secretária da Mulher;
- Integrante do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



JULIANO ROSO - RS

- Professor de História;
- Filiado ao PCdoB desde 1992;
- Presidente do Comitê Estadual do Rio Grande do Sul;
- Foi diretor da UNE;
- Vereador de Passo Fundo por três mandatos (2001 a 2012);
- Foi Vice-Prefeito de Passo Fundo (2013 a 2014);
- Deputado Estadual (2015 a 2018);
- Eleito membro do Comitê Central no 15º Congresso (2021).



JULIETA PALMEIRA - BA

- Médica;
- Filiada ao PCdoB desde 1979;
- Secretária de Estado de Políticas para Mulheres da Bahia;
- Presidenta da Bahiafarma (2011 a 2015);
- Foi diretora do Sindicatos dos Médicos da Bahia;
- Integra a CNS e a Coordenação do FNEM do PCdoB;
- Da Comissão Política do PCdoB-BA;
- Integrante do Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



JÚLIO CESAR VELLOZO - DN

- Historiador, professor universitário;
- Filiado ao Partido desde 1996;
- Foi secretário nacional de Juventude; de Movimentos Sociais; de Comunicação e Formação do Comitê Central;
- Secretário-executivo da Fundação Maurício Grabois;
- Foi do Comitê Municipal de São Paulo-SP e do Comitê Estadual do PCdoB-SP;
- Integrante do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



LECI BRANDÃO - SP

- Cantora e compositora;
- Uma das mais importantes intérpretes da Música Popular Brasileira;
- Filiada ao PCdoB desde 2010;
- Deputada Estadual PCdoB-SP por três mandatos (2010 até o momento);
- Vice-presidenta do Comitê Estadual do PCdoB-SP (2021);
- Eleita para o Comitê Central no 15º Congresso (2021).



LÉLIO COSTA DA SILVA - PA

- Engenheiro Agrônomo;
- Especialista em Agroecologia (UFMA); Mestre em Gestão Pública (UFPA);
- Filiado ao PCdoB desde 2007;
- Foi superintendente do Patrimônio da União no Pará (2010-2014);
- Deputado Estadual pelo PCdoB-PA (2018);
- Vice-presidente do Comitê Estadual do Pará;
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



LENY CAMPELO - PA

- Mestranda em Ciência Política na UFPA;
- Pesquisadora Júnior no Projeto Amazônia+10;
- Integrou o Comitê Central do MR-8 e do PPL;
- Fundadora da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB);
- Filiada ao PCdoB desde 2018 com a incorporação do PPL;
- Integra o Comitê Municipal do PCdoB de Belém e o Estadual do Pará;
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



LEONARDO GIORDANO - RJ

- Vereador de Niterói - RJ;
- Filiado ao PCdoB desde 2016;
- Foi Secretário das Culturas de Niterói, candidato a vice-governador do Rio; Terceiro suplente de deputado estadual;
- Ex-presidente do Comitê Municipal de Niterói. Integrante da Comissão Política Estadual do PCdoB-RJ;
- Eleito para o Comitê Central no 15º Congresso (2021).



LÍDIA CORREA DA SILVA - SP

- Operária, Bancária;
- Foi do MR8, PMDB e PPL;
- Vereadora de São Paulo por três mandatos (1988 a 2000);
- Foi vice-presidente Nacional da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB); da Executiva do PPL e Vice-presidente do PPL-SP;
- Filiada ao PCdoB na incorporação do PPL (2018);
- 2º vice-presidente do PCdoB de São Paulo (SP);
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



LÚCIA ANTONY - AM

- Cirurgiã dentista (aposentada);
- Filiada ao PCdoB desde 1979;
- Foi vereadora de Manaus (2005/2008 e 2010/2012);
- Presidiu o Comitê da Mulher Universitária, a União de Mulheres de Manaus, a UBM-AM e o SINDSAUDE;
- Foi Coordenadora Regional da FUNASA 2003/2004;
- Vice-presidenta do PCdoB do Amazonas;
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



LÚCIA MARIA RODRIGUES PIMENTEL - SP

- 1ª mulher na diretoria da FTI Gráficas;
- Participou da fundação do MR-8; da Organização do 1º Congresso da Mulher Trabalhadora (1986);
- SRI da CGTB, atua na reconstrução do FSM;
- Na OIT, coordenou a eleição, pela 1ª vez, da central chinesa ao Conselho;
- Presa pela ditadura em 1969, exilada em 1971, voltou a trabalhar em gráfica em 1975;
- Filiada no PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Integra o Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



LÚCIA RINCON - GO

- Professora universitária;
- Historiadora e Doutora em Educação;
- Uma das reorganizadoras do PCdoB em Goiás;
- Presidenta da APUC por três mandatos;
- Uma das fundadoras da UBM, presidenta da entidade (2014 a 2017);
- Integrante do Fórum Nacional de Mulheres do PCdoB e do CPM-GO;
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB-GO.
- Eleita para o Comitê Central no 15º Congresso (2021).



LUCIANA SANTOS

- Engenheira;
- Filiada ao PCdoB desde 1987;
- Presidenta Nacional do PCdoB desde 2015;
- Vice-governadora de Pernambuco;
- Foi prefeita de Olinda, secretária de Estado, deputada estadual e federal;
- Integrante do Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



LUCIANO SIQUEIRA - PE

- Médico;
- Pós em Saúde Pública pela Fiocruz;
- Começou a militância na Ação Popular em 1966 e ingressou no PCdoB em 1972;
- Foi vereador de Recife (2009 a 2011);
- Vice-prefeito de Recife por quatro mandatos (2001 a 2009 e 2013 a 2020);
- Deputado Estadual (1982 e em 2010);
- Integra o Comitê Estadual do PCdoB-PE;
- Membro do Comitê Central desde o 6º Congresso (1983).



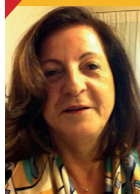
LUIS CARLOS PAES DE CASTRO - CE

- Engenheiro Mecânico;
- Pós-graduado em Informática;
- Filiado ao PCdoB desde 1979;
- Analista do Banco Central do Brasil (aposentado);
- Foi diretor do Sindicato dos Funcionários do Banco Central;
- Presidiu o Comitê Municipal do PCdoB de Fortaleza;
- Presidente Estadual do PCdoB Ceará;
- Integrante do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



LUIS FERNANDES - DN

- Professor de Relações Internacionais da PUC-RJ e da UFRJ;
- Graduado pela Universidade de Georgetown (EUA) e Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ;
- Filiado ao PCdoB desde 1979;
- Exerceu as funções de Secretário Executivo dos Ministérios de CT&I e do Esporte, Presidente da FINEP e Diretor da FAPERJ;
- Integrante do Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



MADALENA GUASCO - DN

- Professora titular da PUC-SP
- Pesquisadora da área de educação;
- Mestre e doutora em Filosofia e História da Educação;
- Filiada ao PCdoB desde 1979;
- Foi coordenadora-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) por quatro gestões;
- Professora da Escola Nacional João Amazonas;
- Integrante do Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



MANOEL RANGEL - RJ

- Cineasta formado pela USP;
- Filiado ao PCdoB desde 1983;
- Foi presidente da UBES (1988/1989);
- Assessor especial do Ministro da Cultura Gilberto Gil (2004/2005);
- Diretor-presidente da Ancine - Agência Nacional do Cinema (2006 a 2017);
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB de São Paulo;
- Integrante do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



MANUELA D'ÁVILA - RS

- Jornalista e escritora;
- Mestre em Políticas Públicas;
- Filiada ao PCdoB desde 2000;
- Vereadora de Porto Alegre (2004 a 2007);
- Deputada Federal por dois mandatos (2007 e 2011);
- Deputada Estadual (2015 a 2019);
- Foi candidata à vice-Presidência da República (2018);
- Integrante do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



MARCELINO GRANJA DE MENEZES - PE

- Engenheiro Civil;
- Filiado ao PCdoB desde 1980;
- Analista da Receita Federal do Brasil;
- Presidente do Comitê Estadual do PCdoB-PE.
- Foi Secretário da Fazenda de Olinda e Secretário de CT&I e de Cultura do Estado de Pernambuco;
- Integrante do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



MARCELO FERRAZ DE TOLEDO - SP

- Metalúrgico (ferramenteiro especializado);
- Filiado ao PCdoB desde 1981;
- Foi membro da Comissão Sindical do PCdoB;
- Ex-integrante do Comitê Estadual de São Paulo;
- Organiza os metalúrgicos nacionalmente;
- Atua na FITMETAL;
- Militante da Organização de Base da região do Ipiranga, cidade de São Paulo;
- Integrante do Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



MÁRCIA CAMPOS - SP

- Engenharia Química (aposentada)
- Fundadora do PPL, integrou a Executiva e o Diretório Nacional;
- Foi secretária Nacional da Mulher do PPL, presidente da FMP e da CMB;
- Presidiu a FDIM por 17 anos;
- Filiada ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Secretária Nacional Adjunta das Mulheres do PCdoB;
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



MÁRCIO CABREIRA - DN

- Fundador do PPL, foi da Executiva Nacional e Secretário de Relações Internacionais;
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Membro da Comissão Nacional de Organização do PCdoB;
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



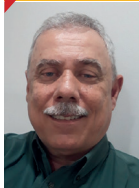
MÁRCIO JERRY - MA

- Jornalista;
- Foi professor da UFMA;
- Filiado ao PCdoB desde 2007;
- Deputado Federal pelo PCdoB-MA (2019/2023)
- Secretário de Estado de Comunicação e Assuntos Políticos (2015 a 2018); de Cidades e Desenvolvimento Urbano do governo do Maranhão (2021);
- Foi Secretário de Comunicação de Imperatriz e São Luís (MA);
- Membro do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



MARCIVÂNIA FLEXA - AP

- Conhecida por Professora Marcivânia;
- Professora de língua portuguesa;
- Servidora pública estadual;
- Filiada ao PCdoB desde 2016;
- Deputada Federal pelo PCdoB-AP em 2018;
- Presidente do Comitê Estadual do PCdoB-AP;
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



MARCO ANTONIO CAMPANELLA - DF

- Jornalista e redator;
- Editor no jornal *Hora do Povo*;
- Foi dirigente do MR8; membro da Comissão de Reorganização da UNE;
- Foi Secretário do Trabalho-DF, deputado federal – DF, Diretor-Geral do DFTRANS;
- Filiado desde 2018, desde a incorporação do PPL ao PCdoB;
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



MARCO VENÍCIO DE ANDRADE (MARCUS VINÍCIUS) - SP

- Maestro e Compositor;
- Formado em Música;
- Foi membro do Conselho Nacional de Direito Autoral do MinC, Diretor do Memorial da América Latina e da Divisão de Pesquisas do Centro Cultural São Paulo.
- Filiado ao PCdoB desde 2019, oriundo do PPL;
- Integrante do Comitê Central do PCdoB desde 2019.



MARIA ALADILCE SOUZA - BA

- Professora Universitária;
- Enfermeira;
- Filiada ao PCdoB desde 1979;
- Vereadora de Salvador (2005 a 2020);
- Foi presidenta do Sindsaúde, da Federação de Bairros de Salvador; Membro do Conselho Estadual de Saúde da Bahia e do Conselho Municipal de Salvador;
- Integra o Comitê Estadual do PCdoB da Bahia e é presidenta do Comitê Municipal de Salvador;
- Eleita para o Comitê Central no 15º Congresso (2021).



MARIA DO SOCORRO JÔ MORAES - MG

- Assistente social;
- Filiada ao PCdoB desde 1972;
- Foi a primeira presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM);
- Vereadora de Belo Horizonte (1996 a 2003);
- Deputada Estadual (2002) e Deputada Federal (2007 a 2018);
- Foi líder da bancada do PCdoB (2008) e Coordenadora da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados;
- Presidiu o PCdoB-MG (1993-2013);
- Integrante do Comitê Central desde o 6º Congresso (1983).



MARIA ISAURA LEMOS - GO

- Militou no movimento estudantil no fim da década de 1960;
- Filiada ao PCdoB em 1972;
- Viveu na clandestinidade no sertão baiano e na mata Amazônica;
- Contribuiu com a reconstrução do PCdoB em Goiás por 20 anos;
- Deputada Estadual por 5 mandatos (1998 – 2014);
- Retornou ao PCdoB em 2009;
- Presidenta do PCdoB Goiás;
- Integrante do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



MARIA LIÈGE ROCHA - DN

- Bibliotecária (aposentada);
- Filiada desde 1972;
- Coordenadora Nacional de Relações Internacionais da UBM - representa a entidade na Alba;
- Integra a direção da FDIM, representa a entidade no Conselho Internacional do FSM;
- Foi secretária nacional da Mulher e de Movimentos Sociais do PCdoB;
- Integrante do Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



MARIANA VENTURINI - DN

- Professora universitária, filósofa e cientista social;
- Pesquisadora do feminismo marxista;
- Filiada ao PCdoB desde 2001;
- Membro do FNPEN e da CPE/SP;
- Foi vice-presidenta nacional da União Brasileira de Mulheres (UBM) e presidiu a UBM-SP;
- Integra o Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



MAURO BIANCO - SP

- Servidor Público;
- No MR8 e PPL desde 1981;
- Integrante da Executiva do Comitê Estadual do PCdoB-SP;
- Foi vice-presidente da UNE e da FMJD;
- Secretário de Formação da CGTB-SP e da Exec. Nacional do PPL;
- Filiou-se ao PCdoB na incorporação do PPL (2018);
- Integrante do CC desde o Congresso Extraordinário (2019).



MIGUEL MANSO - SP

- Engenheiro Eletrônico pela USP;
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Diretor de Políticas Públicas da Engenharia pela Democracia;
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB de SP e de sua Comissão Política;
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



NÁDIA CAMPEÃO - DN

- Engenheira Agrônoma;
- Filiada no PCdoB desde 1978;
- Foi secretária municipal de Esportes (2001) e de Educação (2016) da cidade de São Paulo - SP;
- Vice-prefeita da cidade de São Paulo (2013 a 2016);
- Foi presidenta do Comitê Estadual do PCdoB-SP;
- Integrante do Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



NÁGILA MARIA AZEVEDO ROCHA - BA

- Psicóloga e mestranda em Estudos Étnicos e Africanos pela UFBA;
- Ex-presidenta da União dos Estudantes da Bahia (UEB);
- Ex-diretora nacional de Comunicação da UNE;
- Integrante do Comitê Estadual do PCdoB-BA - Secretária de Comunicação;
- Eleita para o Comitê Central no 15º Congresso (2021).



NEIDE FREITAS - DN

- Funcionária pública;
- Especialista em Regulação e Gestão Pública;
- Filiada ao PCdoB desde 1989
- Foi secretária adjunta de Organização do Comitê Central; da Comissão Nacional de Organização;
- Coordenadora do PCdoB Digital;
- Secretária Nacional de Planejamento do PCdoB;
- Integrante do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JUNIOR - TO

- Médico sanitário e administrador em saúde;
- Filiado ao PCdoB desde 2000;
- Foi do Comitê Estadual do PCdoB/SC, presidente do PCdoB no Tocantins, membro do Comitê Estadual do Espírito Santo;
- Foi Secretário de Estado da Saúde do TO e do ES;
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



NILSON ARAÚJO - SP

- Professor universitário (aposentado);
- Pós-Doutor em Economia;
- Foi secretário nacional de Formação Política e membro fundador do PPL;
- Filiado desde a incorporação do PPL ao PCdoB (2018);
- Diretor da Fundação Cláudio Campos e Mauricio Grabois;
- Integrante do CC desde o Congresso Extraordinário (2019).



NIVALDO SANTANA - DN

- Técnico em Administração;
- Filiado ao PCdoB desde 1980;
- Deputado Estadual (1995-2007);
- Foi presidente do PCdoB-SP e do Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento de São Paulo (Sintaema);
- Secretário de Relações Internacionais da CTB;
- Secretário Nacional Sindical do PCdoB;
- Integrante do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



OLGAMIR AMÂNCIA - DF

- Professora da Educação Superior;
- Filiada ao PCdoB desde 1985;
- Doutorado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB);
- Pró-reitora de Extensão – UnB;
- Integrante da Comissão Política e da Executiva do Comitê Regional do DF, sendo Vice-presidenta do PCdoB – DF;
- Integrante do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



OLIVAL FREIRE JÚNIOR - BA

- Professor titular da UFBA;
- Físico e Historiador;
- Filiado ao PCdoB desde 1973;
- Ex-presidente da Sociedade Brasileira de História da Ciência;
- Foi dirigente do Comitê Estadual do PCdoB na BA e em SP;
- Integrante do Comitê Central no 7º Congresso (1988) e reeleito desde o 12º Congresso (2009).



OLÍVIA SANTANA - BA

- Pedagoga;
- Filiada ao PCdoB desde 1988;
- Foi vereadora de Salvador por 10 anos;
- Foi secretária municipal de Educação e Cultura de Salvador; Secretária de Estado de Trabalho, Renda e Esporte e de Políticas para as Mulheres;
- Primeira mulher negra eleita deputada estadual da Bahia (2018);
- Secretária de Combate ao Racismo do PCdoB;
- Integra o Comitê Municipal de Salvador e o Estadual;
- Integrante do Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



ORLANDO SILVA - SP

- Filiado ao PCdoB desde 1989;
- Foi presidente nacional da UNE (1995 a 1997);
- Ministro de Estado do Esporte (2006 - 2011);
- Vereador de São Paulo (2013/2014);
- Deputado Federal pelo PCdoB-SP (2015-2019 e 2019-2023);
- Integrante do Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



OSMAR JÚNIOR - PI

- Advogado;
- Filiado ao PCdoB desde 1981;
- Foi vereador de Teresina-PI (1983-1992), secretário municipal de Transportes da Prefeitura de Teresina-PI (1993-1994), secretário de Cultura do Governo do Piauí (1995-1998);
- Vice-governador do Estado do Piauí (1999-2006) e deputado federal (2007-2014);
- Foi presidente do Comitê Estadual do PCdoB-PI;
- Integrante do Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



OSSI FERREIRA LIMA - PE

- Servidor Público;
- Graduado em Administração, Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável;
- Filiado ao Partido desde 1995;
- Foi diretor da UBES; vice-presidente Regional da UNE; presidiu a UJS de Pernambuco e foi secretário nacional de Organização da UJS;
- Secretário Est. de Organização do PCdoB-PE desde 2011;
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



PAULO CEZAR SILVA RAMOS - RJ

- Analista de Sistema;
- Consultor e Desenvolvedor de Software de Gestão para COMEX.
- Foi membro da Executiva Nacional do PPL desde a sua fundação e da Executiva do Partido no RJ.
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Integra o Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



PEDRO DE CAMPOS PEREIRA - SP

- Advogado trabalhista;
- Ex-dirigente do PPL;
- Foi presidente da UMES/SP, secretário geral da UNE e coordenador nacional da JR8/JPL;
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Integrante do Comitê Estadual de SP e vice-presidente municipal do PCdoB de São Paulo;
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



PEDRO GORKI - RN

- Estudante de pedagogia da UFRN;
- Filiado ao PCdoB desde março de 2019;
- Foi presidente da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas (UMES) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES);
- Vereador de Natal-RN (2020 – Suplente);
- Militante da UJS e da UNEGRO;
- Eleito membro do Comitê Central no 15º Congresso (2019).
- Desfilou-se do PCdoB em 2023.



PERPÉTUA ALMEIDA - AC

- Professora, bancária e sindicalista;
- Filiada no Partido desde 1987;
- Vereadora de Rio Branco (2001/2003)
- Eleita Deputada Federal pelo PCdoB-AC (2003 a 2015; reeleita em 2019).
- Foi presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN); Secretária de Produtos de Defesa (SEPROD);
- Integra o Comitê Estadual do PCdoB-AC;
- Integrante do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



RAFAEL LEAL DOS SANTOS PEGADO - DN

- Sociólogo;
- Filiado ao PCdoB desde 2012;
- Foi presidente da UEE-MG, da UJS-MG e diretor de formação e solidariedade internacional da UJS;
- Integra o Comitê Estadual do PCdoB de Minas Gerais;
- Eleito membro do Comitê Central no 15º Congresso (2021).



RAIMUNDA LEONE DE JESUS - RJ

- Operária metalúrgica;
- Filiada ao PCdoB desde 1996;
- Integra o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.
- Vice-presidente da Fitmetal;
- Secretária-Geral da CTB-RJ;
- Da direção nacional da CTB - Secretária Adjunta da Secretaria de Política de Igualdade Racial;
- Integra o Comitê Estadual do PCdoB-RJ.
- Integrante do Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



REJANE DE ALMEIDA - RJ

- Enfermeira;
- Filiada ao PCdoB desde 2005;
- Foi presidenta do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, da diretoria da CUT, da Federação Nacional dos Enfermeiros, presidenta do Conselho Regional de Enfermagem (Coren/RJ);
- Deputada Estadual pelo PCdoB-RJ (eleita três vezes);
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB-RJ;
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



RENATA ROSA - SP

- Estudante de Psicologia;
- Filiada ao PCdoB desde 2008;
- Foi da Executiva Nacional da UJS, secretária estadual de Organização da entidade e presidenta estadual da UJS de São Paulo;
- Integra o Comitê Estadual do PCdoB-SP - Secretária Estadual de Comunicação e de Juventude;
- Da direção nacional da UNEGRO;
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



RENATA MIELLI - SP

- Jornalista;
- Filiada ao PCdoB desde 1988;
- Coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação;
- Coordenadora do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé;
- Integra a Secretaria Nacional de Mídia do Comitê Central;
- Integrante do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



RENÊ VICENTE DOS SANTOS - SP

- Eletricista de Manutenção;
- Filiado ao PCdoB desde 1995;
- Vice-presidente da CTB nacional;
- Presidente da CTB-SP;
- Diretor do Sindicato dos trabalhadores em água, esgoto e meio ambiente do estado de São Paulo (Sintaema);
- Eleito membro do Comitê Central no 15º Congresso (2021).



RENILDO CALHEIROS - PE

- Geólogo;
- Filiado ao PCdoB desde 1979;
- Foi presidente da UNE (1984), vereador de Recife (1988); Prefeito de Olinda (por dois mandatos) – (2008 e 2012);
- Deputado Federal – (1999 a 2008); 2018 até o momento;
- Líder da Bancada do PCdoB na Câmara;
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB-PE;
- Integrante do Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



RICARDO ABREU (ALEMÃO) - DN

- Economista e mestre em Integração da América Latina pelo PROLAM-USP;
- Filiado ao PCdoB desde 1986;
- Foi diretor da UNE e presidente nacional da UJS;
- Foi secretário nacional de Juventude, de Movimentos Sociais, de Relações Internacionais, de Organização e Secretário de Administração e Finanças do PCdoB (entre 2001-2021);
- Integrante da Comissão Política Nacional do Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



RICHARD ROMANO - MG

- Bacharel em Direito;
- Filiado ao PCdoB desde 1989;
- Iniciou a sua militância na União da Juventude Socialista (1988);
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB-MG;
- Secretário Estadual de Organização;
- Eleito membro do Comitê Central no 15º Congresso (2021).



ROBERTO BITTENCOURT - DF

- Professor Universitário;
- Médico;
- Oriundo do MR8 (1976);
- Foi Subsecretário de Saúde do GDF (2012-2014);
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL em 2018;
- Integrante do Comitê Regional do PCdoB do Distrito Federal - Secretário de Organização (2019-2022);
- Membro do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



RODRIGO WEISZ - RJ

- Historiador;
- Assessor Parlamentar da ALERJ;
- Ex-presidente da UJS Petrópolis;
- Ex-Integrante da direção nacional e estadual da UJS;
- Presidente do Comitê Municipal do PCdoB Rio de Janeiro;
- Integrante do Comitê Estadual do PCdoB-RJ;
- Eleito membro do Comitê Central no 15º Congresso (2021).



RONALD CAVALCANTI FREITAS - DN

- Advogado;
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação da Ação Popular em 1973;
- Coordenador da Assessoria Jurídica do PCdoB;
- Foi secretário nacional do PCdoB em várias ocasiões (Sindical, de Finanças, de Organização e de Planejamento);
- Incorporado ao Comitê Central em 1973 e eleito membro do CC desde o 6º Congresso (1983).



RONALD FERREIRA DOS SANTOS - SC

- Farmacêutico;
- Filiado ao PCdoB desde 1985;
- Foi diretor da UNE (1991-1992)
- Do Comitê Estadual do PCdoB-SC desde 1990;
- Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos e do Conselho Nacional de Saúde;
- Da direção nacional da CTB,
- Membro do Comitê Estadual de Santa Catarina e da Executiva Municipal de Florianópolis;
- Eleito para o Comitê Central no 15º Congresso (2021).



RONALDO GOMES CARMONA - DN

- Professor universitário - IFES;
- Doutor em Geografia Humana (USP);
- Filiado ao PCdoB desde 1988;
- Foi diretor da OCLAE e de Relações Internacionais da UJS;
- Pesquisador da Fundação Maurício Grabois, professor da Escola Nacional e da Comissão de Relações Internacionais do PCdoB;
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB-MA;
- Integrante do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



RONALDO LUIZ RODRIGUES LEITE - DN

- Agente de Correios;
- Filiado ao PCdoB desde 1994;
- Iniciou sua militância no movimento estudantil;
- Dirigente do Sindicato dos Correios do Rio de Janeiro;
- Secretário-Geral da CTB;
- Foi secretário-geral da CTB-RJ (2009-2013) e presidente da CTB-RJ (2013-2017);
- Integrante do Comitê Central desde o 13º Congresso (2013).



ROSANITA MONTEIRO DE CAMPOS - SP

- Historiadora, professora e jornalista;
- Fundadora e Vice-Presidente Nacional do PPL;
- Presidente da Fundação Instituto Claudio Campos;
- Fundadora e Primeira Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil (1988-1998);
- Filiada desde a incorporação do PPL ao PCdoB em 2018;
- Membro do Conselho Curador da FMG;
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



ROVILSON BRITO - SP

- Jornalista e professor universitário;
- Pós doutor em Comunicação pela USP;
- Filiado ao partido desde 1983;
- Foi presidente nacional da Ubes e da UJS;
- Ex-vice-presidente estadual do PCdoB de São Paulo;
- Presidente do Comitê Estadual do PCdoB-SP;
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



ROZANA BARROSO - DN

- Comunicadora, estudante e ativista;
- Técnica de Análises Clínicas (FAETEC);
- Militante da União da Juventude Socialista;
- Foi diretora de escolas técnicas da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES (2017-2020);
- Eleita presidenta nacional da UBES em 2020;
- Eleita para o Comitê Central no 15º Congresso (2021).



RUBENS DINIZ - DN

- Psicólogo;
- Filiado ao PCdoB desde 1989;
- Foi da direção nacional da UJS, secretário executivo da OCLAE, da Comissão de Relações Internacionais do Comitê Central;
- Diretor da Fundação Maurício Grabois e da coordenação da Comissão Auxiliar da Presidência Nacional do PCdoB;
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



RUBENS PEREIRA JUNIOR - MA

- Advogado;
- Mestre em Direito Constitucional;
- Foi deputado estadual – PCdoB-MA (2006 a 2014);
- Deputado Federal – PCdoB-MA (2015 e 2019);
- Secretário de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (2019); da Comunicação Social e Assuntos Políticos (2020); de Articulação Política (2021) do governo do Maranhão;
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB-MA;
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).
- Desfilhou-se do PCdoB em 2022.



SÉRGIO RUBENS TORRES - DN

- Jornalista;
- Membro da direção nacional do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8);
- Fundou e presidiu nacionalmente o Partido Pátria Livre (PPL) 2009 até 2018);
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Eleito membro do Comitê Central e vice-presidente nacional do PCdoB no Congresso Extraordinário (2019);
- *Faleceu em 5 dezembro de 2021.



SÉRGIO CRUZ - SP

- Médico e jornalista;
- Redator de política do jornal Hora do Povo;
- Ex-integrante do Comitê Central do MR8 e do PPL;
- Foi da Diretoria de Recursos Médico Assistenciais da FHDF (1986); Chefe do SINE-DF (1987/88) e Assessoria especial no Ministério da Saúde em (1988/89);
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Integra o Comitê Central do PCdoB desde o Congresso Extraordinário (2019).



SILVANA CONTI - RS

- Lésbica/Feminista/Emancipacionista;
- Professora municipal (aposentada);
- Mestra em Políticas Sociais;
- Filiada ao PCdoB desde 2006;
- Integrante do Comitê Municipal de Porto Alegre e Estadual do RS, sendo Secretária dos Movimentos Sociais.
- Eleita para o Comitê Central no 15º Congresso (2021).



SOCORRO GOMES - DN

- Filiada ao PCdoB desde 1972;
- Vereadora de Belém 1988;
- Deputada Federal (1991 a 2003);
- Delegada regional do Trabalho (2003 a 2005);
- Secretária de Justiça e Direitos Humanos do Pará (2007 a 2008);
- Presidenta do Cebrapaz (2004 a 2016);
- Presidenta do Conselho Mundial da Paz desde 2008;
- Membro da Comissão de RI do PCdoB;
- Integrante do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



TEREZINHA BRAGA MONTE - CE

- Médica;
- Filiada ao PCdoB desde 1980;
- Foi presidente do Sindicato dos Médicos (dois mandatos) e diretora da Federação Nacional dos Médicos;
- Da direção nacional do Cebrapaz e presidente do Cebrapaz-CE;
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB do Ceará - Secretária Estadual de Organização;
- Eleita para o Comitê Central no 15º Congresso (2021).



TEREZA DE LAMARE - DF

- Formada em Relações Públicas;
- Gestora pública na área de planejamento;
- Oriunda do MR8 - 1978
- Filiada no PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Integrante da Comissão Política do PCdoB - Distrito Federal - Secretária da Mulher do PCdoB-DF;
- Integrante do Comitê Central no Congresso Extraordinário (2019).



TIAGO MORBACH - DN

- Jornalista;
- Especialista em Marketing e Branding;
- Filiado ao PCdoB desde 2008;
- Presidente Nacional da UJS (2020-2023);
- Integrante do Comitê Estadual do PCdoB-RS;
- Eleito membro do Comitê Central no 15º Congresso (2021).



UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA - SP

- Metalúrgico;
- Membro e dirigente do MR8 desde 1972;
- Dirigente fundador do PPL (da sua Executiva Nacional);
- Presidente da CGTB até a unificação com a CTB, em 2021, passando a ser o vice-presidente da CTB.
- Foi Secretário-Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de SP e delegado na histórica CONCLAT em 1981.
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



ULDURICO PINTO - BA

- Médico;
- Deputado Federal por três mandatos (Deputado Constituinte);
- Foi Secretário Nacional de Finanças do PSB; Presidiu o partido na Bahia; Foi Secretário de Finanças do PPL;
- Ex-Secretário Municipal de Saúde de Porto Seguro/BA;
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Integrante do Comitê Estadual do PCdoB-BA;
- Integrante do Comitê Central desde o Congresso Extraordinário (2019).



VALÉRIA MORATO - MG

- Professora;
- Filiada ao PCdoB desde 2002;
- Presidente do Sinpro-MG desde 2016;
- Presidente da CTB-MG;
- Membro da Comissão Política Municipal de BH e do Estadual de Minas Gerais;
- Integrante do Comitê Central desde o 14º Congresso (2017).



VANESSA GRAZZIOTIN - AM

- Farmacêutica;
- Filiada ao PCdoB desde 1980;
- Foi vereadora de Manaus (1989 a 1999);
- Deputada Federal (1999 a 2011);
- Senadora da República (2011 – 2019)
- Procuradora da Mulher do Senado Federal;
- Secretária Nacional da Mulher do PCdoB;
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB-AM;
- Integrante do Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



VANJA ANDREA DOS SANTOS - DN

- Professora;
- Graduada em Filosofia;
- Filiada ao Partido desde 1988;
- Foi vice-presidente do Comitê Municipal do PCdoB Manaus; vice-presidenta estadual e Secretária Estadual da Mulher do Comitê Estadual do PCdoB – Amazonas;
- Presidenta da União Brasileira de Mulheres (UBM);
- Integrante do Comitê Central desde o 12º Congresso (2009).



WADSON RIBEIRO - MG

- Formado em Administração Pública;
- Filiado ao PCdoB desde 1993;
- Presidente da UNE (1999 e 2001) e da UJS (2001 e 2006);
Secretário Executivo do Ministério do Esporte (2007 a 2010);
- Deputado Federal (2015 a 2016);
- Ouvidor Geral do Estado (2017 a 2018);
- Presidente do Comitê Estadual do PCdoB de Minas Gerais;
- Membro do Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



WALTER SORRENTINO - DN

- Médico; Especialista em Saúde Pública;
- Filiado ao PCdoB desde 1972;
- Foi secretário nacional do PCdoB: de Formação, Organização e Relações Internacionais;
- Foi presidente e membro do Conselho Curador da Fundação Maurício Grabois;
- Presidente do Comitê Estadual do PCdoB-SP (1992 a 2001);
- Vice-Presidente Nacional do PCdoB;
- Integrante do Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



WANDER GERALDO - SP

- Lustrador de móveis;
- Filiado ao Partido desde 1985;
- Foi presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e membro do Conselho da Escola de Samba Unidos do Peruche;
- Presidente do Comitê Municipal do PCdoB de São Paulo-SP até 2021;
- Integrante do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



WERNER REMPEL - RS

- Médico há 40 anos;
- Ingressou no MR8 em 1980;
- Foi membro da Direção Nacional do PPL e membro convidado para a Executiva Nacional;
- Presidiu o Comitê Estadual do PPL/RS;
- Vice-prefeito de Santa Maria - RS (2005-2008);
- Vereador por seis mandatos (eleito de 1992 a 2020);
- Filiado ao PCdoB desde a incorporação do PPL (2018);
- Membro do Comitê Estadual do PCdoB-RS;
- Integrante do CC desde o Congresso Extraordinário (2019).

VI

**MOÇÕES APROVADAS
E LISTA DE PARTIDOS
E ENTIDADES
ESTRANGEIRAS
QUE ENVIARAM
MENSAGENS AO
15º CONGRESSO**



CONGRESSO DO
PCdoB
INDISPENSÁVEL À DEMOCRACIA

MOÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Moção de apoio à China diante das ameaças imperialistas

O governo estadunidense considera a China a principal ameaça ao seu poder imperial e explicitamente mobiliza forças para confrontá-la. Além da Otan, que oficialmente colocou a nação asiática como ameaça global, os EUA promovem novas alianças militares visando a cercar o país socialista, tendo inclusive anunciado a criação de um Centro específico da CIA destinado a promover sabotagens e ações clandestinas contra a China. Diante disso, o PCdoB expressa seu decidido apoio à República Popular da China que, sob a direção do Partido Comunista da China:

- Coloca o desenvolvimento econômico a serviço do povo, tendo recentemente alcançado uma histórica vitória na luta contra a pobreza;

- impediu uma catástrofe global maior ao tratar com seriedade, humanismo e competência o surto de Covid-19, defendendo que as vacinas sejam consideradas bens públicos ao alcance de todos os países;

- tem demonstrado firme compromisso em defesa da paz, da autodeterminação dos povos, do respeito ao direito internacional, da solução pacífica das controvérsias entre as nações, sob a luz da consigna de um “futuro compartilhado da humanidade”.

15º Congresso do PCdoB (Congresso Haroldo Lima)

17-10-2021

Moção em solidariedade ao povo venezuelano

Nos últimos anos, o mundo assistiu a um cerco permanente por parte dos Estados Unidos e aliados contra o governo venezuelano, especialmente através de embargos econômicos e perseguições jurídicas. A grande vítima tem sido o povo venezuelano que sofre as consequências do desabastecimento e precarização dos serviços do Estado.

Em cooperação com Irã, China e Rússia, especialmente, a Venezuela está conseguindo furar esse cerco imperialista e, nos últimos meses, avançou em uma negociação com a oposição ao governo Maduro com a intermediação do governo da Noruega e em conversações sediadas no México.

Como resposta ao avanço das negociações e ao não reconhecimento do autoproclamado governo de Juan Guaidó por uma quantidade cada vez maior de países, a última reação dos EUA – e contra a qual nos manifestamos nesta moção – foi o sequestro e extradição do diplomata venezuelano Alex Saab para território estadunidense com a participação do governo de Cabo Verde.

O PCdoB é solidário ao povo venezuelano, à sua democracia e ao exercício pleno de sua autodeterminação e soberania.

15º Congresso do PCdoB (Congresso Haroldo Lima)

17-10-2021

Moção em solidariedade com o povo do Saara Ocidental

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) reafirma sua inarredável solidariedade com o povo saarauí, que há décadas luta pela libertação nacional, primeiro do colonialismo espanhol e subsequentemente da ocupação e recolonização do Saara Ocidental pelo Reino do Marrocos.

O Saara Ocidental é listado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como território não autônomo pendente de descolonização desde 1963. Como tal, o mundo deve exigir o cumprimento deste ato. Em 1976, a Frente para a Libertação de Saaguía el-Hamra e Rio de Ouro (Polisario) declarou a República Árabe Saarauí Democrática (RASD), reconhecida por cerca de 80 países, como membro da União Africana. A maioria das nossas nações-irmãs na América Latina e Caribe reconhece a RASD.

A persistência do colonialismo é uma chaga na história da humanidade e um entrave aos anseios dos povos por emancipação e paz. Pilar da ONU e de uma ordem internacional mais justa, o direito dos povos à autodeterminação é flagrantemente negado ao povo saarauí pelo Marrocos e as potências imperialistas — a exemplo do reconhecimento, pelos EUA, da soberania marroquina sobre o Saara Ocidental.

Como o povo saarauí não se rende, a ocupação – sob brutal violação – em relação a seus direitos humanos, inclusive a tortura, o desaparecimento forçado, prisões arbitrárias e outros abusos, além do espólio dos seus recursos naturais pelo Marrocos para comercialização internacional. Outra parte da população vive em refúgio, há quase quatro décadas, no deserto argelino. Mesmo assim, a Frente POLISARIO e o governo saarauí seguem defendendo o direito do seu povo e construindo as instituições de um Estado socialmente avançado e democrático e, esgotada a sua paciência, os saaraúis retomaram a luta armada pela libertação nacional em 2020. Tal passo, justo e legítimo, resulta também do fracasso internacional em fazer cumprir o direito do povo saarauí.

Por isso, o PCdoB manifesta seu total apoio ao bravo povo saarauí na sua luta por libertação nacional e o fim da ocupação marroquina, e demanda que o Brasil reconheça a RASD. A responsabilidade pela descolonização do Saara Ocidental é internacional e a consciência do povo brasileiro exige o fim dessa ignomínia.

15º Congresso do PCdoB (Congresso Haroldo Lima)

17-10-2021

.....

Moção sobre a questão Palestina

O Partido Comunista do Brasil considera inaceitável que continue sendo negado ao povo palestino o justo direito à construção de sua pátria livre e independente.

Pelo contrário, assentamentos ilegais em territórios palestinos, assassinatos e prisões de lideranças da resistência continuam acontecendo de forma cotidiana e impune.

O PCdoB expressa sua firme solidariedade ao povo palestino e defende:

– O fim imediato da ocupação e o estabelecimento do Estado palestino independente, nas fronteiras de 4 de junho de 1967, e tendo como capital Jerusalém Oriental, com base na solução dos dois Estados;

– O retorno dos refugiados palestinos de acordo com a Resolução n. 194 da ONU; e

– A libertação de todos os prisioneiros palestinos.

15º Congresso do PCdoB (Congresso Haroldo Lima)

17-10-2021

Moção em solidariedade ao povo e à revolução cubana

A pandemia do novo coronavírus foi mais uma prova ao mundo da capacidade e da resiliência do povo cubano frente ao embargo econômico imposto à ilha há mais de 60 anos. O bloqueio é um ato de agressão e de guerra econômica. Trata-se do sistema de sanções unilateral mais injusto, severo e prolongado que já se aplicou a qualquer país do mundo. E está desenhado para gerar fome e miséria ao povo cubano, mas, mesmo assim, não tem logrado seu objetivo de mudar a direção política de Cuba. Pela vigésima nona vez, o governo dos EUA ficou isolado em sua posição contrária ao fim do bloqueio, contando desta vez apenas com o voto conjunto de Israel.

Através desta moção, cumprimos o povo cubano, por essa força, saudando o 8º Congresso do Partido Comunista Cubano com a condução de Miguel Díaz-Canel para Primeiro Secretário do partido em um processo de mudança e continuidade do projeto revolucionário. E igualmente agradecemos a esse povo pela ajuda prestada ao mundo todo, na luta contra o coronavírus, com a produção de pelo menos quatro vacinas extremamente eficazes, como a Abdala e a Soberana 2.

Longa vida à Revolução Cubana!

Longa vida à solidariedade entre Brasil e Cuba!

15º Congresso do PCdoB (Congresso Haroldo Lima)

17-10-2021



CONGRESSO DO
PCdoB
INDISPENSÁVEL À DEMOCRACIA

PARTIDOS E
ENTIDADES
ESTRANGEIRAS
.....
QUE ENVIARAM
MENSAGENS DE
CONGRATULAÇÕES



O PCdoB recebeu mensagens de congratulações internacionais, em vídeos e textos, oriundas de 69 países e regiões de todos os continentes, enviadas por 91 partidos, organizações e articulações do campo progressista.

Confira a lista a seguir:

1. Comunes (Colômbia)
2. Comunistas da Catalunha
3. Comunistas da Sérvia
4. Die Link (Alemanha)
5. Foro de São Paulo
6. Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo)
7. Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) – El Salvador
8. Frente Guaçu (Paraguai)
9. Frente Polisário - República Árabe Saharaui Democrática (RASD)

10. Frente Popular pela Libertação da Palestina (FPLP)
11. Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua
12. Frente Transversal (Argentina)
13. Grupo Sisho-Undo (Japão)
14. Internacional Progressista
15. Marcha Patriótica (Colômbia)
16. Movimento Evita (Argentina)
17. Movimento Regeneração Nacional – Morena (México)
18. Movimento Socialista do Cazaquistão
19. Partido Baath Árabe Socialista
20. Partido Comunista (Suíça)
21. Partido Comunista Alemão
22. Partido Comunista Colombiano
23. Partido Comunista Congresso Extraordinário (Argentina)
24. Partido Comunista da Albânia
25. Partido Comunista da Argentina
26. Partido Comunista da Austrália
27. Partido Comunista da Birmânia
28. Partido Comunista da Boêmia e Morávia
29. Partido Comunista da Bolívia
30. Partido Comunista da China
31. Partido Comunista da Espanha
32. Partido Comunista da Federação Russa
33. Partido Comunista da Federação Russa – Comitê da Cidade de Moscou
34. Partido Comunista da Finlândia
35. Partido Comunista da Grã-Bretanha
36. Partido Comunista da Grécia
37. Partido Comunista da Índia
38. Partido Comunista da Índia (Marxista)
39. Partido Comunista da Indonésia
40. Partido Comunista da Irlanda
41. Partido Comunista da Noruega
42. Partido Comunista da Polônia
43. Partido Comunista da Suazilândia
44. Partido Comunista da Turquia

45. Partido Comunista da Ucrânia
46. Partido Comunista da União Soviética
47. Partido Comunista da Venezuela
48. Partido Comunista de Bangladesh
49. Partido Comunista de Cuba
50. Partido Comunista de Israel
51. Partido Comunista de Quebec
52. Partido Comunista Dinamarquês
53. Partido Comunista do Canadá
54. Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista)
55. Partido Comunista do Chile / Daniel Jadue (Prefeito de Recoleta) – PC do Chile
56. Partido Comunista do Curdistão – Iraque
57. Partido Comunista do Equador
58. Partido Comunista do Paquistão
59. Partido Comunista do Sri Lanka
60. Partido Comunista do Uruguai
61. Partido Comunista do Vietnã
62. Partido Comunista dos EUA
63. Partido Comunista dos Povos da Espanha
64. Partido Comunista dos Trabalhadores da Espanha
65. Partido Comunista Egípcio
66. Partido Comunista Filipino (PKP-1930)
67. Partido Comunista Francês
68. Partido Comunista Japonês
69. Partido Comunista Palestino
70. Partido Comunista Paraguuaio
71. Partido Comunista Peruano
72. Partido Comunista Português
73. Partido Comunista Romeno – Século XXI
74. Partido Comunista Sírio
75. Partido da Esquerda Europeia
76. Partido da Refundação Comunista (Itália)
77. Partido do Trabalho da Bélgica
78. Partido do Trabalho da Coreia
79. Partido dos Trabalhadores da Irlanda

80. Partido dos Trabalhadores Húngaros
81. Partido dos Trabalhadores Socialistas da Croácia
82. Partido Força da Revolução (República Dominicana)
83. Partido Popular Revolucionário do Laos
84. Partido Popular Socialista-Agrupação Política Nacional Popular Socialista dos Estados Unidos Mexicanos (PPS-APN-PS)
85. Partido Progressista do Povo Trabalhador - AKEL (Chipre)
86. Partido Socialista (Lituânia)
87. Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV)
88. Partido Tudeh - Irã
89. SORTU (País Basco)
90. União do Povo Galego (UPG)
91. Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG)

VII ENCERRAMENTO



CONGRESSO DO
PCdoB
INDISPENSÁVEL À DEMOCRACIA

MENSAGEM DO
CENTENÁRIO
.....
LUCIANA SANTOS



Partido Comunista do Brasil: centenário e contemporâneo!

*Luciana Santos**

O Partido Comunista do Brasil, da plenária final de seu vitorioso 15º Congresso, desencadeia as comemorações dos seus cem anos, que serão marcadas pela alegria e a esperança, tão próprias de nosso povo. A partir de agora, será realizada uma programação nacional, pelos estados e municípios, abarcando sessões solenes nos parlamentos, seminários, debates, exposições iconográficas, publicações, vídeos e festejos, com ápice em 25 de março de 2022, data épica do centenário.

O Partido dá a largada de seu centenário, mantendo a coerência que cultiva desde a República Velha, passando por outros períodos de arbítrio e ditadura que infestaram a história do país e seguindo na linha de frente da defesa da democracia, da vida e dos direitos do povo. Atuando nas ruas, no parlamento, nas

redes e em outros espaços, em conjunto com os movimentos de frente ampla, cuidando do Brasil e da nossa gente.

Prestamos nossa homenagem à memória das mais de seiscentas mil vidas perdidas pela pandemia, nossos sentimentos afetuosos às famílias enlutadas.

O PCdoB transmite esperança e certeza de que o Brasil e nós, o povo, mais uma vez venceremos. Nosso país é maior do que a capacidade de destruição de Bolsonaro, que haverá de pagar por sua conduta criminoso. Fora, Bolsonaro!

É do jeito e da cultura de nossa gente festejar quando as colheitas são boas. E quanta fartura de lutas e realizações há nesses cem anos de existência do PCdoB! Essa trajetória lhe deu autoridade para ser considerado, pelas forças democráticas do país, um Partido imprescindível à democracia.

Esse reconhecimento ficou patente na aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei da federação de partidos. A Federação tornou-se lei por ser uma inovação democrática que aperfeiçoa a vida partidária e parlamentar do país. É um instrumento que, entre outros atributos, incide para preservar o pluralismo político, dando condições para que as legendas programáticas e lideranças de um conjunto de agremiações possam seguir contribuindo com o parlamento brasileiro.

Desde já, convidamos aliados e aliadas, amigos e amigas, personalidades e lideranças do campo democrático, progressista, popular e patriótico – sobretudo o povo, a classe trabalhadora, a razão da existência do PCdoB. Todos serão bem-vindos para acompanhar a programação do centenário!

O Partido nos ciclos da história do país

O Partido Comunista do Brasil nasceu em 1922 quando reverberava, aqui e no mundo, os impactos inspiradores da primeira revolução socialista ocorrida cinco anos antes na Rússia.

A fundação do Partido aconteceu como parte de outros grandes acontecimentos nacionais. As memoráveis lutas dos

trabalhadores, do final do século dezenove e início do século vinte, uniram-se a uma nova consciência social – manifestada pelos levantes tenentistas, a Semana de Arte Moderna e a Coluna Prestes, na década de 1920 – e confluíram para um novo ciclo civilizatório, do qual a Revolução de 1930 é a expressão histórica.

Quando o Brasil se viu diante da ascensão do nazifascismo, os comunistas se apresentaram para o combate. O enfrentamento ao Estado Novo forjou o Partido que renasceu das cinzas e agigantou-se na grande mobilização popular pela Assembleia Nacional Constituinte de 1946. O fim da Segunda Guerra Mundial – para o qual o povo brasileiro deu inestimável contribuição ao enviar, aos campos da Itália, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), um fato que somente se deu depois de grande pressão popular com ativa participação dos comunistas – possibilitou a ascensão de um novo ciclo democrático.

Desse novo ciclo, surgiu a Constituição de 1946, um dos principais pilares da democracia brasileira, que teve vigoroso aporte da bancada comunista com lideranças do quilate de Luiz Carlos Prestes, João Amazonas, Maurício Grabois, Carlos Marighella, Jorge Amado e Gregório Bezerra, entre outros.

Com o florescimento das ideias democráticas, os comunistas também se inseriram mais profundamente na vida social do povo. Acorreram ao Partido personagens das artes, lideranças populares e uma grande parcela da população. Ao mesmo tempo, o governo do general Eurico Gaspar Dutra, eleito em 1945, enveredava pelo autoritarismo. Expressão disso foi a cassação arbitrária do registro do Partido, que se expandia nesse período, e dos mandatos comunistas.

O país entrou em um novo período de arbítrio, com intensa perseguição aos comunistas, muitos dos quais foram assassinados, espancados e presos.

Mesmo nessas duras condições, o Partido organizou ações memoráveis, como a participação marcante nas campanhas *O petróleo é nosso!* e contra o envio de jovens brasileiros à guerra da Coreia, no contexto de uma ampla mobilização mundial pela paz, cujo manifesto ficou conhecido como *Apelo de Estocolmo*, que

recolheu mais de sete milhões de assinaturas, contra as armas atômicas.

O Partido liderou também um ciclo de greves de grandes proporções, cujo pico se deu em 1953, e de lutas camponesas, que assumiram forma de guerrilha, em Porecatu, no Paraná, e em Trombas e Formoso, no estado de Goiás.

No entanto, o Partido ausentou-se do curso real dos acontecimentos – como na defesa do voto em branco nas eleições presidenciais de 1950 que reconduziram Getúlio Vargas à Presidência. O suicídio do presidente mostrou que havia uma luta política no país mais abrangente.

Com essa nova visão, o Partido estabeleceu conversações com o candidato Juscelino Kubitschek, sobre as eleições de 1955, contribuindo, mesmo na ilegalidade, para a sua vitória. O país não respirava mais a atmosfera autoritária dos tempos de Dutra, mas perseguições esporádicas ainda ocorriam.

No bojo de um forte debate que repelia ilusões reformistas sobre o processo político brasileiro – que mais tarde abarcaria também o combate a concepções revisionistas do marxismo oriundas do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956 –, um coletivo atilado de revolucionários, conduzido por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, liderou, em 1962, a reorganização do Partido Comunista do Brasil, que garantiu a continuidade revolucionária da legenda fundada em 1922.

Após 1964, o Partido consolidou a tática de frente ampla de combate à ditadura, na VI Conferência, em 1966, na qual foi aprovado o documento *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*. Nele, cuja bandeira central é a democracia, está indicado o emprego de todas as formas de luta para conquistá-la.

Com o Ato Institucional Número 5 (AI-5), as liberdades foram inteiramente ceifadas. A ditadura recrudescu. E, para aqueles que dela divergissem, tornaram-se regra as prisões arbitrárias, a tortura e o assassinato. Impunha-se reagir e resistir.

Iniciada em 12 de abril de 1972, a Guerrilha do Araguaia

é um episódio marcante de resistência à ditadura. Embora tenha sido derrotada militarmente – depois de três campanhas das Forças Armadas, de cerco e aniquilamento, que demandou um contingente de milhares de soldados –, ela entrou para as páginas da história como uma epopeia pela liberdade.

Desde o fim da ditadura até hoje, a Guerrilha do Araguaia é objeto de reportagens, estudos acadêmicos, livros, filmes, poemas, peças de teatro, entre outras expressões, nos quais se enaltece o legado dos guerrilheiros e guerrilheiras à causa da democracia e da liberdade.

Por essa demonstração de amor e coragem ao Brasil, a ditadura empreendeu uma verdadeira caçada ao Partido, da qual a Chacina da Lapa, ocorrida em 1976, é um hediondo exemplo.

Mas a luta democrática avançava e o Partido se fez presente no parlamento, logo em seguida, elegendo Aurélio Peres para deputado federal, em 1978, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido de oposição à ditadura. Também nesse período, intensificou-se a campanha pela anistia política, aprovada em 1979.

A ditadura caminhava para o seu fim e o PCdoB crescia nas organizações do povo – sobretudo nos movimentos estudantil e sindical – e no parlamento. Nas primeiras eleições para governador após o golpe, em 1982, o Partido teve papel importante nas candidaturas de oposição e, ainda semiclandestino, elegeu quatro deputados federais pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Sua influência também se manifestou na memorável campanha por eleições diretas, as *Diretas já!*, e no movimento pró-Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, cuja vitória pôs fim à ditadura.

Na fase da redemocratização, o PCdoB emergiu com a força das suas ideias e elegeu uma bancada que se destacaria na Constituinte de 1988. Nela se resalta o desempenho extraordinário dos constituintes Haroldo Lima e Aldo Arantes. Foi decisivo na formação da Frente Brasil Popular, composta por PT, PSB e PCdoB, que lançou Luiz Inácio Lula da Silva como candidato a presidente da República em 1989.

A redemocratização sofreria um revés com a chegada do projeto neoliberal. Mais uma vez, o PCdoB se destacou, mobilizando sua militância para a campanha do *Fora, Collor!* A avalanche neoliberal, advinda dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, trouxe novos desafios para a luta nacional e democrática. E novamente o PCdoB se distinguiu na defesa do país e dos direitos democráticos assegurados pela Constituição de 1988.

No triênio 1989-1991, com o fim da experiência soviética, irrompeu-se um tufão anticomunista. Enquanto muitos desertaram, o PCdoB agigantou-se e fez, no seu 8º Congresso, um profundo diagnóstico crítico da primeira experiência do socialismo cujo término o Partido já antevia e o reafirmou em bases novas. Neste labor, sempre sublinhamos que se tratava de uma crise de seu desenvolvimento e não de sua perspectiva, e que a necessidade histórica do socialismo seguiria se impondo, como a história demonstra.

Empunhando a bandeira da defesa da Nação, os comunistas prosseguiram no combate ao neoliberalismo e chegaram com força ao processo de lançamento da candidatura de Lula, vitoriosa em 2002, reeleita em 2006. Foram oito anos de duras lutas políticas, que resultaram em conquistas para o povo e para o país.

O Partido lutou tenazmente contra o *impeachment* fraudulento que, em 2016, depôs a presidenta Dilma Rousseff. Este golpe encerrou o ciclo progressista iniciado em 2003, no qual o PCdoB cumpriu papel protagonista. Enfrentou e venceu novos desafios teóricos e políticos, participando de ministérios e agências, de cujo desempenho deixou um rico legado. Ao mesmo tempo, ampliou sua inserção nas lutas populares, reforçando sua atuação no sindicalismo e demais movimentos sociais.

O legado à Nação e aos trabalhadores

Em cem anos de atuação, transcorridos em 133 anos de República, com ideais, lutas e realizações, os comunistas ajudaram a construir o Brasil.

O seu legado começa com a projeção dos trabalhadores e do povo na vida política do país, com a elevação constante da consciência de classe, e com a unidade e capacidade de luta e fortalecimento de suas entidades, sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais. Não há uma só luta relevante, pelos direitos da classe trabalhadora e do povo, sem a ação destacada dos comunistas.

E ainda o seu legado abarca um rico elenco de batalhas e de grandes confrontos pela edificação de uma nação soberana, democrática, com bem-estar para o povo e direitos para os trabalhadores e trabalhadoras.

O Partido sempre defendeu a paz e a solidariedade entre os povos e rechaçou a guerra e a espoliação imperialista.

Sua atuação parlamentar – desde a década de 1920, passando pelas duas últimas Constituintes do período republicano até a atualidade – é marcada pela combatividade, pela convivência democrática e defesa categórica dos interesses da nação e dos direitos do povo.

No ciclo de governos progressistas, de 2003-2016, pela primeira vez em sua história participou do governo da República e, mesmo como força política minoritária, contribuiu para as conquistas obtidas pelo povo e batalhou para que passos fossem dados na direção de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

São relevantes as elaborações do Partido, de seus quadros e de outros pensadores marxistas, no trabalho intelectual de estudos, pesquisas e interpretações sobre o Brasil, o capitalismo contemporâneo, a nova luta pelo socialismo no XXI e outros temas indispensáveis à jornada transformadora. Destacados expoentes da cultura e das artes se vincularam ao Partido e, hoje, a ele continuam a se integrar para fortalecer a cultura brasileira.

Consciente das heranças nefastas de mais de trezentos anos de escravidão em nosso país; do reiterado desrespeito aos direitos das populações indígenas; das discriminações, preconceitos e violências perpetradas contra as mulheres; e da carga discriminatória e de ódio contra a população LGBTQUIA+, o

Partido empenha-se, de acordo com seu Programa, na luta por um Brasil sem racismo, que assegure direitos aos povos indígenas, a igualdade de direitos às mulheres, o combate à LGTBfobia e, ainda o pleno direito, ao nosso povo, de culto religioso.

Como síntese, a trajetória do PCdoB venceu no solo pátrio uma corrente revolucionária, patriótica, proletária, socialista. Essa corrente, a um só tempo, teve a coerência de preservar a identidade comunista e a capacidade de rejuvenescer e renovar o socialismo com as lições da história.

As quatro gerações

E o seu acervo de conquistas é fruto da militância revolucionária de quatro gerações de comunistas, nas quais estão presentes muitos heróis e heroínas do povo brasileiro e destacadas personalidades e lideranças.

O legado do Partido decorre já da época de seus fundadores, simbolicamente representados pelo talento de Astrojildo Pereira, prossegue nos tumultuados e enriquecedores anos de meados do século passado, quando se destaca entre seus dirigentes o grande líder popular Luiz Carlos Prestes, e chega à contemporaneidade, quando se agiganta o papel de João Amazonas como seu construtor e ideólogo. O Partido, sob o comando de Amazonas, vicejou e se expandiu nos quarenta anos finais do século XX.

Sob a direção de Renato Rabelo, no decorrer das duas primeiras décadas do XXI, o Partido desbravou terrenos novos de atuação, concebeu um salto na elaboração da estratégia, da qual foi elaborado o Programa que o capacitou para os desafios da nova luta pelo socialismo.

E a quarta geração se enriquece e se fortalece com quadros de alta qualidade, oriundos do Partido Pátria Livre, originário do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), entre eles Sérgio Rubens, um dos vice-presidentes de nossa legenda, e também com o pensamento patriótico e revolucionário de Cláudio Campos.

Na atualidade, a nossa presidência, apoiada pelo coletivo de quadros e militantes, batalha para conduzir o PCdoB, nas duras circunstâncias do país sob domínio de uma força de extrema-direita, de cunho fascista, a um ciclo de revitalização e de crescente protagonismo político.

Ao desencadear as comemorações de seu centenário, o Partido tem uma vida dinâmica e permanente, atuante em várias frentes de luta. O PCdoB busca elevar seus vínculos com a luta do povo, reforçar sua força orgânica militante, aumentar sua presença no parlamento brasileiro e nas esferas de governo do país e elevar sua participação na luta de ideias e sua intervenção na acirrada arena das redes sociais.

Sínteses orientadoras da atuação e construção do Partido

Da trajetória centenária de lutas do Partido, o camarada Renato Rabelo, como um grande formulador e dirigente, elaborou um conjunto de sínteses que nos servem de orientação na atuação presente e futura. Pela justeza dessas sínteses, qualificadas por Renato como *Guias para o Partido avançar*, nós as sublinhamos a seguir:

1) A luta permanente por um partido comunista, a um só tempo centenário e contemporâneo, revolucionário e independente, forte e influente, é a garantia para as vitórias. A construção de um partido desse tipo realiza-se nos confrontos mais importantes da luta política e de massas. O Partido é decisivo para os êxitos duradouros na perspectiva da mudança revolucionária.

2) O Partido deve enriquecer-se, de modo ascendente, na esfera teórica e ideológica, assimilando, disseminando e desenvolvendo o marxismo, num processo que abarca estudos e prática social. Essa capacitação teórico-ideológica é condição essencial para a definição de uma política justa e de um programa e prática de conteúdo revolucionário.

3) O Partido adquire atributos para cumprir suas tarefas revolucionárias, na razão que consiga praticar a relação dialética entre sua construção orgânica, a formação de sua direção e o

aumento de seus vínculos e sua liderança junto à classe trabalhadora e ao povo, na linha de frente, intervindo nos grandes acontecimentos políticos.

4) A unidade de ação advinda de uma orientação política justa, testada e comprovada, no curso dos acontecimentos, é indispensável para o Partido cumprir sua missão revolucionária. O processo de elaboração das orientações políticas realiza-se pelo método democrático e participativo, no estímulo à criatividade e à livre expressão de opiniões individuais, na atividade prática mobilizadora, sob a condução de um único centro dirigente.

5) Os quadros, militantes mais comprometidos e comprometidas, são aqueles e aquelas que reúnem capacidade, meios e condições para edificar, organizar e pôr o Partido em ação, em movimento. Uma vez definida a linha política, estes e estas se tornam fator decisivo para aplicá-la e tornar realidade a política traçada.

Eis, portanto, os cinco pontos que devem nos servir de orientação, aqui apresentados por considerá-los como parte do elenco de formulações indispensáveis para vencermos os desafios da luta de classes de nosso tempo.

Centenário e contemporâneo

O PCdoB completará um século de existência, longo e jovem, centenário e contemporâneo, porque soube renovar seu pensamento político, tático e estratégico, em meio ao fluxo do movimento, das mudanças, da realidade mundial e brasileira. Consoante à sua base teórica, o marxismo-leninismo, o Partido soube aprender com os erros, enriquecer-se com as lições da história e dar respostas aos novos dilemas e desafios que emergem sem cessar da dinâmica das lutas de classes.

A expressão maior da contemporaneidade do PCdoB é seu Programa, cuja síntese se apresenta pelo lema *Fortalecer a nação e lutar pelo socialismo*. O Programa Socialista está inserido nos ciclos da formação social e econômica do país, no curso da luta política contemporânea e na dinâmica das alterações da correlação de forças no sistema de poder mundial.

Nação jovem, o Brasil empreendeu dois ciclos civilizacionais. O primeiro: a formação e os primórdios da nação, a Independência, a Abolição e a República. O segundo: com a Revolução de 1930, quando o Brasil se industrializa e se moderniza. Empreendeu-se um ciclo de desenvolvimento capitalista até o final dos anos 1970 e, desde então, mesmo com a grande conquista da redemocratização em 1985, o país sofreu retrocessos com o neoliberalismo. A seguir, enfrentou impasses e conseguiu avanços e, no presente, padece um processo de destruição em decorrência do desastroso governo da extrema-direita.

O Partido está empenhado, com os movimentos de frente ampla, na tarefa de libertar o país do governo Bolsonaro, de restaurar a democracia e promover uma reconstrução nacional que abra perspectiva a um novo ciclo de prosperidade, desenvolvimento soberano em harmonia com a proteção do meio ambiente e de progresso social. E, neste fluxo, emerge como atual o Programa do Partido.

Impõe-se a jornada para que o Brasil empreenda seu terceiro salto civilizacional: a transição do capitalismo ao socialismo. Somente o socialismo é capaz de sustentar a soberania da nação e proporcionar vida digna ao povo; por sua vez, o socialismo, no entanto, não triunfa sem absorver a causa da soberania nacional.

Contudo, no presente, ainda não se reúnem as condições para a conquista imediata do socialismo.

É preciso percorrer um caminho que nos conduza ao objetivo estratégico. O caminho é a luta, agora, por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, chamado a superar as deformações e desigualdades acumuladas ao longo de nossa história e agravadas pelo governo da extrema-direita.

O Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento propõe reformas estruturais, tem um conteúdo anti-imperialista, antilatifundiário e antioligarquia financeira.

Os movimentos de frente ampla, pela força das ruas e do voto, têm plenas condições para repelir o golpismo de Bolsonaro e derrotá-lo. O Brasil, sob um novo governo de amplas forças de-

mocráticas, compromissado com uma plataforma emergencial de reconstrução nacional, poderá encaminhar-se para um ciclo de prosperidade.

Como aponta a Resolução Política de nosso 15º Congresso, a transição na ordem mundial se intensifica e se acelera na pandemia. Prossegue, portanto, a conturbada transição em curso constituída pelo declínio relativo da superpotência estadunidense e a emergência de novos polos de poder econômico. E a marca dessa tendência é o protagonismo da China socialista como potência.

Essa mudança em curso, na correlação de forças internacional, cria um contexto mais favorável para a realização de projetos nacionais contra hegemônicos. Portanto, as tendências da luta política no Brasil e o avanço da transição no sistema de poder mundial colocam com realce no cenário brasileiro a luta pelo Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

As comemorações do centenário do Partido se darão simultaneamente à agenda de solenidades do Bicentenário da Independência, e, também, dos 100 anos da Semana de Arte Moderna. São comemorações que se entrelaçam. O PCdoB nasceu e chega a um século de presença na história brasileira, lutando pela completa independência e soberania de nosso país e sempre esteve irmanado com as artes e a cultura brasileira.

Celebrando seus cem anos, o Partido Comunista do Brasil atua no presente, mirando o futuro, com a convicção de que o Brasil pode vir a se tornar um país forte, soberano, democrático, socialmente avançado, solidário com os povos do mundo.

Nossa homenagem às gerações de bravos e bravas que o edificaram ao longo de um século de lutas. Eles e elas continuam vivos no coração das novas gerações. São, para nosso povo, motivo de imenso orgulho e inspiram os/as comunistas e lutadores/as progressistas contemporâneos.

O Partido marcou a história com suas bandeiras e impregnou-se de brasilidade. Incorporou a força dos sertanejos, enaltecidos por Euclides da Cunha, e não perdeu a ternura como aconselhou Guevara. E arma-se da força transformadora, revolucio-

nária, da classe trabalhadora e da persistente teimosia de nosso povo que não abre mão de realizar seus sonhos e ser solidário, criativo e alegre.

E isso é plenamente possível num Brasil soberano, democrático e socialista que as mãos unidas das forças revolucionárias e progressistas irão construir.

Vamos avante, amigos, amigas, e camaradas, no transcurso do centenário, a passos largos, alicerçados na força e luta do povo, construir um PCdoB forte à altura dos desafios desta grande causa.

Brasília, 17 de outubro de 2021.

Luciana Santos

*Presidenta do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)



CONGRESSO DO
PCdoB
INDISPENSÁVEL À DEMOCRACIA

DISCURSO DE
ENCERRAMENTO
.....
LUCIANA SANTOS



EM DEFESA DA VIDA, DA DEMOCRACIA E DO BRASIL!

Prestes a completar 100 anos de existência, o Partido Comunista do Brasil – partido político mais antigo em atuação no país – acaba de realizar o seu 15º Congresso. A mensagem do PCdoB para a sociedade brasileira é clara: mais do que nunca, é necessário defender a vida dos brasileiros e brasileiras. É necessário defender a democracia. É necessário defender o Brasil!

O Congresso do PCdoB se realiza em um momento dramático e decisivo da vida nacional. Desde a eleição do presidente Bolsonaro, há três anos, o governo central é comandado por forças reacionárias extremistas que atentam contra o regime demo-

crático, promovem seguidos ensaios de “autogolpe” e irradiam ódio e intolerância, enquanto desmontam o Estado Nacional e adotam uma política de vergonhosa subserviência a próceres da ultradireita dos Estados Unidos. Trata-se de uma regressão política e civilizacional, sem precedentes, com resultados desastrosos.

O sofrimento do povo é enorme. O patrimônio nacional e ambiental é arruinado. A sociedade empobrece. Agravam-se a exclusão e as desigualdades, enquanto direitos sociais e trabalhistas são cortados e eliminados. O país passou a viver em estagnação, combinando inflação alta e crescimento baixo, provocando aflitiva carestia de vida. A elevação dos preços de bens básicos, como alimentos, aluguéis, transportes, energia elétrica, gás e combustíveis, atinge duramente o povo. A tragédia social está estampada nas ruas, com milhares de pessoas e famílias ao relento. Políticas e serviços públicos são desmantelados, aumenta a violência contra mulheres, recrudescer o racismo e a homofobia. A juventude perde a perspectiva de um futuro melhor.

O que já era inaceitável tornou-se macabro e criminoso com o advento da pandemia da COVID-19. O presidente Bolsonaro promoveu ativamente a morte de 600 mil brasileiros e brasileiras – e o sofrimento de dezenas de milhões de contaminados, sequelados e seus parentes –, ao combater abertamente as medidas de prevenção e proteção, negar o conhecimento científico sobre a doença e as formas de combatê-la, retardar a compra de vacinas, estimular a utilização de remédios ineficazes e potencialmente letais, além de promover o mais abjeto Circo de Horrores (juntando negociatas corruptas e práticas desumanas) na área da Saúde. Bolsonaro revelou-se mensageiro e propagador da morte e da indiferença, em transgressão aberta dos valores espirituais e éticos compartilhados pela esmagadora maioria da sociedade brasileira.

A resultante é devastadora. Além de ser responsável pelo segundo maior número de mortos por COVID-19 no mundo, o Brasil se mantém entre os dez países com maior taxa de mortalidade pela doença em proporção à sua população. O PCdoB, uma vez mais, envia uma mensagem de compaixão humana e solida-

riedade a todos os brasileiros e brasileiras atingidos, e reafirma o seu compromisso de tudo fazer para lutar contra essa monstruosidade e punir os responsáveis pelos crimes praticados contra a vida.

Nosso partido entende que o único meio de livrar o país do pesadelo em que se encontra é expelir Bolsonaro do governo para superar a crise de destino da nação em curso. Ela repõe, na trajetória nacional, uma encruzilhada histórica e se apresentará também nas eleições de 2022. Sem desviar o foco da questão premente de derrotar o governo Bolsonaro, o acúmulo resultante da resistência democrática e popular criará, também, a possibilidade real de as oposições vencerem as eleições de 2022.

O governo Bolsonaro está crescentemente enfraquecido e isolado dos setores que o apoiaram em 2018. A escalada golpista, cujo ápice foram as manifestações de 7 de setembro, aprofundaram seu isolamento político, refletido em altos índices de desaprovação nas pesquisas. Entretanto, não se pode subestimar sua estratégia autoritária, tendente a transgredir a ordem política, econômica e social vigente pela Constituição Federal. A continuidade desse governo ou sua reeleição representa ameaça crescente de destruição da democracia e da nação. A crise é o próprio governo!

Este 15º Congresso considera decisiva a luta política e social para isolar e derrotar os intentos golpistas e autoritários do presidente Bolsonaro. O passo primordial é a união de amplas forças democráticas, de todas as oposições que defendem a democracia, para pôr um fim ao governo. Só assim se poderá abrir caminho à reconstrução nacional, sob os auspícios da democracia. A vida vem demonstrando que tal orientação política se firmou e está em ascensão.

O PCdoB considera que o enfrentamento à Covid-19 – ou seja, a defesa da vida, com vacina para todos e todas; o respeito às normas sanitárias; o auxílio emergencial de R\$ 600,00; o fortalecimento do SUS e da pesquisa científica ligada ao combate ao SARS-CoV-2; a luta pela proteção e geração de empregos; o combate à fome; o socorro a micro, pequenas e médias empresas; e a defesa da democracia –, rechaçando a escalada do golpismo de

Bolsonaro, com todas essas bandeiras, é capaz de unir e pôr em movimento essas grandes forças políticas, sociais, econômicas, culturais e institucionais. A consigna Fora, Bolsonaro sintetiza todo o sentido desse movimento.

Do mesmo modo, considera a mobilização do povo como a principal vertente impulsionadora das lutas. Convoca, a todos e todas, a poderosas jornadas unitárias democráticas da sociedade como fator político que pode acelerar a derrota de Bolsonaro e do bolsonarismo. Faz um chamado renovado aos lutadores e lutadoras sociais militantes do PCdoB, presentes em todas as marchas, a lutarem decididamente, em frente ampla democrática e com as articulações populares da luta social.

O PCdoB dará o melhor de si para superar o nefasto ciclo político vivido pela nação, do qual tem sido um dos maiores alvos sob o fogo de um anacrônico anticomunismo. Promoverá nesse sentido a ampla articulação de forças populares, patrióticas e progressistas que pode apresentar expectativa de vitória em 2022 para dar outro rumo à nação e esperanças ao povo.

Uma importante vitória para a construção e consolidação de frentes políticas mais amplas, reunindo forças democráticas e progressistas variadas, foi a aprovação da lei que cria a Federação partidária no arcabouço político-eleitoral do país. Essa legislação preserva a liberdade de organização e atuação partidária no Brasil, defendendo o pluralismo político e revertendo incentivos sistêmicos a uma fragmentação partidária maior. Permite a aliança orgânica, programática e duradoura, de partidos democráticos e progressistas, a exemplo do que ocorre em outros países.

Camaradas, a luta democrática tem sido marca indelével do PCdoB. A legenda centenária representa um marco vivo na história política, social e institucional do país, identificada com as liberdades, o progresso e bem-estar do povo e a soberania nacional. Por isso, é legítimo o orgulho de ter sido, uma vez mais, protagonista de primeira hora dessa conquista democrática fundamental.

Abre-se agora o esforço de convergências para a construção política de caminhos que reforcem essas lutas no âmbito da dis-

puta eleitoral de 2022. As Federações estimulam novos quadros a se apresentarem na disputa eleitoral, ampliando a participação na vida política nacional de setores tradicionalmente excluídos ou sub-representados: trabalhadores e trabalhadoras, mulheres, negros, entre outros. Estimula, do mesmo modo, quadros progressistas da sociedade e organizações sociais a se somarem a esse novo marco legislativo. São caminhos que possibilitam construções políticas de nível superior no âmbito dessas forças para um novo ciclo político, que reponha esperança, confiança e perspectivas de grandes mudanças na vida dos brasileiros.

Para fundamentar esse esforço, o PCdoB apresenta à nação sua proposta de *Diretrizes para uma Plataforma Emergencial de Reconstrução Nacional*. Um novo governo, sustentado por amplas forças, terá o desafio da Reconstrução Nacional, por meio do resgate do Estado Nacional democrático, da recuperação da economia nacional, da valorização do trabalho, empregos e renda, das reformas sociais para o bem-estar do povo, da defesa do meio ambiente em função da soberania e do desenvolvimento do país, e da retomada da política externa ativa e independente para reforçar as alianças estratégicas do Brasil no mundo, em especial com seus vizinhos latino-americanos. Essas são condições iniciais para se implementar o novo projeto nacional de desenvolvimento, soberano, democrático e a serviço dos interesses e do bem-estar do povo brasileiro.

Nossa jornada para tirar o Brasil da crise e retomar a construção nacional se dá num contexto da **profunda e acelerada** transição em curso na ordem mundial no início do século XXI. Evidenciam-se o declínio relativo da superpotência estadunidense e a emergência de novos polos de poder econômico, político, diplomático e militar, tendo como fenômenos mais representativos a ascensão e o crescente protagonismo global da China socialista, e a recuperação do poder nacional da Rússia. Essa mudança na correlação de forças do sistema internacional cria condições estruturais mais favoráveis para a viabilização de projetos nacionais contra-hegemônicos. Confere maior margem de manobra estratégica para o Brasil, como potência média, se

souber aproveitar essas condições e promover com autonomia seu próprio projeto nacional de desenvolvimento.

Abrindo as comemorações do centenário do Partido Comunista do Brasil, fundado em 25 de março de 1922, o 15º Congresso renova seu compromisso com o Brasil e os brasileiros e brasileiras, representando os mais fundamentais interesses das classes trabalhadoras, nelas buscando sua força para a luta por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, caminho brasileiro para o socialismo que é a razão de existir do nosso Partido.

Os trabalhadores e trabalhadoras precisam do PCdoB forte. A nação e a democracia reclamam essa força. A esquerda brasileira se pluraliza com o fortalecimento do PCdoB e reforça a unidade das forças populares e progressistas, que é sua bandeira desde sempre. O PCdoB precisa do apoio e do voto popular e de todos os setores avançados da sociedade. E quer contar com isso ainda mais quando completa seu centenário em 25 de março de 2022.

Brasília, 17 de outubro de 2022

O Comitê Central eleito no 15º Congresso do PCdoB



VIII ANEXOS



CONGRESSO DO
PCdoB
INDISPENSÁVEL À DEMOCRACIA

ANEXO 1
.....
PLATAFORMA
EMERGENCIAL DE
RECONSTRUÇÃO
NACIONAL

O documento Diretrizes para uma plataforma emergencial de reconstrução nacional foi debatido no processo do 15º Congresso Nacional do PCdoB, nas conferências estaduais e municipais que o precederam e, posteriormente aprovado pelo Comitê Central em reunião plenária realizada no dia 12 de fevereiro de 2022, de forma virtual.

Abaixo, a íntegra o documento:

Diretrizes para uma plataforma emergencial de reconstrução nacional: Democracia, Soberania, Desenvolvimento e Trabalho

Apresentação

Dados recentes indicam que a economia brasileira ingressou em uma rota de estagflação, combinação perversa de estancamento da economia – e sua consequente sequela nos elevados níveis de desemprego – com uma subida generalizada dos preços, ou seja, desemprego e carestia.

No ano de 2021, ao se estabelecer uma comparação com o fundo do poço ao qual se chegou em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) ainda aparentava certo crescimento, mas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a economia já havia entrado em recessão técnica desde o segundo trimestre, pois a produção industrial, que tinha apresentado um repique no segundo semestre de 2020, já havia começado a declinar desde o primeiro trimestre de 2021. E até mesmo agentes do chamado mercado, que costumam apresentar projeções otimistas da economia, preveem estagnação econômica para este ano de 2022.

Todos os fatos indicam na direção da estagnação: os empresários não se animam a investir devido à persistente crise institucional; o governo projeta para 2022 o menor nível de investimento público dos últimos 12 anos; o mercado interno está sendo estrangulado pela queda da renda real do trabalho que, no trimestre móvel encerrado em novembro de 2021, foi de 11,4% em relação a igual trimestre de 2020; o Banco Central, a serviço do capital especulativo, deflagrou uma verdadeira escalada da Selic (que subiu de 2% no começo de 2021 para 9,25% no final), empurrando a economia para baixo; o Ministério da Economia reduziu em 10% as alíquotas do imposto de importação para oito mil produtos, o que provocará uma inundação no mercado interno de produtos industriais importados e a conseqüente destruição da produção interna.

A inflação, que começou com a subida do preço dos alimentos, já alcançou os combustíveis e as tarifas públicas, a começar pela energia elétrica, contaminando os demais setores da economia. No final do ano, o índice de difusão do IPCA [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo], que mede o percentual de itens com aumento de preços, já havia atingido 74,8%. O IPCA referente a 2021 já adentrou a casa dos dois dígitos, e é ainda mais alto para os mais pobres, que amargam a explosão do preço dos alimentos desde 2020, depois da qual alguns desses aumentos arrefeceram em 2021, mas ainda permaneceram elevados.

O recrudescimento dos preços ocorreu em 2021, com o óleo diesel, cujo preço se elevou em 46,04%, causando impacto no valor do frete e, por conseguinte, no preço das mercadorias transportadas. O botijão de gás e a gasolina estão se tornando proibitivos: o primeiro subiu 36,99%, em 2021, e a segunda 47,49%. Segundo estudo realizado pelo Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos], o salário-mínimo, que comprava 2,1 cestas de alimentos de um trabalhador no começo do governo Bolsonaro, passou a comprar 1,6 cesta em setembro de 2021.

E, para explicar essa disparada de preços, o Banco Central usa o argumento absurdo de que ela ocorre em decorrência de inflação de demanda, posto que o povo estaria comendo mais.

Mas a diretoria do BC teria que explicar como gastar mais se hoje, segundo o IBGE, o trabalhador ganha 11% menos em termos reais; falta trabalho para 29 milhões de pessoas (entre desempregados, subocupados e força de trabalho potencial, e a taxa de desemprego é o dobro da média mundial); 116,8 milhões de pessoas, que vivem em 55,2% dos domicílios do País, padecem de insegurança alimentar; e 15 milhões de pessoas subsistem em nível de pobreza extrema.

A tragédia social se manifesta principalmente nos inéditos níveis de desemprego; o que é agravado pela perda dos direitos trabalhistas (com a revogação da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, durante o governo Temer) e o forte golpe da “reforma previdenciária” de Bolsonaro, que reduziu as possibilidades de aposentadoria.

A situação se agrava profundamente com a emergência da Pandemia que chegou ao Brasil em 2020 e se transformou numa verdadeira tragédia humanitária. A Covid-19 ceifou quase quatro vezes mais vidas humanas em nosso País do que a média mundial. E não era inevitável que isso acontecesse. Segundo pesquisa coordenada pelo infectologista Pedro Halal, se o governo brasileiro tivesse adotado o comportamento médio dos governos dos demais países, dentre as pessoas que perderam a vida cerca de 80% teriam sido salvas.

Andando na contramão, o presidente Bolsonaro sabotou o tempo todo as medidas sanitárias recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Estudo realizado pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário, da USP, comprova que Bolsonaro buscou a imunidade de rebanho, sem vacinação, mesmo tendo conhecimento de que provocaria milhares de mortes.

Apesar da forte queda, até dezembro de 2021, do número de mortes e de casos diários, resultante da campanha de vacinação – que, a despeito do presidente, já beneficiou mais de dois terços da população –, subsistem ainda dois problemas: mais de 60 milhões de brasileiros e brasileiras ainda não foram imuniza-

dos (dos países da Europa, só a Alemanha tem uma população maior), além de a imunização ter beneficiado desigualmente as regiões e os estados do País.

Para agravar a situação, surgiu uma nova variante de coronavírus, a Ômicron, que, apesar de seu baixo índice de letalidade, tem um elevadíssimo nível de contágio, provocando um fortíssimo recrudescimento do número de casos a partir de janeiro de 2022. Isso resulta da sabotagem do governo brasileiro às medidas indicadas pela Anvisa para barrar a entrada dessa variante no País. O presidente chegou a bradar: “bem-vinda, Ômicron”.

I – Desmonte do Estado e das bases econômicas e sociais do país

O Brasil atravessa uma crise estrutural de longa duração e de várias dimensões; a social e a sanitária assumem o caráter de verdadeira tragédia. E seu impacto está sendo agravado pela ação do governo Bolsonaro, que vem ampliando o desmonte do Estado e das bases econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais do País. E busca realizar exatamente aquilo que ameaçou, logo no início de sua gestão, em março de 2019, em reunião com grupos ultradireitistas, nos EUA: “o Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa”. Não foi à toa que escolheu logo os EUA como local para proferir essa declaração. Um país “desconstruído” é presa fácil para a ocupação econômica por parte de potências hegemônicas e seus grupos econômicos. O avesso do patriotismo tão alardeado por Bolsonaro.

Esse governo vem desmontando os mecanismos democráticos do Estado. Começou pela decisão de destroçar – menos de um mês depois desse discurso –, por meio do decreto nº 9.759, os conselhos de políticas públicas com participação social, ou outros colegiados semelhantes, que haviam sido criados por decretos ou atos administrativos, com o objetivo de diminuí-los de 700 para menos de 50. Menos de três anos depois, foram extintos, esvaziados ou desativados 75% dos mais importantes deles.

Para agravar a situação, viola sistematicamente as liberdades democráticas, além de frequentemente ameaçar promover um golpe no País.

E mais, segue desmontando os mecanismos estatais de ação econômica. E o processo de desestatização, iniciado na década de 1990, culmina com o desmonte do Estado pelo governo Bolsonaro, a exemplo do esvaziamento da Petrobras, do crime de lesa-pátria pela tentativa de privatização da Eletrobras, e da proposta de “reforma” administrativa que, além de prejudicar seriamente o servidor público, debilita a capacidade de gestão e planejamento da União.

O sucateamento e desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), em meio à plena pandemia, chegam a níveis dramáticos no governo Bolsonaro. Promove fortes ameaças à educação, inclusive com possibilidade de fechamento de universidades por falta de verbas, e já trocou quatro vezes o titular do Ministério da Educação, todos fiéis ao obscurantismo e ao negacionismo. E são sua marca o desmonte dos centros e institutos de pesquisa; as práticas de violação da autonomia universitária; a perseguição às reitoras e aos reitores que se pautam pela democracia e a defesa da ciência; e os profundos cortes dos recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A Cultura foi uma das áreas mais atingidas pela pandemia e pela ação do governo. Por volta de cinco milhões de trabalhadoras e trabalhadores do setor tiveram suas atividades afetadas, e muitos perderam o emprego ou grande parte da sua renda. O desmonte das políticas culturais, incluindo o fechamento do Ministério da Cultura, o obscurantismo e o reacionarismo, tem sido uma das principais marcas do governo Bolsonaro.

O racismo e a discriminação de gênero são problemas estruturais da sociedade brasileira, mas, assim como outras formas de dis-

criminação, agravaram-se nestes tempos obscuros de bolsonarismo. Ele também levou ao extremo a depredação da natureza, estimulando as queimadas e o desmatamento descontrolado da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal.

Bolsonaro aproveita-se da participação massiva de militares no seu desgoverno (mais de seis mil entre os da ativa e da reserva) – em funções nem sempre compatíveis com a habilidade profissional – para tratar o Exército como “meu Exército”, tentando converter as Forças Armadas no “partido do presidente”, desgastando e desconstruindo o seu papel de instituição de Estado.

Atreloou a política externa brasileira aos interesses do grupo de Donald Trump e à ultradireita internacional, jogando por terra a Política Externa Independente, que faz parte da tradição da diplomacia brasileira desde a época do Barão de Rio Branco. O processo de integração latino-americana, que experimentou importantes avanços na primeira década deste século, sofreu retrocessos na segunda década, e foi completamente desarticulado durante o atual governo.

Está, portanto, na ordem do dia a necessidade de adoção de medidas que enfrentem os graves problemas sociais – com destaque para o desemprego em massa e a miséria extrema –; contribuam para a reconstrução nacional nas áreas econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais; retirem o País da crise; e abram espaço para um novo projeto nacional de desenvolvimento, que possibilite um desenvolvimento duradouro e beneficie as amplas maiorias da população.

II – A superação de crises estruturais exige transformações estruturais

1. O fortalecimento da Nação é o caminho

O fortalecimento da Nação é o caminho, definido no Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, aprovado pelo PCdoB em seu 12º Congresso, realizado em 2009, é a referência fundamental desta

Plataforma, partindo do princípio de que a superação de crises estruturais exige transformações estruturais.

Com essa compreensão, consideramos que fazem parte da Plataforma Emergencial de Reconstrução Nacional três movimentos integrados, interagindo entre si: medidas emergenciais em defesa da vida, da democracia e do emprego; deflagração de medidas do processo de reconstrução nacional que incidem na fase emergencial; e medidas de retomada do desenvolvimento que também contribuam para a ação emergencial e a reconstrução.

2. Superar o modelo econômico dependente, rentístico e desigual

Durante o longo processo de estagnação e semiestagnação da economia brasileira, resultante de uma crise estrutural de longa duração, os distintos governos sob a égide da Constituição de 1988 – a despeito de esta possibilitar a mudança da economia – mantiveram a essência do modelo econômico dependente, rentístico e desigual herdado da ditadura; e faltou também um projeto nacional de desenvolvimento. Há que se destacar os esforços e as realizações dos governos Lula nesse âmbito, porém sem alterar a essência desse modelo econômico. Modelo esse que precisa ser superado, pois privilegia os interesses do capital financeiro dos países centrais e dos detentores (estrangeiros e nacionais) de capital fictício aqui aplicado, que fomenta e se alimenta da ciranda financeira.

Registre-se que não há uma separação, com o processo de “financeirização” capitalista, da busca de rentabilidade pelas grandes corporações, entre não-financeiras e as financeiras, pois, notadamente desde a ascensão neoliberal, a grande empresa busca aumentar a rentabilidade, aplicando em ativos financeiros especialmente administrados por grandes fundos.

A subordinação da economia nacional a esses interesses – ao drenar para essas corporações, sob a forma de renda financeira, parcela ponderável do valor aqui gerado – deprime a produção e

bloqueia o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, restringe o comando do Estado sobre a economia, impedindo o investimento público. O desemprego, o achatamento dos salários e o endividamento das famílias daí decorrentes bloqueiam o potencial do nosso mercado interno.

3. O desenvolvimento soberano é o eixo estruturante desta Plataforma

A reconstrução do País passa pela reconstrução e pelo soerguimento do Estado nacional, das instituições democráticas e da economia, e pela recuperação dos direitos sociais conquistados na CLT e consolidados na Constituição de 1988. O eixo estruturante da *Plataforma Emergencial de Reconstrução Nacional* é o desenvolvimento soberano, tendo o Estado, e consequentemente o investimento público, como alavanca do desenvolvimento, além da prioridade ao mercado interno, com a valorização do trabalho como seu impulsionador. Com essa base, pode ser empreendida a transição de uma economia financeirizada para uma economia produtiva, e promovida a reindustrialização com base em tecnologia avançada e com sustentabilidade social e ambiental.

III – A valorização do trabalho é o centro do desenvolvimento

4. Resgatar o papel do trabalho como centro do desenvolvimento

O trabalho deve ser resgatado como centro do desenvolvimento, tanto porque produz a riqueza do País, quanto porque sua remuneração, o salário, alavanca o mercado interno e, por conseguinte, o desenvolvimento. Portanto, nosso programa emergencial de reconstrução nacional busca valorizá-lo com as seguintes medidas:

- a) recriação do Ministério do Trabalho (o governo diz tê-lo recriado, mas criou uma agência eleitoreira);
- b) aumento real crescente do salário-mínimo, buscando dobrar o seu valor real;

- c) garantia de salário igual para trabalho igual;
- d) redução da jornada de trabalho (nos principais países da Europa, a jornada semanal varia de 36 a 38 horas);
- e) valorização e fortalecimento da Justiça do Trabalho (restaurando todas as suas prerrogativas) e do Ministério Público do Trabalho;
- f) revogação da reforma trabalhista iniciada por Temer e continuada por Bolsonaro;
- g) revogação das medidas que achataram a renda de aposentados e pensionistas; e
- h) amplo programa de qualificação da força de trabalho.

E assim pode-se começar a combater a desigualdade social e a deflagrar um processo de distribuição de renda a fim de fortalecer o mercado interno para alavancar a reconstrução e o desenvolvimento e melhorar as condições de vida de quem trabalha e produz. A massa salarial deve ser a principal forma de distribuição de renda. A participação elevada e crescente da massa salarial na renda de um país é uma referência importante da superação da desigualdade e da conquista democrática.

5. Valorização do trabalho e fortalecimento do mercado interno

A política de valorização do trabalho e de geração de emprego, e de consequente fortalecimento do mercado interno, deve contar com um conjunto de medidas visando a fortalecer o sindicato e a promover a regulamentação e a formalização do trabalho, a saber:

- a) promoção da regulamentação do trabalho, inclusive dos trabalhadores em plataformas digitais;
- b) recuperação da possibilidade de o trabalhador brasileiro se aposentar, política de reajuste de aposentadorias e pensões equivalentes à do salário-mínimo;

- c) retomada de políticas de qualificação que melhorem a inserção dos jovens no mercado de trabalho;
- d) reversão e impedimento da precarização do trabalho e da desregulamentação das relações trabalhistas, inclusive entre os trabalhadores das plataformas digitais (aplicativos);
- e) fortalecimento da organização sindical e democratização das relações de trabalho para reforçar os trabalhadores na luta para conquistar uma participação efetiva nos resultados do desenvolvimento do País.

Por isso, reafirmamos a defesa do artigo 8º da Constituição que, além da unicidade sindical (que veda a criação de mais de uma organização sindical por categoria), preserva o papel de representação e o poder de negociação das entidades sindicais no processo de negociação coletiva do trabalho, e garante a estabilidade no emprego dos dirigentes sindicais e a não-interferência ou intervenção do Estado na organização sindical.

Para resgatar o papel de representação e negociação do sindicato, é fundamental recompor fontes estáveis de financiamento sindical bancado por toda a categoria a fim de assegurar sua sustentação material. Cabe também restaurar a gratuidade plena das ações trabalhistas, com isenção de pagamento de despesas processuais, inclusive de honorários periciais e sucumbenciais. Além disso, deve-se recompor o sistema de negociação tripartite.

6. Criação de emprego decente e fim da pobreza absoluta

Estabelecemos como meta inicial acabar com a pobreza absoluta, deflagrar ações com vistas a duplicar o poder de compra do salário-mínimo e começar a implementar um programa para criar 20 milhões de empregos decentes, formais e com direitos para os trabalhadores e trabalhadoras abertamente desempregados ou desalentados.

A deflagração da reindustrialização e de um amplo programa de obras de infraestrutura de qualidade e a redução da jornada de trabalho darão contribuição decisiva para a geração de empregos, mas também há a necessidade de programas específicos de geração de emprego por parte do Estado. É ainda mais dramático o desemprego entre as mulheres, a população negra e a juventude, exigindo uma política específica de geração de empregos para atender a essa importante parcela da população.

7. A Reforma Agrária é bandeira histórica do PCdoB e do povo brasileiro

O PCdoB tem compromisso com a Reforma Agrária. Nossa meta inicial para a fase de emergência é assentar as 130 mil famílias acampadas. A agricultura familiar e os assentados da Reforma Agrária receberão forte apoio para aumentar o bem-estar no campo e produzir alimentos para as populações urbanas, além de fortalecer o mercado interno.

A Reforma Agrária, iniciada na fase emergencial, será aprofundada na fase de reconstrução nacional. O PCdoB tem compromisso com essa bandeira histórica e ainda atual em razão do predomínio do agronegócio. Realizará uma Reforma Agrária que elimine a grande propriedade territorial improdutiva, a começar por aquela que sonega impostos, prioritariamente nas margens de rodovias, ferrovias e em açudes federais.

Para isso, serão fortemente apoiadas a criação de cooperativas, a recriação da Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater), a revitalização da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com as funções de financiamento da produção, armazenagem e distribuição de alimentos. E será recriado o Ministério da Reforma Agrária.

Devem ser estabelecidas, e fortalecidas, políticas de garantia de compra de alimentos produzidos nos assentamentos e pela agricultura familiar, bem como seus derivados produzidos pelas cooperativas industriais ligadas a esse setor.

8. Garantir emprego, direitos e renda

Para garantir emprego, direitos e renda, propomos um conjunto de medidas econômicas e sociais emergenciais a serem retomadas, continuadas ou iniciadas:

- a) adoção de linhas de crédito para cobertura plena da folha de salário e do capital de giro básico, com exigência de manutenção de 100% do emprego, para atender empresas nacionais, sobretudo micro, pequenas e médias empresas, com fundo garantidor para crédito das micro e pequenas;
- b) implementação de programa com vistas à garantia de emprego aos trabalhadores com carteira assinada;
- c) renegociação de dívidas das famílias de baixa renda junto ao sistema bancário, com 100% de garantia dos créditos pelo Tesouro;
- d) desconto de 100%, aplicado aos beneficiários da tarifa social de energia elétrica no período de pandemia;
- e) ampliação do Bolsa Família para todas as famílias com renda, por pessoa, de até R\$ 600 a fim de incluir também as famílias altamente vulneráveis à pobreza.

IV – Medidas emergenciais em defesa da Vida, da Democracia e do Emprego

9. Auxílio emergencial e vacinação

Para defender a vida e manter a economia funcionando e gerando emprego, além de prepará-la para a reconstrução, é fundamental ter como centro a garantia da vacinação contra a Covid-19, de toda a população brasileira. E, enquanto durar a pandemia, deve ser retomado o auxílio emergencial de R\$ 600 por mês (a ser corrigido pelo reajuste da cesta básica) para os 68 milhões de beneficiários de 2020, e de R\$ 1.200 para as mães chefes de família, transformando-os depois em renda básica permanente.

Ao mesmo tempo, deve-se adotar a estratégia da vigilância epidemiológica, baseada na busca ativa de casos confirmados ou suspeitos e o consequente bloqueio da transmissão, e conquistar a autonomia na produção da vacina contra a Covid-19, tendo em vista a provável necessidade futura. O surgimento da nova cepa Ômicron torna ainda mais necessária essa autonomia.

10. Fortalecer o caráter público e universal do SUS e investir em CT&I na economia da saúde

Considerando o papel estratégico do Sistema Único de Saúde (SUS), que ficou evidenciado no combate à pandemia, o PCdoB lança ao País a proposta de fortalecer o seu caráter público, integral e universal, começando pela ampliação urgente do financiamento por parte do governo federal, e estabelecendo um piso emergencial que acrescente pelo menos R\$ 35 bilhões a seu orçamento atual; garanta, junto com estados e municípios, a ampliação e qualificação da atenção primária à saúde (porta de entrada do SUS e Estratégia da Saúde da Família), da vigilância em saúde e da assistência farmacêutica; e assegure a cobertura descentralizada da atenção especializada e a recuperação de leitos dos hospitais universitários, públicos e conveniados, valorizando a força de trabalho do SUS. Para tanto, deve-se assegurar que o percentual do repasse financeiro mensal da União aos estados seja igual ao do investimento definido no orçamento anual, devendo ser atualizada a tabela do SUS.

E, além disso, definir investimentos imediatos em ciência, tecnologia e inovação, especialmente nas universidades, nas indústrias, públicas e privadas, nacionais, produtoras de insumos para a saúde, especialmente Ingredientes Farmacêuticos Ativos (IFA). E igualmente equipamentos e materiais para deflagrar a substituição de insumos importados pelos nacionais, e uma assistência à saúde de qualidade, poupando divisas e expandindo a capacidade resolutiva do SUS, iniciando assim a reconstituição do complexo industrial da saúde.

Deve-se garantir especial atenção às populações mais vulneráveis, seja devido a questões de gênero, raça, patologias, deficiências, seja por questões econômicas ou territoriais/ambientais, incluindo-as em todas as políticas públicas, como direito ao trabalho, a creche, educação, cultura, transporte e saúde. O caráter constitucional de proteção, prevenção e promoção da saúde atribuído ao SUS deve ser garantido com um destacado papel para a implementação da Política Nacional de Vigilância em Saúde, cuja importância é demonstrada pelas pandemias da Aids e Covid-19. A pessoa portadora do vírus HIV tem o direito de manter em sigilo a sua condição sorológica no ambiente de trabalho.

11. Começar a reindustrialização pelo complexo industrial da saúde

A recuperação do emprego, nessa fase emergencial, exige também a deflagração do processo de reindustrialização com reconversão industrial, a começar pelo complexo industrial da saúde, mas também abrindo espaço para os complexos industriais da defesa, de petróleo, energia e gás, da agroindústria, das Tecnologias da Informação (que, pelo seu caráter transversal, tendem a repercutir sobre o conjunto da economia), química, nuclear, biotecnologia e aeroespacial.

Assim, ao lado das medidas emergenciais, devem ser adotadas medidas que apontem na direção da reconstrução econômica, enfatizando o investimento em saúde. E igualmente selecionar setores que aumentem a oferta de serviços públicos.

12. Gerar emprego com infraestrutura de qualidade

Serão retomadas as obras de infraestrutura paradas (cerca de 14 mil) e inaugurado, nessa área, um amplo programa de construção de qualidade, a começar pelo metrôviário, em nível nacional, ampliando as linhas onde já existem e construindo novas em outras grandes cidades. Reorganizar a Companhia Brasileira de Trens Urbanos para assumir essa tarefa, não apenas na construção e administração de linhas, mas também na fabricação de trens.

Urge inaugurar a implementação de um programa com o objetivo de debelar o grave problema do saneamento básico no País, principalmente por seu impacto na área de saúde. E é preciso estabelecer políticas de incentivo à construção de moradias e reformas de edifícios urbanos desocupados por meio de cooperativas de construção e reformas construídas pelos movimentos sociais.

13. Lutar pela emancipação da mulher, contra o racismo estrutural e contra todas as formas de preconceito

A emancipação das mulheres, o combate ao racismo, e sua desconstrução, a luta contra a LGBTQIA+fobia, a defesa da liberdade de religião são condições para o avanço civilizatório e a constituição de uma sociedade verdadeiramente democrática e humanista. E o PCdoB está empenhado nessa luta desde sempre.

Salário igual para trabalho igual é uma bandeira a ser implementada de imediato. O Senado aprovou, em março de 2021, o Projeto de Lei nº 130/2011, que estabelece multa para as empresas que discriminarem salarialmente as mulheres, mas retornou à Câmara. Além de lutar por sua aprovação, zelaremos por seu cumprimento.

Combater todas as formas de preconceito e discriminação, remover os obstáculos à integração com equidade de oportunidades é desafio de todos. O PCdoB combate ideias racistas, nazistas, misóginas e LGBTQIA+fóbicas e trabalhará por políticas sociais universais, combinadas com políticas de ações afirmativas que enfrentem as múltiplas formas de discriminação e promovam a integração e mobilidade social da população negra, das mulheres e LGBTQIA+.

14. Barrar o obscurantismo na educação

A educação como direito universal, bem público, dever do Estado, com a manutenção de um sistema público de educação conquistado durante a nossa história com muita luta, sofre um forte ataque e uma ação política de desmonte pelo governo Bolsonaro. Governo esse que viola, em descumprimento do Estatuto da Criança e

do Adolescente, o direito de acesso e permanência na escola de milhares de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória; descaracterizando a escola enquanto espaço de proteção e aprendizagem para filhas e filhos de trabalhadores, aprofundando a desigualdade social e comprometendo o futuro do nosso país.

Portanto, como ação emergencial, deve-se barrar essa ação antidemocrática e fundamentalista na educação, recuperando o princípio da escola cidadã presente na Constituição de 1988.

A recuperação da autonomia universitária, tão abalada pelo governo Bolsonaro – e imprescindível para a universidade cumprir seu papel –, exige não apenas a recomposição de seus orçamentos e a retomada da produção científica, mas também a liberdade de crítica e de cátedra. Deve-se resgatar o Plano Nacional da Educação (PNE) para melhorar a qualidade de ensino nos níveis fundamental e médio.

A realização de um Programa Nacional de Reforço Escolar para redução dos danos causados pela Covid-19 constitui uma necessidade premente. Esse programa deve ter como princípio o acolhimento, a recuperação da aprendizagem e medidas pedagógicas efetivas contra a evasão e a reprovação. O PCdoB organizará um amplo debate nessa área para aprofundar os detalhes desse programa.

15. Salvar a cultura nacional do obscurantismo

Enquanto durar a pandemia, é fundamental realizar um atendimento socioeconômico aos trabalhadores da cultura, ora desempregados e/ou sem fontes de renda em razão da crise; implementar a Lei Aldir Blanc I; e articular a aprovação de outras iniciativas que tramitam no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas dos entes federados.

Deve-se fomentar a utilização concentrada dos espaços e aparelhos culturais estatais, em projetos com força de trabalho técnica e artística preferencialmente local, como política de combate ao desemprego. Realizar estudos, definição e preparação de estra-

tégias culturais para sair da crise, com o retorno à normalidade cultural. Deve-se defender o direito à cultura como básico da cidadania, tanto no que tange ao consumo, quanto no sentido da criação individual e coletiva, e defender a cultura como elemento central no projeto de soberania nacional e de democratização política e social.

Para realizar essas ações, faz-se necessário reconstruir o Ministério da Cultura, tornar o Sistema Nacional de Cultura (SNC) de implementação obrigatória, valorizar qualitativamente tanto o Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (Iphan) quanto o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e a Agência Nacional do Cinema; reorganizar com novas políticas a Fundação Nacional das Artes (Funarte), valorizando assim tanto o patrimônio material e imaterial do povo brasileiro quanto todas as linguagens artístico-culturais; integrar políticas culturais prioritariamente com as áreas de educação, ciência e tecnologia, comunicações e turismo.

16. Reverter a política antiambientalista de Bolsonaro

Para reverter a política antiambientalista de Bolsonaro, que patrocina desmatamentos e queimadas e desmonta os órgãos de controle, é preciso reconstruir e fortalecer o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e os órgãos de apoio à definição de políticas ambientais e de fiscalização, além de aumentar a multa e a pena para crimes ambientais, sobretudo em casos de desastres ecológicos, como os de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais. Estruturar uma Força Tarefa multidisciplinar que enfrente de forma efetiva e imediata o desmatamento, as queimadas e o garimpo ilegal na Amazônia e demais biomas.

17. Barrar o desmonte do Estado e recuperar seu papel na economia

Neste quadro de pandemia, em que, para enfrentar a crise, os governos dos principais países recorrem ao Estado – e até mesmo economistas que professavam a ortodoxia neoliberal de-

fendem a ação do Estado e o investimento público para tanto –, o atual governo brasileiro trabalha pela desestruturação do Estado e das políticas públicas de proteção social e estímulo/fomento ao desenvolvimento econômico.

Para o Estado cumprir o papel de promotor do desenvolvimento socioeconômico do País, são necessários o resgate e a valorização da sua dimensão pública e estratégica, fortalecendo sua presença em setores fundamentais e estruturantes da economia nacional, devendo contar com uma rede de empresas estatais, destacando-se a participação no setor de energia e infraestrutura.

18. Remontar a Petrobras e recuperar seu papel estratégico

É impossível pensar no desenvolvimento nacional sem definir o papel e a ação da Petrobras, tendo em vista que o abastecimento nacional de combustíveis é uma questão de segurança nacional. Principal empresa do setor de petróleo do Brasil e uma das mais destacadas petroleiras do mundo, é preciso que o governo atue, inclusive como acionista, no sentido de fortalecer o compromisso social e econômico da companhia com o desenvolvimento nacional, devendo para isso remontar a Petrobras mediante a recuperação de setores que já foram alienados, entre eles a distribuição e parte do refino.

Considerando que o abastecimento do petróleo é estratégico, cumpre papel fundamental a reversão da privatização dos ativos estratégicos, como as áreas de refino e de distribuição. Quando a estatal BR estava nas mãos da Petrobras, não havia monopólio, pois operavam também empresas privadas, funcionando então como oligopólio, cujos preços eram por ela regulados. Agora, com ela privatizada, segue sendo oligopólio, mas sob o comando de empresas privadas. É o pior dos mundos. Com essa privatização, perde-se esse mecanismo de regulação e, portanto, ela deve ser revertida.

No caso do refino, a rede de refinarias da Petrobras foi criada dentro da lógica do abastecimento nacional. Cada refinaria é monopolista na sua região e imbatível no seu raio de influência. Com a privatização, longe da apregoada concorrência, cria-se um monopólio privado em cada região, levando ao aumento de preços. Portanto, cabe rever a privatização das refinarias.

Deve-se recompor o conteúdo original da lei de partilha que assegura o direito da Petrobras como operadora única, no pré-sal e em outras áreas, inclusive as estratégicas. Mas, para a Petrobras cumprir esse papel, é imprescindível a recomposição da participação acionária da União na companhia.

É fundamental estimular diretrizes e ações, de participação direta e/ou indireta da empresa, no sentido de ampliar a oferta de derivados de petróleo no mercado interno, a reestruturação da indústria petroquímica nacional, a política de biocombustíveis e gás natural, numa perspectiva de fortalecimento da indústria nacional, da segurança do abastecimento, da razoabilidade dos preços praticados no mercado interno e de atenção aos consumidores brasileiros.

Nessa direção, é imprescindível a constituição de um novo planejamento estratégico do Sistema Petrobras, reintroduzindo-a como indutora do desenvolvimento nacional.

19. Petrobras: recompor participação acionária, mudar política de preços e alavancar indústria

Sugestões e propostas de entidades representativas dos trabalhadores da Petrobras devem ser estudadas. E, no cenário emergencial de reconstrução nacional, destacamos três propostas já em discussão:

- a) Alteração da política em curso de PPI (preços de paridade internacional) da Petrobras, em razão dos efeitos devastadores na economia nacional. As variações alinhadas em tempo real com as especulações do petróleo e do dólar têm desorganizado a economia nacional, criando grave e

continuada instabilidade econômica e restringindo o acesso de grande parte dos consumidores brasileiros aos combustíveis.

O Brasil tem sua moeda nacional, o Real, e grande parte dos combustíveis comercializados no mercado interno é produzida em território nacional, com mão de obra, impostos etc. são pagos com ela, sem nenhuma vinculação com o dólar e o preço internacional do petróleo. A capacidade de refino de derivados de petróleo é próxima da necessidade de derivados no mercado interno, mas dela só são utilizados 70%. Além de aumentar a capacidade de refino, revisando a diretriz do atual plano de desinvestimento, deve-se impedir a venda de refinarias por se tratar do abastecimento nacional de combustíveis, uma questão de segurança nacional.

Mas, se houver necessidade de regular a oferta interna de petróleo, pode-se recorrer aos contratos de partilha, por meio dos quais se garante, em caso de desabastecimento, a suspensão da exportação. Além disso, a fim de garantir que o petróleo permaneça dentro do País – para abastecer o mercado interno, em lugar de ser exportado –, é muito importante ajustar a tributação.

Nada justifica a atual política abusiva do preço dos combustíveis, salvo a ganância especulativa de parte dos acionistas minoritários. O plano emergencial de reconstrução nacional precisa enfrentar com altivez essa questão. Deve-se alterar a política de preços, e não adotar uma fórmula de reajuste de preços, porque quando se torna pública expõe o negócio da Petrobras aos concorrentes.

b) Restabelecimento da política de conteúdo local: justifica-se o desenvolvimento dessa política, estabelecida a partir da cláusula de conteúdo local constante dos contratos de exploração do petróleo, tendo em vista ser o instrumento pelo qual a produção do petróleo estimula o processo de

industrialização nacional, proporcionando o surgimento e o crescimento de toda uma cadeia produtiva de bens e serviços necessários à indústria do petróleo, em território nacional, com avanços tecnológicos e de formação qualificada de mão de obra.

É necessário que a execução da política de conteúdo local ocorra de forma racional, sintonizada com o desenvolvimento da indústria petrolífera, atenta aos aspectos de natureza orientativa, experimental e de apuração de resultados, evitando-se amarras e entraves ao desenvolvimento e extraíndo-se lições da experiência anterior.

c) Recomposição da participação acionária da União na Petrobras, a exemplo da Lei nº 12.276/2010, que a autorizou a ceder onerosamente à Petrobras o direito de fazer pesquisa e lavras em áreas do pré-sal, com até cinco bilhões de barris de óleo equivalente (boe), e proporcionou a capitalização da petrolífera em valores equivalentes a US\$ 70 bilhões e ao aumento do seu capital total, resultando no aumento da participação da União de 39% para cerca de 50%. Esse processo, ocorrido em 2010, foi muito bem-sucedido e obteve resultados de grande importância para o País; e poderá ser revisitado, atualizado e apresentado à luz das situações futuras que venham a surgir.

A plataforma emergencial de reconstrução nacional necessariamente deverá contar com uma política racional de pesquisa, exploração e produção das riquezas naturais, nacionais, com vistas a financiar a retomada do desenvolvimento nacional, fundado em bases tecnológicas modernas e sustentáveis.

A experiência da criação do fundo social, por meio da Lei nº 12.351/2010, com recursos do petróleo do pré-sal, apesar das modificações normativas de sua distribuição ocorridas recentemente, é exitosa e tem acumulado importantes recursos para os financiamentos de políticas públicas nas

áreas sociais, de educação, saúde e infraestrutura. Qualificar melhor esses fundos financeiros, públicos, inclusive quanto ao controle social – criados com valores financeiros da União, decorrentes da exploração dos recursos naturais findáveis –, é fundamental para atender as necessidades do povo brasileiro em curto, médio e longo prazos.

20. Recuperar estatais estratégicas e capacidade de planejamento do Estado

Os aventureiros que se apropriaram da Vale do Rio Doce realizam uma política predatória de nossos recursos naturais, causando enormes catástrofes ambientais, sem precedentes em nossa história, como as de Mariana e Brumadinho, revelando assim não possuírem capacidade, nem compromisso necessários para comandar uma empresa desse porte, que assume um papel estratégico na economia brasileira. O Estado brasileiro, que mantém a golden share da Vale, deve adotar uma política de controle da empresa para que ela cumpra o que lhe cabe no Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Com a aprovação, pelo Congresso, da medida provisória que autoriza a privatização da Eletrobras, o governo pretende realizar uma operação que compromete seriamente não apenas a segurança energética, mas também a própria segurança nacional, e as possibilidades de desenvolvimento, dado seu caráter estratégico. O governo decidiu alienar a Eletrobras no exato momento em que se iniciava uma das maiores crises hídricas da nossa história, com ameaça de racionamento e forte encarecimento das tarifas de energia, engendrando uma situação emergencial. Essa operação será desfeita, o mesmo devendo ocorrer com os Correios, caso também sejam privatizados.

Também deve ser remontado o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), criminosamente extinto pelo governo Bolsonaro em junho de 2021. Caso a “reforma” administrativa seja consumada, deve ser revogada para que o Estado recupere sua capacidade de gestão e planejamento; e devemos

lutar desde já para evitar sua aprovação no Congresso. O amplo movimento dos servidores públicos, respaldado pela banca dos parlamentares da oposição, tem conseguido protelar sua votação.

As estatais são instrumentos fundamentais para manter a economia funcionando e promover a reconstrução nacional e o desenvolvimento. A concorrência é o campo de ação da economia privada e o monopólio, o campo de ação do Estado.

21. Desarmar o tripé macroeconômico

Para fazer a economia funcionar, manter empregos e preparar-se para a reconstrução e o desenvolvimento, e obter os recursos para financiar as medidas propostas, é preciso realizar a alteração imediata da política econômica. A armadilha do tripé macroeconômico é a principal responsável pela estagnação e a desindustrialização da economia brasileira.

O juro alto, que faz parte dessa política, estimula a atração de capitais especulativos externos, provocando a valorização da moeda nacional e o conseqüente barateamento das mercadorias importadas. E, como resultado, ocorre uma inundação, no mercado interno, de produtos estrangeiros, provocando a quebra da indústria instalada no país, particularmente a nacional.

Igualmente, forçar a geração de superávits primários elevados, para cobrir os encargos financeiros da dívida pública, compromete a capacidade de realizar investimento público, além de derubar o investimento privado, ao encarecer o custo do crédito.

O fato de a taxa básica de juros (a Selic) ter estado baixa, em período recente (2020), de as contas públicas não estarem gerando superávit primário e a taxa de câmbio ter subido e permanecido num patamar elevado não significa que o tripé macroeconômico tenha sido enterrado. Estava apenas adormecido. Tanto é que, diante das primeiras tensões inflacionárias, em 2021 foi retomada a escalada dos juros, revelando que o Banco Central segue perseguindo a meta de inflação com base numa política

monetária restritiva. Essa situação se agrava graças à Emenda Constitucional nº 95, que estabelece o teto de gastos e congela os investimentos e gastos sociais.

Assim, para desarmar a armadilha do tripé macroeconômico, deve-se praticar uma taxa básica de juros semelhante à dos padrões internacionais e, ao mesmo tempo, substituir o câmbio flutuante por uma política que coíba a volatilidade e garanta um câmbio que possibilite o controle das contas externas e favoreça o investimento produtivo e a reindustrialização.

O superávit fiscal, em lugar de ser desperdiçado no pagamento de juros, deve ser utilizado no investimento público. Para isso, deve ser revogado o teto de gastos. O investimento privado também será incentivado pela retomada do investimento público e pela redução da taxa de juros, podendo assim cumprir seu papel no andamento da economia e no processo de desenvolvimento.

22. Combater o rentismo e financiar o programa emergencial

Os recursos para financiar as medidas emergenciais, a reconstrução da economia e a retomada do desenvolvimento virão também da emissão de moeda e da anulação das isenções fiscais inadequadas, incluindo a revogação da Lei Kandir. (Segundo a Anafisco [Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal], o montante anual de renúncias fiscais é de R\$ 457 bilhões, sendo justificados econômica e socialmente apenas R\$ 141 bilhões.)

Ao mesmo tempo, será realizada uma reforma tributária de emergência, direta e progressiva, que taxe mais fortemente os mais ricos, as grandes fortunas, a distribuição de lucros e dividendos (projeto de lei patrocinado pela equipe econômica do governo Bolsonaro foi aprovado na Câmara com a taxa de apenas 15% sobre a distribuição de lucros e dividendos, quando as camadas médias da sociedade pagam 27,5% sobre seu salário, mas o Senado adiou seu exame para 2022) e a remessa de lu-

cross; reduza a tributação sobre o consumo e o salário; ataque as desigualdades regionais e sociais; e estimule a geração de emprego e a distribuição da renda.

Um ponto essencial é estabelecer uma política que eleve substancialmente a progressividade da taxaço do Imposto de Renda, de modo a democratizar esse instrumento de arrecadação, para aliviar os trabalhadores e as camadas médias da população da atual sobrecarga desse imposto e aumentar os limites de isenção.

E assim começar a superar a lógica rentista e a financeirização da economia e reorientar o sistema financeiro de forma a fortalecer os bancos públicos, derrubar os astronômicos spreads bancários cobrados pelo cartel dos bancos privados, a fim de financiar a atividade produtiva. E, ao mesmo tempo, revogar o teto de gastos, a chamada regra de ouro e a “autonomia” do Banco Central – que, na verdade, é dependência dos bancos privados –, para que possa ser instrumento do processo de desenvolvimento. Essas medidas criarão as condições para realizar a passagem de uma economia financeirizada para uma economia produtiva.

Enfim, cabe redefinir os pilares da política econômica e do sistema financeiro a fim de favorecer de imediato a geração de emprego e o fim da pobreza extrema, e também promover a redução das desigualdades regionais e sociais e o crescimento econômico de longo prazo. A poupança externa contribuirá para o desenvolvimento nacional desde que direcionada para o financiamento de projetos produtivos de interesse nacional.

23. Superar a vulnerabilidade externa para garantir a soberania

Nos últimos anos, divulga-se que a dívida externa brasileira está equacionada e, portanto, teria desaparecido a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Essa crença, no entanto, é negada pela forte presença, no País, de capitais forâneos especulativos (US\$ 722 bilhões, incluindo os “empréstimos intercompanhia”), equivalentes ao dobro das reservas cambiais, e também

pela forte drenagem para o exterior de valor aqui gerado (as remessas de juros, lucros e dividendos, nos últimos 26 anos, ou seja, desde a inauguração do Plano Real, atingiram a quantia de US\$ 898,4 bilhões).

Para superar o neoliberalismo, o primeiro objetivo estratégico que o Brasil deve perseguir, em sua inserção internacional, é garantir sua mais plena, absoluta e completa soberania. O instrumento para isso é o controle das contas externas, que nos impõe lidar com uma moeda que não emitimos. Para enfrentar essa situação, o governo federal deve retomar o absoluto controle do Banco Central, e este deve adotar uma política cambial que garanta uma taxa de câmbio que favoreça o controle das contas externas, o investimento produtivo e a reindustrialização. Deve-se também impor restrições à remessa de lucros e dividendos ao exterior. Quanto à remessa de juros, é necessário impor limites para a venda de títulos da dívida pública a aplicadores estrangeiros.

É preciso reverter a política referente à cobertura cambial das exportações, retomando a exigência de internalizar imediatamente, no País, os dólares recebidos pelas exportações, fortalecendo assim a soberania do Banco Central na administração da taxa de câmbio. E ainda enfrentar estruturalmente o déficit externo. Para isso, no processo de reindustrialização, é fundamental retomar a substituição das importações, não só de bens como de serviços, mirando com destaque a conta Aluguel de Equipamentos, como plataformas de exploração de petróleo e gás, aeronaves e embarcações.

Neutralizado o déficit em conta corrente pela adoção das medidas acima, o Brasil pode então implementar medidas de restrição ao livre trânsito de capitais externos especulativos, com o objetivo de coibir a sua ação, proporcionando estabilidade ao setor financeiro e seu direcionamento para a economia real.

A soberania torna-se real à medida que, independentemente das injunções externas, o país crie mecanismos de proteção de

sua economia contra as variações cambiais; decida sobre substituir as importações; restrinja a remessa de lucros e dividendos ao exterior; controle a aquisição de títulos da dívida pública por estrangeiros; e detenha mecanismos de anulação das tentativas de especulação monetária.

24. Enfrentar choque de oferta para debelar inflação

A inflação, quando descontrolada, desorganiza a economia, castigando sobretudo os mais pobres. Ela deve ser combatida com firmeza. O governo tenta combatê-la por meio da elevação da taxa de juros, mas, se a atual escalada inflacionária não é provocada pela demanda, e sim por um choque de oferta, como indicamos na Apresentação, esse instrumento não é eficaz. A taxa de juros não tem como influenciar o preço dos alimentos enquanto for cotado em dólar em nível internacional; o preço dos combustíveis, que é estabelecido pelo governo com base no preço internacional em dólar; a tarifa de energia, também cotada pelo governo tendo a variação do dólar como uma das referências, sobretudo no Centro-Sul.

A taxa de juros até poderia atuar indiretamente na inflação, ao atrair capital externo especulativo e provocar a valorização do real. Mas ela tem seus limites, em termos de atração de capitais externos, diante da instabilidade política em que vive o país. Nesse quadro, combinam-se juros altos com câmbio elevado. Não bastasse isso – que é um caminho perverso –, ao baratear as importações e destruir a produção interna, exacerba a desindustrialização e o desemprego, e, ao elevar os juros, sacrifica tanto o investimento público quanto o privado. (A Selic chegou, ao final do ano de 2021, a 9,25%, então, terão sido transferidos aos rentistas, sob a forma de juros, mais R\$ 360 bilhões, sete vez maior que o montante inicial estimado para aplicar no Auxílio Brasil).

O caminho passa por enfrentar o choque de oferta e a “dolariização” da economia. Para isso, devem ser garantidos o abastecimento alimentar interno (taxando ou bloqueando exportações e realizando estoque regulador na próxima safra), o refino in-

terno do petróleo de todos os derivados de que o País necessita e a desdolarização da política de reajuste das tarifas dos serviços públicos. No caso dos derivados do petróleo, propõe-se criar, além do mais, um Fundo de Estabilização que coíba o impacto interno das oscilações do câmbio e do preço internacional do produto.

Simultaneamente, devem ser enfrentados bloqueios ao aumento do conjunto da produção, como a drenagem de recursos para o exterior; a esterilização de enormes massas de recursos na ciranda financeira; o enorme volume de isenções fiscais injustificadas; a apropriação privada de grande parte das rendas da terra (agrícola, petróleo, mineração); o tripé macroeconômico; o comando do câmbio pelos grandes grupos financeiros internacionais; e a emenda constitucional que sacrifica o investimento público.

25. Barrar o desmonte do Estado Democrático

Segundo já apontava um balanço da experiência democrática sob a Constituição de 1988 e dos governos progressistas vigentes, a partir de 2003, é necessário reformar e fortalecer o Estado brasileiro, democratizando-o e modernizando-o. Essa necessidade é ainda mais premente diante do desmonte do Estado Democrático que está sendo realizado pelo governo Bolsonaro.

Serão revogadas as medidas antidemocráticas por ele adotadas, e trabalharemos pela reconstrução do Estado Democrático. O Estado será transformado para a construção de uma democracia avançada, combinando mecanismos de democracia representativa com os de democracia participativa. Para tanto, devem ser reconstituídos imediatamente os conselhos de controle social e as conferências, cujas decisões devem ser fortalecidas.

26. Deflagrar a democratização das Comunicações

O Brasil precisa realizar urgentemente um amplo debate público para construir um novo marco legal para os meios de co-

municação de massa no País, a fim de enfrentar o monopólio privado que toma conta da radiodifusão aberta; recuperar e fortalecer a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); e valorizar a radiodifusão comunitária e as mídias digitais, apostando fortemente na inovação e na tecnologia.

Essa regulação precisa considerar o cenário de convergência tecnológica em torno da internet e das plataformas sociodigitais, que deverá ser sistêmica e integrada; e também enfrentar a presença de conglomerados internacionais – sediados principalmente nos Estados Unidos – no mercado brasileiro.

O País precisa manter seu protagonismo e iniciativa nas discussões sobre regulação da internet, no sentido de enfrentar os novos monopólios privados digitais (Google, Facebook, Amazon, Microsoft) que manipulam de forma opaca o fluxo de informações, controlando assim a subjetividade dos brasileiros e trazendo impactos para a democracia e para a economia. A regulação dessas plataformas deve buscar o necessário equilíbrio entre a liberdade de expressão e a privacidade, bloqueando os usos obscurantistas e criminosos das redes.

É fundamental fomentar o desenvolvimento de plataformas nacionais, principalmente para atender às necessidades dos sistemas educacionais, do SUS e da administração pública em geral, e ainda à segurança nacional e a objetivos geopolíticos do País. A democratização do acesso à internet pode convertê-la em importante ferramenta de conscientização dos trabalhadores e do conjunto do povo, favorecendo, portanto, o fortalecimento da democracia brasileira. Apresentaremos proposta como pontos de Wi-Fi aberto nas periferias, praças públicas e escolas, na esteira da vinda da internet 5G ao Brasil.

Deve-se, por fim, rever o modelo privado do setor de telecomunicações, reconhecendo o acesso à internet banda larga como direito fundamental. É urgente fortalecer, no Brasil, o Comitê Gestor da Internet, além de dar autonomia à Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD).

27. Recuperar a Política Externa Independente

Destacam-se, entre os princípios fundamentais da Política Externa Independente, a defesa da independência nacional, a autodeterminação dos povos e a paz mundial. O Brasil pode ter um lugar de destaque, num mundo em transição, com a ascensão da China e o declínio dos EUA. Nesse contexto, sem alinhamento automático, retomaremos de imediato a tradição da diplomacia brasileira com a Política Externa Independente, ampliando as relações internacionais, os acordos de cooperação tecnológica, a cooperação humanitária, a parceria estratégica com a China e com o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), para garantir o fortalecimento e a defesa da Nação contra a dominação imperialista e com a autonomia necessária para a criação de condições para o desenvolvimento nacional independente.

Apoiaremos os países que constroem novas experiências de realização de mudanças políticas, econômicas e sociais, segundo suas peculiaridades nacionais. E nos oporemos à dominação imperialista, à chantagem nuclear, às bases militares estrangeiras, aos pactos agressivos, como o da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), aos golpes, intervenções e guerras de agressão.

São urgentes o aprofundamento e a consolidação da integração da América do Sul, a retomada do processo de integração latino-americana, apoiando-se em blocos como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), bem como o fortalecimento das relações com a África. A luta pelo desenvolvimento nacional brasileiro é inseparável da integração latino-americana.

Rechaçar as imposições dos EUA de boicote a Cuba e a Venezuela, ou a qualquer país que venha a praticar uma política de independência. Estabelecer com os países latino-americanos cooperação para o estabelecimento de complexos industriais (como saúde, petróleo, gás) que atendam às necessidades conjuntas dos nossos povos.

28. Parceria estratégica com a China

Deve-se considerar que está em curso uma transição na geopolítica do mundo, marcada sobretudo pela tendência ao declínio dos EUA e a ascensão da China. Isso tem tornado o imperialismo estadunidense mais agressivo. Ao mesmo tempo, realiza uma grande ofensiva na América Latina e, na disputa com a China, parte para uma verdadeira guerra colonial de novo tipo, caracterizada pela tentativa de impedir o país asiático de acessar as linhas de suprimentos de suas cadeias produtivas de alta tecnologia – notadamente no setor de semicondutores.

Mas simultaneamente ocorre a transformação da China em grande potência ascendente, exportadora em massa de bens públicos, pautando uma globalização alternativa à neoliberal, o que abre possibilidades de, no Brasil, ainda serem elaboradas e melhor aproveitadas. Assim, em nosso projeto nacional de desenvolvimento, devemos programar o financiamento pela China de obras de infraestrutura, como trens de alta velocidade, modernização portuária e aeroportuária. Enquanto nação independente e com visão de projeto nacional, devemos colocar como condições para o acesso ao nosso mercado de infraestruturas a instalação de cadeias produtivas relativas a estes itens e garantias de transferência de tecnologia. Algo muito semelhante ao grande acordo que os chineses fizeram com o Irã.

Aproveitaremos assim as possibilidades oferecidas pela China, como exportadora de bens públicos, para a reconstrução de nossas conexões físicas nacionais, preparando nosso território para receber bilhões de dólares de investimentos em infraestruturas. Isso tudo dentro de um grande acordo entre dois grandes projetos nacionais, envolvendo transferência de tecnologia. Esse caminho favoreceria a reindustrialização do nosso País.

29. As FFAA devem defender a Pátria de eventuais ameaças externas, e não tutelá-la. E para isso devem estar preparadas.

É fundamental que as Forças Armadas se preparem para sua função específica: defender a Pátria e conseqüentemente a soberania nacional e a nossa integridade territorial em face de eventuais ameaças de agressões externas. Não é papel das Forças Armadas a intervenção na vida política ou a sua utilização para fins de segurança pública, sendo assim necessária a imediata alteração do Artigo 142 da Constituição Federal, do qual seria excluído o poder de as FFAA serem defensoras da lei e da ordem.

Nesse sentido, é uma imposição da sobrevivência da Nação e da vida democrática que se deflagre a construção de um programa para dotar as FFAA de treinamento e de meios materiais indispensáveis para dissuadir eventuais tentativas externas de agredir nosso território e nosso povo e se apropriar de nossos incomensuráveis recursos naturais. É imprescindível começar a replantar e desenvolver o complexo industrial de defesa, pois só assim garantiremos a autonomia da nossa política de defesa. A definição da política de defesa em uma democracia cabe ao poder político em permanente diálogo com a sociedade.

V – Reconstrução Nacional para deter o desmonte e retomar o desenvolvimento

30. O Estado como alavanca do desenvolvimento

Ao cumprir um papel fundamental na coordenação do processo de retomada dos investimentos, dos empregos e da renda, cabe ao Estado atuar como coordenador e impulsionador estratégico do processo de desenvolvimento econômico e usar o investimento público como alavanca da reconstrução e do desenvolvimento, além de instituir mecanismos e políticas econômicas, como a redução da taxa de juros e do *spread* bancário, e adotar políticas fiscais expansivas que façam crescer o investimento privado no setor produtivo.

Para tanto, devemos resgatar a dimensão pública do Estado, libertando-o do domínio das corporações que, além de traça-

rem as ações do setor público em várias áreas (finanças, obras, saúde, educação etc.), aproveitam-se da sua imbricação com o Estado para se apropriarem do patrimônio e do erário públicos.

Para financiar o investimento, além das medidas indicadas na fase de emergência, o Estado contará com as várias formas de renda da terra (agrícola, petroleira, hídrica, eólica e mineral). O Estado deve ser capaz de garantir a execução de um projeto soberano de desenvolvimento nacional, com a reindustrialização do País com base no desenvolvimento da ciência e tecnologia, de modo sustentável, e de considerar os potenciais e as diversidades regionais do País para erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e recompor o sistema dos direitos sociais, de seguridade social, previdenciários e trabalhistas.

31. Recuperar preceitos democráticos da Constituição de 1988

Uma questão decisiva na democratização do Estado brasileiro é a realização de uma reforma política democrática que mantenha a proibição do financiamento empresarial de campanhas eleitorais, reduza de forma expressiva a contribuição de pessoas físicas às campanhas eleitorais, visando a diminuir ao máximo a influência do poder econômico nas eleições.

Lutamos pela reafirmação do democrático sistema eleitoral proporcional e seu aperfeiçoamento visando a assegurar uma representação política escolhida na base de programas. Isto proporcionará uma elevação da qualidade e identidade político-ideológica da representação parlamentar, dando mais solidez aos partidos políticos e melhor assegurando a governabilidade.

Nosso objetivo é a construção de uma nação democrática, próspera e solidária que amplie a liberdade política para o povo; promova a democratização dos meios de comunicação de massa; proceda a uma reforma do Sistema de Justiça; amplie a representação das mulheres e da diversidade étnico-cultural; e se inspire nos preceitos da Constituição de 1988.

32. Reindustrialização com fortalecimento da empresa nacional

Para a reconstrução da economia nacional, é fundamental reindustrializar o País. O processo de industrialização brasileiro foi interrompido a partir da segunda metade da década de 1980, começando então a desindustrialização e a reversão à economia primário-exportadora: a participação da indústria de transformação no PIB caiu de quase 30%, em meados dos anos de 1980, para cerca de 10% atualmente.

A reindustrialização deve começar pela retomada do processo de substituição de importações para se construir uma economia nacional forte e independente, priorizando a criação ou a expansão das empresas genuinamente nacionais – públicas e privadas –, nos financiamentos e encomendas do Estado, e protegendo a economia nacional da concorrência predatória estrangeira. Para isso, será resgatada a distinção, expressa na Constituição de 1988, entre empresa nacional e empresa estrangeira.

33. Reindustrialização, Ciência & Tecnologia e a “escada tecnológica”

O precoce processo de desindustrialização do Brasil, que vem se acelerando, aprofunda o antigo “gap” tecnológico que marca a separação entre as economias desenvolvidas do capitalismo e sua periferia e semiperiferia. Um Novo Paradigma Industrial e Tecnológico já está em curso no mundo, de modo que um país como o Brasil necessita ainda mais dos impulsos da revolução tecnológico-industrial em andamento para o redesenho das políticas desenvolvimentistas. Devemos confluir sobre a centralidade da reindustrialização nacional, acoplada ao que vem sendo denominado de “revolução digital”.

Deve-se fomentar a criação de uma “escada tecnológica” a fim de possibilitar a reconstrução econômica nacional, de modo a preparar o terreno para se construir uma economia tecnologicamente avançada com base em educação, ciência, tecnologia

e inovação. Para favorecer essa transição, deve-se recompor o sistema nacional de fomento de CT&I, tendo por meta investir 2% do PIB em Pesquisa & Desenvolvimento, cabendo ao investimento público papel preponderante.

Além disso, desenvolver a engenharia nacional e os setores de tecnologia de ponta vitais para o desenvolvimento na atualidade – que estejam nas fronteiras tecnológicas, como comunicações digitais, biotecnologia, novos materiais, condutores, semicondutores, sistema 5G e Inteligência Artificial – e para a independência econômica do País. E, ao mesmo tempo, iniciar a revolução energética como fator fundamental da reconstrução econômica nacional e do processo de desenvolvimento, fortalecendo a energia limpa na matriz energética. Para isso, remontar o complexo industrial de energia, petróleo e gás, com base na Petrobras e na recuperação da Eletrobras. Em alguns desses campos, o Brasil pode levar uma extraordinária vantagem, dada sua disponibilidade em recursos naturais.

Deve-se estabelecer políticas nacionais para induzir o sistema federativo para reconstruir seus sistemas estaduais de CT&I, principalmente no que diz respeito à aplicação de percentual do PIB para o fomento desses sistemas com vista ao desenvolvimento local.

34. Remontar o complexo agroindustrial nacional

Simultaneamente à democratização da posse da terra e da produção agropecuária, deve começar a ser remontado o complexo agroindustrial nacional, com o reforço para a pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e um programa de desenvolvimento da produção, por empresas nacionais, de insumos para o setor, como tratores e implementos agrícolas, além dos defensivos agrícolas de origem natural obtidos através da prospecção da nossa biodiversidade. Além disso, deve-se desenvolver uma política de agregação de valor aos produtos da agropecuária que tem se restringido centralmente à exportação de grãos.

Nesse processo de reconstrução, terá continuidade a transição do agronegócio para o complexo agroindustrial, pois o agronegócio é nucleado pela fusão entre as transnacionais, os monopólios financeiros nacionais e estrangeiros e os grandes proprietários de terra.

No complexo agroindustrial, estimularemos a empresa nacional a ocupar o lugar da transnacional na produção de insumos, implementos e máquinas agrícolas, e na transformação da matéria-prima; os bancos públicos a fornecerem o crédito; a Embrapa, a tecnologia, e a Conab, o abastecimento interno.

O núcleo do complexo agroindustrial serão, portanto, o agricultor brasileiro, a indústria nacional, os bancos públicos e as empresas públicas Embrapa, Embrater e Conab. No comércio exterior, o Brasil já contou com a Interbras, que foi fechada por Collor'.

35. Infraestrutura de qualidade para a reconstrução nacional

A reconstrução passa também pela continuidade de obras de infraestrutura de qualidade, já iniciadas na fase emergencial, com destaque para a área de transporte de cargas e transporte urbano. Para isso, necessário se faz implementar um sistema intermodal integrado de transporte, fortalecendo os modais ferroviário e hidroviário.

Os novos investimentos serão prioritariamente públicos. Para o amplo desenvolvimento do transporte ferroviário, serão indispensáveis um programa e projetos do Estado brasileiro. O Brasil já contou com a poderosa Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), extinta em 1999, depois de privatizada a malha ferroviária.

Outra área importante é a do transporte público. Iniciado na fase emergencial, será desenvolvido um amplo programa metroviário no País. E também o enfrentamento do grave e emergencial problema do saneamento básico, inaugurado na fase emergencial, terá continuidade nessa fase de reconstrução e na retomada do desenvolvimento com o objetivo de atender a todas as famílias brasileiras.

36. Fortalecer e aperfeiçoar o SUS e remontar o complexo industrial da saúde

Deve ser fortalecida, e sua implementação aperfeiçoada, uma das principais conquistas do povo brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS), que estabeleceu saúde como direito do povo e responsabilidade do Estado, com seu caráter universal, integral, público e gratuito que atua na promoção, proteção e recuperação da saúde, a fim de superar os desafios a ele impostos e garantir sua gestão pública, democrática e participativa, focada nas necessidades de saúde do povo.

A Emenda Constitucional nº 95, que afasta o Estado Brasileiro de suas obrigações e impõe o teto de gastos, precisa ser revogada para que a União aplique na saúde, no mínimo, 10% das suas receitas correntes brutas, rompendo com o crônico subfinanciamento e o recente desfinanciamento. E serão então garantidos recursos financeiros para promover a atenção primária (Estratégia da Saúde da Família), a vigilância em saúde, a assistência farmacêutica, a estruturação hospitalar em todos os níveis de atenção, a descentralização regional e municipal, garantindo acesso universal e resolutividade.

É fundamental valorizar o trabalho em Saúde que, com os insu-
mos estratégicos, produz de fato o direito à saúde, e constituir e investir na Carreira do SUS, no trabalho em equipe multiprofissional, na educação permanente, no aperfeiçoamento, na especialização e formação em saúde, em serviço e comunidade para garantir o vínculo entre a população, as equipes de saúde e o SUS.

É preciso fortalecer a comunicação em saúde para as comunidades, garantindo amplo acesso à internet nos territórios, efetivar ações de promoção e cuidados integrais em saúde mental, nas famílias, empresas e comunidades, promover a proteção aos vulneráveis e a equidade em saúde, apoiar a saúde da mulher e redobrar os cuidados materno-infantis, garantir a saúde bucal, fortalecer atenção integral à saúde dos trabalhadores e trabalha-

doras e garantir a participação da comunidade no controle social do SUS.

Além disso, para garantir a eficácia e eficiência do SUS, é necessário promover os investimentos estratégicos no desenvolvimento e ampliação do complexo econômico industrial da saúde – destinados a garantir a produção de imunobiológicos, vacinas, equipamentos, medicamentos, ingredientes farmacêuticos ativos, intermediários de síntese –, bem como a construção de plataformas tecnológicas, baseadas no domínio da biotecnologia moderna, na engenharia genética e na bioprospecção da flora e fauna de forma sustentável.

Ao mesmo tempo, deve-se garantir às indústrias nacionais, farmacêuticas, farmoquímicas, biotecnológicas e de equipamentos, públicas ou privadas, as condições necessárias para a produção nacional dos insumos estratégicos para a saúde, economizando divisas e garantindo a verticalização da produção interna e a nossa autossuficiência nacional neste setor vital da economia e da vida. É uma necessidade do século XXI superar a dependência internacional e a vulnerabilidade nacional, e integrar saúde, economia, meio ambiente, inovação e produção.

É fundamental interromper o processo de privatização do SUS, seja através de Organizações Sociais, seja mediante contratos de terceirização de pessoal, entre outras formas. Fortalecer e qualificar a gestão pública, bem como uma política de pessoal que privilegie a permanência dos vínculos de trabalho e a qualidade da assistência à população.

37. Reforma urbana para o bem-estar do povo

A partir de um plano nacional de habitação com foco em políticas públicas de habitação popular (incluindo assistência técnica gratuita), realizaremos uma Reforma Urbana que assegure direitos e serviços ao povo brasileiro. Para isso, é fundamental o cumprimento da Constituição brasileira que, em seus artigos 182 e 183, regulamentados pela Lei nº 10.257/2001 denominada

Estatuto da Cidade, é uma importante garantia da realização da Reforma Urbana.

Merece especial atenção a questão da moradia popular. O déficit habitacional é semelhante ao número de imóveis fechados, que se aproximam de seis milhões, porém, a serviço da especulação imobiliária. Essa aberração social cria um mecanismo que leva os preços dos imóveis e do aluguel às alturas.

No processo de Reforma Urbana, compreendido como um conjunto de ações para melhorar as cidades, as gestões públicas precisam usar as ferramentas (inclusive, algumas já disponíveis) para garantir que os imóveis desocupados, com nítidos fins de especulação imobiliária, sejam fortemente taxados a fim de obrigá-los a cumprir a função social da propriedade, e os recursos arrecadados sejam direcionados aos Fundos de Habitações de Interesses Sociais e assim estimular a produção de novas moradias e outros equipamentos de uso coletivo.

Assim, deve-se implementar um programa de construção de moradias populares e de titulação de terrenos nas comunidades da periferia. No programa de titulação, atentar para o tratamento prioritário para as mães solteiras, responsáveis exclusivas por suas famílias, que representam perto de 40% dos lares brasileiros. A Reforma Urbana deve procurar aproximar o local de moradia ao de trabalho e dos equipamentos urbanos.

A luta pelo Despejo Zero mobilizou a aprovação de uma lei que suspende despejos e remoções, até o final da pandemia, e conquistou junto ao STF a suspensão de remoções, até dezembro de 2021, de áreas ocupadas antes do começo da pandemia. E seguirá na ordem do dia mesmo com a superação da pandemia, dada a gravidade da situação de moradia.

A Reforma Urbana, como uma das reformas democráticas necessárias para a construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, demanda planejamento e intervenção organizada do poder público. Somente colocando-a no centro do debate

político do próximo período poderemos avançar na construção de cidades mais justas, democráticas e participativas. E ela deve também cuidar da revitalização das áreas centrais das grandes capitais, da regularização fundiária, do saneamento ambiental, da mobilidade urbana e do transporte público, da questão ambiental, abastecimento de água, iluminação pública, segurança e aparelhos públicos (inclusive creches, lavanderias e cozinhas coletivas).

Para democratizar esse processo, devem ser realizadas a reinstalação e a posse do Conselho Nacional das Cidades e de Conferências nacional, estaduais, distrital e municipais das cidades. Deve-se desenvolver uma política nacional que atenda a população em situação de rua e de bairros periféricos com moradia popular e demais políticas públicas como educação, saúde, assistência social.

38. Combater as desigualdades regionais

Superar as desigualdades regionais é uma necessidade do desenvolvimento do País. A região Nordeste, além de bolsões de pobreza no Extremo-Sul e no Sudeste, demanda um tratamento específico no processo de desenvolvimento.

O Nordeste, cuja inserção na economia nacional tem se realizado em detrimento do desenvolvimento regional, experimentou mudanças na primeira década deste século, graças a obras de infraestrutura, à instalação de algumas empresas industriais e a programas sociais do governo federal. Apesar disso, não houve grandes mudanças na sua desigualdade em relação ao Centro-Sul.

Nesse processo de reconstrução, será recriada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) como instrumento de promoção da industrialização da região e de coordenação das ações governamentais visando a dotá-la de infraestrutura adequada, valorizando ao mesmo tempo a criação do Consórcio dos Governadores da região, que tem exatamente esse objetivo de combater as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento da região.

39. Romper com o modelo predatório na Amazônia

A Amazônia, pelo que representa em termos de composição do território nacional, dos recursos naturais que possui, e de sua biodiversidade, precisa ser considerada como elemento estratégico na construção de um projeto nacional de desenvolvimento que rompa com o modelo predatório em relação à utilização de seus recursos, bem como assegure existência digna à sua população, garanta a integridade humana e cultural dos povos originários e tradicionais, e a demarcação de suas terras, e combata a violência nessas áreas.

É preciso, portanto, adotar uma política de defesa dos povos originários, bem como das populações que vivem e dependem da economia desenvolvida no ecossistema da floresta amazônica, do pantanal mato-grossense e em outras áreas do território nacional. Para tanto, devem ser fortalecidos os órgãos de fiscalização para que os direitos dos povos tradicionais sejam restabelecidos, incluindo os direitos territoriais indígenas. Reforça essa luta derrotar o Projeto de Lei nº 490, que busca impor a tese do marco temporal. Todo apoio à luta dos povos originários é essencial, com a implementação de políticas voltadas ao atendimento de suas necessidades e em defesa do meio ambiente.

Durante a reconstrução, os instrumentos de Estado na região – como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o Banco da Amazônia S/A (BASA) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) – serão reforçados no papel de condutores do desenvolvimento econômico e socioambiental.

Os institutos de pesquisa da Amazônia serão fortalecidos para que os investimentos em pesquisa nos permitam ampliar o conhecimento sobre a região, incluindo o potencial de sua biodiversidade, a fim de orientar políticas de desenvolvimento, bem como fomentar tecnologias de acordo com a realidade amazônica. E assim atender a uma sua antiga demanda de realizar

um grande projeto de desenvolvimento científico-tecnológico industrial com base na sua riquíssima biodiversidade.

40. Promover o desenvolvimento sustentável

A agressão ambiental se agrava com o efeito das mudanças climáticas. Para essa situação ser revertida, será barrado o uso predatório dos nossos recursos naturais a fim de compatibilizar as necessidades atuais com as das futuras gerações. O aumento da produção agropecuária deve resultar, principalmente, do aumento da produtividade nas áreas já ocupadas, e não da incorporação de novas áreas, garantindo, assim, as metas de redução de desmatamentos.

Reconstruídos na fase emergencial, devem seguir se fortalecendo o Ibama e os órgãos de apoio à definição de políticas ambientais e de fiscalização. Nas áreas urbanas, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que conseguiu acabar com os lixões em menos da metade dos municípios brasileiros, deve garantir o seu cumprimento integral, promovendo a coleta seletiva e disposição adequada de resíduos sólidos. Além disso, deflagrar um processo que conduza à cobertura de 100% da coleta e do tratamento de esgoto, nos centros urbanos, fortalecer a transição para combustíveis menos poluentes e estimular políticas de transporte coletivo movido a eletricidade.

O Brasil é detentor da maior megabiodiversidade do Planeta. E seu aproveitamento sustentável é necessário para a produção de novas moléculas com grande potencial para uso como ingredientes farmacêuticos ativos (IFAs) de medicamentos, alimentos e complementos alimentares, cosméticos, defensivos agrícolas naturais, corantes. O desenvolvimento sustentável precisa de investimento público em larga escala. Por essa razão, é chegado o momento de uma transformação no BNDES. É preciso incluir a questão ambiental ao lado da econômica e social. Neste caso, todo investimento do banco deve levar em consideração o casamento entre as dimensões econômica, social e ambiental que formam o tripé da sustentabilidade.

A matriz elétrica brasileira tem plenas condições de ser quase toda baseada em energia limpa. Isso significa que, ao contrário do que propõe o governo Bolsonaro, o país deveria abandonar por completo, até 2026, a utilização de termelétricas alimentadas por carvão. Essa energia deve ser substituída por geração eólica e solar e, para tanto, é necessário dobrar a capacidade dessas fontes renováveis até 2026.

A crise ambiental se aprofunda. Ao mesmo tempo, as potências capitalistas centrais tentam instrumentalizar, de forma hipócrita, a bandeira ambiental para impor barreiras não tarifárias aos países em desenvolvimento, negando-se a assumir sua responsabilidade histórica pelo advento da crise ambiental planetária, incluindo as mudanças climáticas.

41. Contra a opressão e a discriminação

Cabe ao Estado proporcionar às mulheres todas as garantias para que possam se desenvolver plenamente e construir sua emancipação, sobretudo ao promover sua inserção produtiva no mercado de trabalho, garantindo para isso a exigência de salário igual para trabalho igual (aprovar PL nº 130/2011); a ampliação da licença maternidade; acesso, para seus filhos, a creche e educação, em tempo integral; e implementação de equipamentos como restaurantes e lavanderias coletivas. O conjunto do Estado deve estar a serviço dessa luta, mas é fundamental a recriação do Ministério da Mulher.

Cerca da metade do mercado de trabalho no Brasil já é ocupado por mulheres, mas em geral são ocupações menos qualificadas (em 2019, 85% da força de trabalho feminina encontravam-se no setor de serviços, a maioria com direitos precarizados), com menor remuneração e, na média, pelo mesmo trabalho recebem 30% a menos que os homens.

É tarefa urgente estimular o protagonismo feminino em todas as áreas da vida social, buscando a equidade de gênero e étnico-racial em nosso país e promover mais mulheres na política e

nos espaços de poder de decisão para superar o déficit democrático de sua sub-representação no Brasil, pois uma transformação profunda da sociedade só será possível se a mulher cumprir um papel destacado no processo, sem prejuízo de sua condição de poder ser mãe.

O capitalismo em crise, o governo reacionário de Bolsonaro, os cortes de gastos em políticas públicas têm levado a uma sobrecarga maior das mulheres com os cuidados, impactando na sua inserção no mercado de trabalho e na participação política, sobrando-lhes pouco tempo para o lazer e a política. A legislação eleitoral precisa garantir um financiamento democrático e público, com reforço às candidatas mulheres. Medidas afirmativas, como cotas e reservas de cadeiras, também são fundamentais. A violência política de gênero é mais uma barreira à participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. É fundamental dar visibilidade ao protagonismo delas nos sites, nas fundações e nas Mesas de eventos partidários.

O feminicídio tem sido uma marca do machismo, pratica-se o genocídio da juventude negra na periferia das cidades, e o Brasil é o país onde mais se matam pessoas da comunidade LGBTQIA+. O PCdoB tem avançado na formulação de política em defesa dos direitos das mulheres, no combate à discriminação racial e na luta por direitos da população LGBTQIA+.

42. Educação, Desenvolvimento e visão crítica

O PCdoB propõe uma estratégia de desenvolvimento alavancada por educação, ciência, tecnologia, inovação, cultura e artes. É fundamental a aprovação do Sistema Nacional de Educação (SNE) que regulamenta o regime de colaboração entre a União, os estados e municípios, instrumento imprescindível para a superação do desmonte e o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação:

- a) Implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb);

- b) fortalecimento de instâncias de participação e acompanhamento de políticas públicas em educação;
- c) uma reforma educacional que garanta educação em tempo integral e eleve a qualidade do ensino público e gratuito, e qualifique a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica, na formação de cidadãos críticos e preparados para o mundo do trabalho;
- d) viabilização do conhecimento e ampliação de oportunidades para as amplas parcelas das classes trabalhadoras e de todo o povo.

Serão fortalecidos os mecanismos que favoreçam a integração entre educação e cultura num todo único, com vistas à emancipação das consciências, condição essencial para o desenvolvimento: a mente colonizada é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento.

A ligação direta entre industrialização e conhecimento pode ser a chave para que nossas propostas dialoguem com amplos segmentos sociais e se desviem de falsas polarizações e dicotomias. Devemos detalhar esse processo virtuoso, demonstrando na prática como a articulação entre um robusto projeto de industrialização, investimentos e políticas públicas em educação, ciência e tecnologia leva benefícios para o chão da fábrica, para a sala de aula e para mesa de casa.

Esta formulação qualificaria nosso projeto nacional de desenvolvimento, dando forma a uma espécie de mapa estratégico do conhecimento aplicado ao crescimento nacional, potencializando vocações regionais e setores econômicos. Este plano poderia, por exemplo, propor políticas públicas e de subsídios econômicos que integrem nosso parque tecnológico, agências de fomento, bancos de desenvolvimento e centros de pesquisas, universidades e rede pública de ensino.

É preciso restaurar o orçamento da educação e articular ações de proteção social, pois, se é verdade que precisamos garantir

acesso, permanência e educação de qualidade social, também o é que isso só ocorrerá se conseguirmos reduzir as desigualdades socioeconômicas. Serão necessárias medidas de médio e longo prazos para superarmos esse “apagão educacional”, garantir recursos e uma proposta educacional emergencial que não amplie ainda mais as desigualdades já existentes.

43. Promover a cultura nacional para emancipar as consciências

Nossa proposta para a área de Cultura implica promover a cultura nacional na sua diversidade e riqueza, que se manifesta, de modo singular e plural, em todas as regiões deste imenso Brasil. O fomento à Cultura deve avançar para ser uma política de Estado que promova a afirmação e o florescimento da cultura brasileira e da consciência nacional, assumindo seu papel de formulador e indutor das prioridades culturais públicas.

O objetivo é apoiar e atender às demandas da criação e da produção cultural nacionais, instrumento fundamental na luta de ideias e nas diversas dimensões em que incide – desenvolvimento social, recepção e fruição à criatividade e bens culturais, e dimensão econômica –, dando importante contribuição ao projeto nacional de desenvolvimento pelo peso que tem no PIB e na geração de emprego e atividade econômica em todas as regiões do País, em todas as áreas de atividade, desde as artesanais até as industriais de grande complexidade.

Vale registrar que cultura, artes, lazer, esportes, turismo, educação e saúde tornaram-se fundamentais para a movimentação e sustentação das cadeias produtivas industriais. Assim, deve-se elaborar e implementar programas estruturantes capazes tanto de mobilizar o imaginário nacional, quanto de construir cadeias produtivas nacionais de suprimentos focadas nessas áreas. Além disso, tem grande papel na disputa de valores civilizacionais, possibilitando a reconstrução de tecidos sociais, particularmente quando enfrentamos o obscurantismo. As políticas culturais são transversais a todas as

outras e transformam processos sociais, na resistência e na reconstrução.

No processo de reconstrução, deve-se atualizar o Plano Nacional de Cultura, dar prioridade aos recursos públicos para o fomento cultural, por meio de mecanismos democratizantes, tendo como meta alcançar o patamar mínimo de 2% do orçamento da União; estabelecer processos democráticos de participação dos agentes culturais na formulação e controle social das políticas públicas; integrar todos os níveis de gestão com a sociedade civil; e garantir fomento perene através da legislação aprovando a Lei Aldir Blanc 2.

44. Segurança Pública, Democracia e Cidadania

A política de “Segurança” do governo Bolsonaro consiste em armar os milicianos e os ruralistas, aumentando a violência na cidade e no campo. Enquanto isso, as facções do crime organizado, fortalecidas pelos recursos bilionários produzidos pelo tráfico de drogas e de armas e atividades paralelas, aproveitam-se dessa situação para substituir o Estado nos presídios, na fronteira e nas comunidades da periferia.

Como as facções do crime organizado, principais responsáveis pela escalada da violência, assumiram caráter nacional, o combate também tem de ser nacional, integrando as três esferas da Federação. Deve-se aperfeiçoar o Sistema Único de Segurança Pública para enfrentar o crime organizado nos presídios, na fronteira e nas comunidades.

Esse enfrentamento deve-se dar no terreno da repressão, mas sobretudo no da prevenção, inteligência e investigação. Para isso, é preciso realizar a integração, em cada esfera da Federação, entre as polícias, o Judiciário e o Ministério Público. Mas a questão central de uma política de segurança de corte democrático e cidadão é a valorização e formação das polícias com novos valores de respeito ao ser humano, particularmente em relação aos setores mais discriminados da sociedade, como o povo pobre,

a mulher e a população negra. E essa política deve contemplar:

- a) a inclusão do combate à violência contra a mulher;
- b) a geração de oportunidades sociais, educacionais e culturais para a sociedade, particularmente para a juventude;
- c) a alteração da legislação para evitar o encarceramento massivo; e
- d) a efetivação do controle externo, já garantido constitucionalmente.

Para essa política ter sucesso continuado, é fundamental resgatar as polícias do “enclave institucional” em que se meteram e colocá-las, legal e praticamente, sob a autoridade do poder de Estado.

Brasília, 12 de fevereiro de 2022.

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

CADERNO
DE FOTOS



CONGRESSO DO
PCdoB
INDISPENSÁVEL À DEMOCRACIA

ANEXO 2
.....
GALERIA DE
FOTOS DA
PLENÁRIA
FINAL DO 15°
CONGRESSO



A Plenária Final do 15º Congresso do PCdoB foi híbrida, com mesa de trabalhos em Brasília e com a participação de delegados, delegadas e convidados por videoconferência.



Primeiro dia da Plenária contou com o pronunciamento de abertura da presidenta do PCdoB, Luciana Santos.



Presentes no auditório onde se realizava a Plenária final.



Equipe técnica fazendo a transmissão para os congressistas.



A mesa de trabalhos da Plenária Final realizada em três dias foi dirigida por vários dirigentes. Na imagem, presentes Ana Maria Prestes, Nádia Campeão e Rosanita Campos.



A mesa contou também com a coordenação de Nivaldo Santana, Jandira Feghali e Vanessa Grazziotin.



João Vicente Goulart dirigindo os trabalhos da mesa.



O vice-presidente e secretário nacional de Relações Internacionais do comitê cessante, Walter Sorrentino em pronunciamento.



O ato político aconteceu na manhã do segundo dia (16/11) e mostrou a pluralidade e respeito que o PCdoB tem no meio político partidário, social, intelectual e artístico.



A abertura do ato político se deu com a apresentação do Hino Nacional.



O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou mensagem de saudação aos congressistas do PCdoB.



Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) envia mensagem de saudação ao 15º Congresso



Nos intervalos da programação, lideranças políticas aproveitavam para conversar e descansar.



A parte cultural do 15º Congresso ocorria no intervalo da programação. Na imagem dirigentes assistindo à apresentação do Hino do PCdoB “A Bandeira do Meu Partido”, de autoria de Jorge Mautner.



Secretário Nacional de Comunicação e membro da Comissão de Redação, Adalberto Monteiro apresenta relatoria das emendas ao projeto de Resolução.



Secretário Nacional de Finanças do comitê cessante, Ricardo Abreu (Alemão) dirige uma sessão dos trabalhos ladeado de Rosanita Campos e Nádia Campeão.



Fábio Tokarski, secretário nacional de Organização do comitê ces-
sante dirigindo a mesa de trabalhos.



As mensagens de saudações de organizações internacionais
foram exibidas no telão para participantes presentes e por video-
conferência.



Nádia Campeão.



Mesa com integrantes do Comitê Central eleito (presentes)



Primeira reunião dos membros eleitos aconteceu com parte presencial e por plataforma.



Discurso de encerramento da reeleita presidenta nacional do PCdoB, Luciana Santos.



Neide Freitas foi saudada no encerramento pelo êxito na organização da Plenária final.



Saudação à equipe que realizou a plenária híbrida do 15º Congresso.

Este livro reúne os informes, documentos aprovados, deliberações e pronunciamentos políticos proferidos no 15º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), cuja Plenária Final foi realizada nos dias 15, 16 e 17 de outubro de 2021, em formato híbrido, por videoconferência e com mesa diretora e comissões de trabalho instaladas em Brasília. Contém, ainda, informações, imagens e uma relação dos partidos e organizações estrangeiras que enviaram mensagens de saudação ao Congresso. Desta Plenária Final, participaram 600 delegados e delegadas eleitos, e também um elenco de 100 convidados e convidadas.

Houve ainda a discussão e deliberação sobre as propostas de alterações no Estatuto, o balanço das atividades de direção, a decisão sobre o número dos membros do CC e a eleição do novo Comitê Central do PCdoB.

O 15º Congresso ocorreu em meio à maior crise sanitária mundial do último século, a pandemia do novo coronavírus que atingiu fortemente o Brasil, em grande medida, pela conduta negacionista e criminosa do governo Jair Bolsonaro. Uma das vítimas da pandemia foi o histórico camarada e membro do CC, Haroldo Lima, a quem o Congresso homenageou batizando o evento com seu nome.

A Plenária Final do vitorioso 15º Congresso desencadeou ainda as comemorações do Centenário do Partido Comunista do Brasil, num clima de entusiasmo e esperança, tão próprios de nosso povo.



ISBN 978-65-89805-32-8



9786589805328

Fundação
Maurício
Grabois

PCdoB